

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

Léxico e gramática no estudo da transitividade verbal:
múltiplas abordagens

ROSE CLÉA PENHA SANTIAGO DUARTE

Niterói, 1º semestre de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

Léxico e gramática no estudo da transitividade verbal: múltiplas abordagens

por

ROSE CLÉA PENHA SANTIAGO DUARTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Estudos de linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Kenedy.

Niterói, 1º semestre de 2012.

DUARTE, Rose Cléa Penha Santiago.

Léxico e gramática no estudo da transitividade verbal: múltiplas abordagens / Rose Cléa Penha Santiago. Rio de Janeiro: UFF 2012.

x, 129f.: il.; 2,5 cm.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Kenedy

Dissertação (mestrado) – UFF / Instituto de Letras / Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 127-129.

1. Linguística Teórica. 2. Transitividade verbal. I. Kenedy, Eduardo. II. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem. III. Léxico e gramática no estudo da transitividade verbal.

Léxico e gramática no estudo da transitividade verbal: múltiplas abordagens

Mestranda: ROSE CLÉA PENHA SANTIAGO DUARTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção de Grau de Mestre em Estudos de Linguagem.

Aprovada, em ____ de _____ de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Kenedy
Orientador

Profª Drª Patrícia Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Ricardo Lima
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir a transitividade verbal levando em conta diferentes abordagens. A importância do assunto discutido se dá pelo fato de o mesmo encontrar divergências em relação ao campo de estudo em que se encontra inserido. Em alguns compêndios da língua portuguesa é tratado como regência, em outros como transitividade e ainda como predicação verbal. Tais diferenças levaram-nos a pesquisar o assunto sob a ótica da Teoria de Valência e do Estudo do léxico na gramática gerativa para verificar se essas abordagens apresentavam maneiras de contribuição que pudessem dirimir certos pontos discutidos e ainda obscuros sobre os conceitos e classificações propostos pela gramática tradicional. A pesquisa de cunho exclusivamente bibliográfico realizou-se a partir de comparações feitas entre compêndios de tradição gramatical escritos nos períodos antes e pós NGB, assim como alguns outros fundamentados na linguística do português. Buscou-se também traçar, em cada capítulo, os pontos de convergência e divergência encontrados na abordagem de cada estudioso. Entre os autores pesquisados para as discussões antes NGB foram contemplados Maximino Maciel (1910), Carlos Eduardo Pereira (1940), Silveira Bueno (1951); já para o período pós NGB, Rocha Lima (2002), Celso Cunha (1980), Evanildo Bechara (1969) e Adriano da Gama Kury (2000); para os estudos com fundamentos na linguística do português temos Bechara (1999), Mário Perini (2010), Ataliba de Castilho (2010), Mira Mateus *et al* (2003) e José Carlos Azeredo (2008). Sob a perspectiva da Teoria de Valência e do Estudo do léxico na gramática gerativa consultamos Mário Vilela (1992) e Eduardo Kenedy (no prelo), respectivamente.

Palavras-chave: Transitividade, tradição gramatical, valência, léxico.

ABSTRACT

AGRADECIMENTOS

A Deus por me proporcionar força, saúde para completar esse importante período de minha vida acadêmica.

Ao meu orientador, professor doutor Eduardo Kenedy, por sua total dedicação ao me acompanhar no desenvolvimento do trabalho e pelo conhecimento compartilhado em forma livros orientações que me proporcionaram finalizar a tarefa.

A secretária Nelma que tão gentilmente me atendeu e me encaminhou ao presente orientador.

Ao amigo professor doutor Denilson Mattos, que me despertou quanto à importância do tema em questão, fazendo brotar a semente que agora nasce sob a forma de dissertação do tão desejado mestrado.

À amiga professora mestre Denise Monte Mór, pelas conversas e trocas de ideias que colaboraram bastante para a reflexão do tema discutido.

À minha secretária de serviços especiais que durante esta empreitada tão bem me serviu deliciosos cafezinhos para me manter acordada durante a jornada.

Aos meus colegas de trabalho da Universidade Castelo Branco, que torceram para que esse momento se tornasse realidade.

Aos meus amigos mais íntimos, que estavam sempre perguntando se o trabalho já havia acabado.

Ao meu genro, minha nora, minhas irmãs, irmão, cunhados, cunhada, sobrinhos, afilhados e demais familiares, que não viam a hora do meu retorno aos eventos familiares.

À minha mãe pelas incansáveis orações que me deram força para não desistir.

DEDICATÓRIA

Ao meu marido por toda a paciência, força e prova de amor incontestável. Aos filhos Túlio e Laís que me incentivaram a não esmorecer diante das dificuldades da realização do trabalho.

A aprendizagem essencial nunca é de soluções, que cada vez são mais depressa ultrapassadas, mas de uma problemática e de uma metodologia revisíveis e abertas ao trabalho e participação de todos, sobretudo das crianças e jovens.

(Óscar Lopes, 1971, p. 268)

SUMÁRIO

página

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I | |
| TRANSITIVIDADE VERBAL: ORGANIZANDO OS OLHARES | 7 |
| 1.1 A transitividade antes da NGB | 9 |
| 1.1.1 Período pré-NGB: algumas considerações..... | 19 |
| 1.2. A transitividade pós-NGB | 21 |
| 1.2.1 Período pós-NGB: algumas considerações | 32 |
| CAPÍTULO II | |
| A GRAMÁTICA NA SEARA DOS LINGÜÍSTICAS: A LINGÜÍSTICA DO PORTUGUÊS | 35 |
| 2.1 A linguística no Brasil: brevíssima contextualização | 36 |
| 2.2 A linguística do português e a transitividade verbal | 40 |
| 2.2.1 Evanildo Bechara (moderna gramática portuguesa -1999) | 40 |
| 2.2.2 Mário A. Perini (Gramática do português brasileiro – 2010) | 45 |
| 2.2.3 Ataliba T. de Castilho (Nova gramática do português brasileiro – 2010) | 53 |
| 2.2.4 Maria Helena Mira Mateus et all (Gramática da língua portuguesa – 2003) | 62 |
| 2.2.5 José Carlos Azeredo (Gramática Houaiss da língua portuguesa – 2008) | 76 |
| 2.3 Linguística do português: algumas considerações | 87 |
| CAPÍTULO III | |
| TRANSITIVIDADE VERBAL E A LINGÜÍSTICA MODERNA | 92 |
| 3.1 A Teoria de valência e a transitividade verbal | 93 |
| 3.2 O Estudo do léxico na gramática gerativa e a transitividade verbal | 100 |
| 3.2.1 Traço de categoria | 103 |
| 3.2.1 Traço de seleção | 104 |
| 3.3 Considerações sobre o olhar de Vilela e de Kenedy: pontos de divergência | 119 |
| 3.4 Considerações sobre o olhar de Vilela e de Kenedy: pontos de convergência | 120 |
| 3.5 A gramática de valência e o Estudo do léxico: contribuições para o tema | 121 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 124 |

INTRODUÇÃO

Ao longo dos estudos empreendidos na graduação e, sobretudo, na pós-graduação, no que concerne às questões de análise sintática, deu-se a percepção de que existem aspectos da língua portuguesa para os quais há diversas abordagens conflitantes ainda não resolvidas, ou seja, não há ainda explicação linguística satisfatória para diversos fenômenos sintáticos do português. Instala-se entre esses processos o problema da transitividade verbal. A problemática sobre esse tema se comprova pela intensa diversidade nas formas de descrever e explicar tal fenômeno.

No estudo da transitividade, no tocante à conceituação dada aos verbos e aos complementos, o que se vê entre os estudiosos é uma diversidade tão significativa quanto é significativa a tentativa de dar conta dos pormenores que parecem fugir ao controle de quem tenta organizar tudo nos mínimos detalhes, sejam eles semânticos, sejam sintáticos, sejam pragmáticos, sejam lexicais

Outro fator de discordância que envolve a matéria é o âmbito da sintaxe no qual o assunto tem sido tratado nos compêndios pesquisados, ora sob o título de regência, ora sob o título de transitividade, ora sob o de predicação.

Essas diferentes análises e nomenclaturas que coexistem em face do mesmo assunto tornam compreensível a dificuldade enfrentada por aqueles que se dedicam ao estudo da análise sintática no que se refere à transitividade verbal, visto que tal abordagem mostra-se frágil em suas bases conceituais.

Levando em conta tais observações e considerando o fato de o estudo da análise sintática ter sua importância no campo da Teoria e análise linguística, a presente pesquisa visa a discutir os diferentes olhares que envolvem, de um lado, as gramáticas normativa e descritiva e, de outro, as concepções da Teoria de valências e do Estudo do léxico, no que diz respeito à transitividade verbal.

O tema será analisado levando em consideração principalmente como o assunto é tratado, conceituado e explicado por esses campos de estudo, buscando também compreender se transitividade verbal, predicação verbal e regência verbal nominalizam fenômenos diferentes ou se apenas apresentam nomenclaturas distintas para o mesmo fenômeno.

Além da preocupação com a pesquisa científica propriamente dita, é significativo observar que a maioria dos profissionais de língua portuguesa que atuam em

sala de aula segue os compêndios que lhes são impostos pelas instituições onde trabalham, reproduzindo o que ali é explanado, sem sequer refletir ou questionar as abordagens, muitas vezes, feitas não por estudiosos da língua, mas por “fazedores de livros” didáticos.

Nesse sentido, faz-se necessário que o professor esteja atualizado e em constante busca por melhores formas de ensinar os processos da língua, pois, conforme Chomsky:

Os professores, em especial, têm a responsabilidade de assegurar que idéias e propósitos sejam avaliados em termos positivos, e que não sejam aceitos passivamente em termos de autoridade, real ou presumida. (...) É o professor de línguas que deve validar ou refutar qualquer proposta. Há muito pouco na psicologia ou na lingüística que ele pode aceitar em plena confiança. (CHOMSKY *apud* CAVALIERE, 2000, p.17-18)

Assim, verificando o valor da pesquisa para o professor de língua portuguesa, considerando a importância do estudo da análise sintática nos estudos da língua e levando em consideração que o fenômeno da transitividade verbal é um tema que apresenta divergências entre gramáticos e linguistas, esta dissertação pretende investigar sobre o tema e servir de subsídio para elaboração futuros trabalhos, mais avançados, visto que abordará um assunto recorrente em variadas pesquisas.

Além disso, a investigação concentrará num único compêndio significativas concepções teóricas sobre um mesmo fenômeno, buscando esclarecer obscuridades ainda existentes em torno da matéria e apresentar convergências e divergências de opinião existentes entre as obras ora analisadas.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a tentar responder os seguintes questionamentos: como o assunto transitividade verbal tem sido apresentado e explicado pela tradição gramatical e pela descrição linguística brasileiras? Por que tal assunto vem, por vezes, em algumas gramáticas, sob o título de predicação verbal e em outras de regência verbal? Como desenvolvimentos recentes da linguística teórica, em especial a Teoria de Valência a Gramática Gerativa, podem contribuir para os estudos desse fenômeno?

OBJETIVOS DO TRABALHO

O principal objetivo desta pesquisa é fazer uma análise em algumas das principais obras de descrição gramatical sobre o assunto “transitividade verbal”, e compreender se há diferença entre as abordagens quanto à conceituação e à análise do

fenômeno e ainda debater como a Teoria de Valência e o Estudo do Léxico na linguística gerativa podem contribuir para análise desse tema.

Especificamente, objetiva-se:

- a) Examinar, a partir de pesquisa bibliográfica, como os estudiosos conceituam transitividade verbal.
- b) Buscar entender se tais conceitos definem fenômenos díspares ou se são designados por diferentes nomenclaturas.
- c) Observar a reflexão de cada autor sobre o fenômeno e verificar a questão da terminologia.
- d) Averiguar se a abordagem feita pelos estudiosos é de base lexical e/ou sintática e/ou semântica.
- e) Discutir as contribuições que a Teoria de Valência e o Estudo do Léxico na linguística gerativa podem proporcionar na análise da transitividade verbal.

O PROBLEMA DA “TRANSITIVIDADE VERBAL”

A transitividade verbal é estudada desde os gramáticos alexandrinos e, segundo Neves (2002, p.63), Apolônio Díscolo foi pioneiro entre os alexandrinos a ocupar-se com o estudo que tinha como objetivo analisar a relação existente entre as palavras. Foi com ele que se iniciaram os estudos da sintaxe e especialmente as noções de transitividade verbal no ocidente.

Apolônio Díscolo observou em seus estudos as relações de passividade e atividade e, conforme afirma Neves, para esse estudioso alexandrino:

Nas relações oracionais, é fundamental a diátese, a disposição dos corpos em relação à ação: o ser como agente ou como paciente [...]. Atividade e passividade marcam, pois, as relações dos nomes com os verbos: à primeira corresponde o nominativo como o caso do sujeito (agente); e a segunda corresponde o acusativo como caso do objeto (paciente). Essa relação se mantém mesmo que a diátase (a “disposição”) seja mudada, isto é, mesmo que se passe da construção passiva para ativa. (NEVES, 2002, p. 66)

Nascida com os gregos, essa noção de atividade e passividade e de que, nem mesmo mudando a disposição dos componentes da oração, tal relação se altera é que dá origem à noção de transitividade dos latinos, pois, conforme Kury:

Este é o sentido etimológico de transitividade: chamavam os gramáticos latinos de transitiva a oração que podia “transitar” para a voz passiva, e por extensão, transitivo ao verbo que lhe formava o predicado. (KURY, 2000, p. 30)

Já no latim clássico, a predicação verbal parecia estar bem definida, pois, de acordo com Câmara Júnior (1976), apresentava padrões específicos:

Havia a esse respeito em latim três esquemas formais, que dependiam da significação da palavra verbal: 1) verbo, concentrando em si toda a significação verbal, ou seja, “intransitivo”, de maneira absoluta, porque a significação verbal não passa além do verbo (ex.: Ambulo “Ando”); 2) verbo articulado com um substantivo no acusativo, ou seja, “transitivo”, porque a significação verbal só assim se completa (ex.: Vídeo puerum “Vejo o menino”); 3) verbo articulado com um substantivo no dativo, ou seja, “intransitivo”, mas de maneira “relativa”, porque a significação verbal se relaciona com esse substantivo designando um ser nela interessado (ex.: Loquor puero “Falei ao menino”). (CÂMARA JÚNIOR, 1976, p. 235)

Tempos depois, com a extinção da língua latina, a língua portuguesa passou a expressar o objeto indireto por meio da preposição ‘a’. E mais tarde, conforme explica Ali (1964, p.95), “o nome objeto indireto aplica-se, por extensão, também às expressões preposicionadas que complementam o sentido de verbos intransitivos”. Esse fato suscitou uma problemática envolvendo a classificação dos complementos verbais, já que todas as expressões preposicionadas que complementassem o sentido dos verbos seriam classificadas como objeto indireto.

Para Bertoldi (2005), os gregos já haviam percebido que alguns verbos exigiam um complemento que seria atingido pela ação expressa pelo verbo, mesmo antes de haver a definição de *transitividade*. Bertoldi também acredita que a generalização do termo *transitivo* provavelmente cause transtornos nos estudos da língua portuguesa na atualidade.

Tal fato leva a imaginar o porquê de ser comum que o tema transitividade verbal encontre entre gramáticos e linguistas algumas divergências no que tange a uma classificação unânime ou ao modo como se realiza tal abordagem, ora sintática, ora semântica, ora pragmática.

É relevante observar a afirmação feita por Fernandes (1940, p. 7) antes de proferir a classificação dos verbos utilizada por ele em seu “Dicionário de Verbos e Regimes”. O autor toma o cuidado de deixar claro que não há uma classificação única que considere eficaz em relação a outras existentes e, por isso, assevera:

Não existe ainda, em português, uma perfeita nomenclatura dos verbos quanto aos termos que lhe completem, ou modifiquem o sentido. Por isso mesmo fôra contraproducente o querer transladar para aqui, integralmente, qualquer classificação preconizada por êste ou por aquele gramático; tive por mais acertado adotar no presente trabalho uma terminologia eclética, senão especial, baseada, ainda assim, na lição dos mestres do idioma. (FERNANDES, 1940, p. 7)

Sobre o tema, acrescenta-se também que entre alguns estudiosos há uma certeza unânime: o fenômeno carece de revisão. É justamente isso o que se constata quando observamos afirmações como a de Oiticica, em sua obra “Manual de análise: léxica e sintática”, em que afirma que ‘objeto indireto’ merecia uma revisão (1954, p. 154), e como as de Perini, que quatro décadas mais tarde, em sua “Gramática descritiva do português”, comentava que “um estudo unificado dos fenômenos de regência está ainda por ser realizado”¹ (2003, p. 61).

Levando em conta as observações feitas sobre esse fato gramatical sob o olhar grego e latino e, ainda, a constatação da falta de harmonia que se estabelece em torno do assunto nos dias atuais é que, por meio dessa pesquisa, busca-se compreender como o tema transitividade verbal tem sido explorado por estudiosos e pesquisadores mais modernos.

ORGANIZAÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO

Para atingir os intentos acima apresentados, esta dissertação será desenvolvida uma revisão da matéria sob três olhares diferentes.

Num primeiro momento, analisaremos algumas gramáticas consideradas tradicionais nos estudos da língua portuguesa, dividindo tais obras em dois períodos

¹ Perini diz que a transitividade verbal é um tipo particular de regência a que ele chama regência verbal. (2003: 161).

diferentes: algumas abordagens feitas antes da NGB e outras feitas após a NGB² (cf. BECHARA, 1969, 2000, dentre outros). Num segundo momento, faremos uma revisão em obras da linguística descritiva da língua portuguesa, com autores brasileiros e portugueses (cf. CASTILHO, 2010; MATEUS et al., 2003, dentre outros). No terceiro e último momento, consideraremos os estudos da transitividade sob o viés da linguística moderna, sobretudo a de orientação gerativista (cf. KENEDY, 2012).

Por fim, serão feitas considerações que levarão em conta as discussões feitas em cada um de nossos três capítulos. Tais considerações tentarão descrever as divergências e convergências encontradas, nas diferentes abordagens estudadas, acerca do tratamento do que se entende ou deve entender por transitividade verbal.

² PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959 foi expedida pelo Ministério do Estado da Educação e Cultura com o objetivo de simplificar e unificar a nomenclatura gramatical brasileira tem caráter de recomendação.

CAPÍTULO I

TRANSITIVIDADE VERBAL: ORGANIZANDO OS OLHARES

No que tange aos estudos da Língua Portuguesa no Brasil, é interessante lembrar que, nos idos de 1959, houve uma tentativa de unificar as terminologias gramaticais a partir do advento da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira). Isso implica deduzir que, antes da NGB, nossas gramáticas apresentavam terminologias diversificadas em suas análises e conceituações nos estudos da língua.

Antes da NGB, não havia preocupação com a uniformidade no ensino da Língua Portuguesa, conforme afirma Senna (1991):

A falta de unidade trazia, ainda, problemas de ordem imediata: cada aluno aprendia o português do professor ‘fulano’ que leciona escola ‘x’. Se este aluno trocasse de escola, mudasse de cidade ou estado, deveria começar tudo de novo. (1991, p. 13)

Sobre o assunto transitividade não era diferente, pois, conforme Cavaliere (2000), na sintaxe, por exemplo, a classificação dos verbos em relação aos complementos era variadíssima, uma vez que cada compêndio gramatical, dependendo do autor, trazia uma classificação própria para os verbos.

Por outro lado, Cavaliere (2000, p.22) afirma também que os estudos sintáticos constituem uma vertente bastante profícua no século XX, pois, segundo o autor, os primeiros anos desse século viram crescer, no Brasil, “uma geração de sintaticistas de inegável valor”.

Levando em conta as observações de Senna e de Cavaliere, a primeira fase do primeiro momento dessa discussão compreenderá a descrição gramatical feita por filólogos no período chamado por Cavaliere (2002) de “científico”, em sua proposta de periodização dos estudos lingüísticos no Brasil. Tal lapso abarca momento em que os estudiosos da língua buscavam “trazer para a investigação acerca da natureza das línguas os princípios darwinistas sobre a evolução dos seres, seguindo a metodologia inovadora proposta por Schlegel, Whitney e Max Muller”, tal como afirma Cavaliere (2002, p.111).

Inicia-se, nessa fase, um período em que o fato gramatical começa a ser investigado e analisado. Essa nova forma de analisar os fatos gramaticais teve como precursor Júlio Ribeiro em 1881, com sua “Grammatica Portugueza”.

Sobre esse período, Bueno (1951, p. 7) afirma que “se Júlio Ribeiro foi o desbravador, Maximino Maciel foi o verdadeiro orientador destes assuntos de que tratamos”. E acrescenta sobre a gramática de Maciel, “A sua “Grammatica Descriptiva” ainda hoje é a mais bem orientada que possuímos.”

Bueno ressalta que, nessa mesma época, a gramática de Eduardo Carlos Pereira, apesar de representar uma espécie de retorno ao passado no que se refere à análise sintática, ganha a preferência no Brasil:

a “Grammatica Expositiva” de Eduardo Carlos Pereira conseguiu totalizar as preferências do Brasil: apesar de aparecer em 1907, representava uma volta aos lugares comuns do ensino ginasial. Desviava-se da estrada recém-aberta por Maximino Maciel para regressar aos batidos caminhos de Freire da Silva, do Padre Massa e de outros que ainda defendiam a gramática filosófica e da lógica na linguagem. A rotina encantou-se com a terminologia difícil e superabundante do mestre paulista, mas sobretudo, se deliciou com a vasta e pormenorizada atenção dedicada à análise lógica.” (BUENO, 1951, p.7)

E para salvaguardar as intenções com que publicava “*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*” em 1944, numa tentativa de mostrar aos leitores que respeitava as lições trazidas nas gramáticas anteriores a sua, mas que, ao mesmo tempo, precisava trazer para os estudantes conhecimentos que lhes servisse de “perfeito instrumento de intercâmbio social de idéias”, Bueno (1951) afirma:

Chegamos ao ponto de ensinar aos alunos uma língua que eles nunca falarão e jamais ouvirão falar como se fosse um idioma desaparecido com Camões, Bernardes ou Frei Luís de Sousa, morto completamente para nós. Temos esquecido que o aprendizado do português tem por finalidade colocar nos lábios dos estudantes expressões e conhecimentos que lhes sirvam de apto e perfeito instrumento de intercâmbio social de idéias e sensações. [...]

Foi com êste intento que escrevemos esta “*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*”, no ano atormentado de 1944. Queremos ser dos nossos dias, mas, dando atenção ao passado, colocamos nos parágrafos a doutrina assente e aceite pela maioria, vindo logo, imediatamente abaixo, a *nota* explicativa, em que, muito freqüentemente, já divergimos do assunto comprovando o nosso asserto com razões e exemplos. (1951, p. 9)

Assim, levando em conta as considerações feitas por Silveira Bueno, é que se deu a escolha por analisar, na presente dissertação, a “Grammatica Descriptiva” de Maximino Maciel, a “Grammatica Expositiva” de Eduardo Carlos Pereira e a “Gramática

Normativa da Língua Portuguesa” de Silveira Bueno para os estudos realizados antes da NGB.

Já no que se refere aos compêndios gramaticais editados após a NGB, escolheram-se para a discussão quatro obras fundamentais, escritas por estudiosos renomados e citados em grande parte de trabalhos científicos ao longo das últimas décadas. 1ª “Gramática da Língua Portuguesa”, de Celso Cunha, 2ª “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, de Rocha Lima (ambos os estudiosos foram membros da comissão de Simplificação e Unificação da NGB¹), 3ª “Moderna Gramática Portuguêsa” (Ed. 1969), de Evanildo Bechara, escrita ainda sob um “perfil de investigação filológico” conforme comenta Cavalieri (2002, p. 116) e, por fim, 4ª “Novas Lições de Análise Sintática” de Adriano da Gama Kury.

1.1. A TRANSITIVIDADE ANTES DA NGB

Seguindo a tendência do período científicista nos estudos gramaticais brasileiros, Maximino Maciel (1910), no prólogo de sua “Grammatica Descriptiva”, afirma que tal obra está pautada em “doutrinas modernas” e que nela ele consolida a “observação e experimentação dos phenomenos da língua” feitas ao longo da prática do magistério.

É interessante observar que a preocupação do estudioso em expor a cientificidade de seu trabalho é tão patente que ele faz questão de deixar claros os procedimentos próprios do científicismo usados ao longo da obra, evidenciando que segue rota distinta dos modelos anteriores:

[...] verá o leitor que as questões mais importantes da língua se acham expostas, de modo, por assim dizer, **novos**, de accordo com o que mais recentemente se tem publicado sobre philologia.

[...] a orientação é **inteiramente diferente** do que se tem publicado sobre grammatica portugueza, e a maior parte dos pontos, quase toda a doutrina, estão consolidados por autores de nomeada. (MACIEL, 1910, prólogo) (grifo nosso)

E ratifica adiante sua tendência de romper com os moldes da velha tradição, comentando que “Assim procedemos porque a probidade scientifica aconselha citar-se um

¹ Uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de acordo como trabalho aprovado pelo Sr. Ministro Clóvis Salgado, elaborado pela Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Sílvio Edmundo Elia.

autor, desde que lhe estejamos de acordo com as opiniões atinentes a um ponto, para mostrarmos as fontes a que recorreremos” (MACIEL, 1910, prólogo).

É a partir desse olhar cientificista que Maciel aborda o assunto transitividade na seção da gramática em que fala sobre a “syntaxe relacional”, na qual, para ele, as palavras e suas funções sintáticas estão em concordância de acordo com a posição que tais palavras ocupam dentro da frase.

Para Marins (2009), Maciel, na “syntaxe relacional”, confere “significativa dedicação ao estudo das funções”. Marins comenta ainda que “essa atitude revela, *a fortiori*, o liame do autor à vertente naturalista da língua: *funções*, assim como nos seres vivos cada órgão realiza uma função específica no todo”, ou seja, cada palavra realiza uma função específica na frase.

Na visão de Maciel (1910, p. 252), de acordo com o papel sintático que determinada palavra exerce na frase, ela terá: a) função subjetiva, b) função predicativa, c) função atributiva, d) função objetiva, e) função vocativa, f) função adverbial. O autor considera as duas primeiras fundamentais por serem elas que compõem a “proposição no seu menor desenvolvimento” e as outras chama “accessórias”, pois elas somente aparecem para modificar e desenvolver ou o sujeito ou o predicado.

Sob o prisma de Maximino Maciel (1910, p. 128-130), a função predicativa será exercida pelo verbo, que deverá ser analisado, levando-se em conta a integridade de sua significação ou ação. Assim, no capítulo ‘lexiologia’, ao falar sobre os verbos, o estudioso divide-os em verbos de predicação completa, de predicação incompleta e de predicação dupla:

- 1) Verbo de predicação completa como aquele cuja significação não exige nenhum objeto ou “adjunto predicativo” (ex.: morrer, nascer, durar, ocorrer);
- 2) Verbo de predicação incompleta, aquele cuja significação exige objeto ou “adjunto predicativo”, e esse tipo o autor subdivide em verbo:
 - a. ‘Objectivo directo’, quando a significação se transmite a um objeto sem a mediação de preposição (ex.: estimar, morrer, impelir, depor);

- b. ‘Objectivo indirecto’, quando a significação se transmite a um objeto com a mediação de uma preposição (ex.: precisar (de), depender (de), obedecer (a), acreditar (em), combinar (com));
 - c. ‘Adjuntivo’, quando a significação do verbo exige um ‘adjunto predicativo’ (ex.: ser, estar, andar, ir, vir ficar, permanecer, continuar).
- 3) Verbo de predicação dupla, aquele cuja significação exige um objeto direto e outro indirecto, ou ainda um objeto direto e um ‘adjunto predicativo’, concomitantemente. Esse tipo o autor subdivide em verbo:
- a. ‘Biobjectivo’ ou ‘bitransitivo’, como aquele cuja significação exija ao mesmo tempo um objeto direto e um indirecto (ex.: dar, atribuir, contar, unir, tirar);
 - b. ‘Transobjectivo’ ou ‘objectivo adjuntivo’, aquele que, além de exigir um objeto direto, exige um adjunto predicativo que ao mesmo tempo modifica o objeto e integraliza a significação desse verbo (ex.: *fazer* alguém *feliz*, *julgar* alguém *bom*).

Faz-se interessante salientar que Maximino Maciel ao explicar sobre a predicação incompleta, especificamente sobre o ‘verbo adjuntivo’, chama-nos a atenção, em nota de rodapé, para o fato de a classificação de um verbo quanto a sua predicação ficar vinculada ao modo como esse verbo foi usado dentro de um contexto frasal, e cita como argumento de autoridade um autor de uma gramática inglesa, afirmando que “na syntaxe é que se póde estatuir a classe que se filia o verbo, segundo as condições em que está empregado. Vide Murray, *English Grammar*, pág.71.” (MACIEL, 1910, p. 129).

Vê-se que Maximino Maciel não especifica o que seja “predicação”, contudo se percebe que ele fala de uma relação semântica, na qual o sentido do verbo é que vai definir a necessidade ou não de complementação.

Quanto a essa visão semântica, pode-se dizer que o trabalho de Maciel “constitui um exemplo significativo do bom agasalho que se deu ao estudo das significações léxicas. Nosso autor figura como o pioneiro a sistematizá-lo dentro do plano sinótico da gramática” afirma Marins (2009).

E em relação a essa visão semântica, a influência do filólogo francês Arsène Darmesteter fica manifesta quando Maciel chama-nos a atenção para o fato de já haver, nessa época, um estudo específico para a significação das palavras:

A divisão tripartita da generalidade dos grammaticographos – em **phonologia**, **lexiologia** e **syntaxilogia** – não tem mais razão de ser, depois que o estudo da **significação** se individualizou, constituindo por si um ramo definido, máxime com os estudos de Darmesteter que usa do termo **semantica** para designar a theoria lógica da significação (MACIEL, 1910, p. 3).

Contemporâneo de Maximino Maciel, Eduardo Carlos Pereira (doravante Pereira), professor Catedrático do Colégio Pedro II, publica a “Grammatica Expositiva – curso superior”, em fevereiro de 1907 e tão positiva foi a aceitação que ele adaptou sua obra para o curso secundário, publicando uma versão simplificada em dezembro de 1907.

Segundo Alvarenga (2007), essa versão simplificada foi de grande representação para época, pois refletia o programa oficial de ensino adotado no Colégio Pedro II, tanto que a obra teve um grande número de edições e foi usada por cinco décadas na instituição.

A “Grammatica Expositiva - curso superior” também teve grande aceitação, pois se apresentava como mecanismo que reproduzia, na escola, o modelo de língua de prestígio social. Nessa gramática, o tema transitividade vem à baila no capítulo sobre verbos, no qual Pereira (1940, p. 158), além de classificar os verbos quanto à conjugação, quanto ao sujeito e quanto à significação, também os classifica quanto ao complemento. E sob esse último aspecto os divide em *transitivo*, *intransitivo*, *relativo*, *transitivo-relativo e de ligação*. Os transitivos, também chamados por ele de ‘objetivos’, são os verbos ativos “de predicação incompleta, cuja ação passa diretamente do sujeito, que é o seu agente, para um objeto, que é o seu paciente” (PEREIRA, 1940, p. 158). Para exemplos, o autor usa os verbos ‘ferir’ e ‘amar’.

Em observação sobre o assunto, Pereira acrescenta:

- a) Dizem-se *diretos*, porque se prendem ao verbo diretamente, isto é, sem preposição, que é o liame natural dos complementos que se chamam *indiretos*.
- [...] c) os verbos desta classe dizem-se *verbos de predicação incompleta*, visto que o *predicado*, que êles exprimem, tem sentido incompleto, sem a enunciação dêsse complemento *pedido* pela significação transitiva do verbo. (*sic*) (PEREIRA, 1940, p. 159)

Os verbos intransitivos ou ‘subjativos’, conforme Pereira (1940, p. 159), são os ‘ativos’ ou ‘neutros’ de ‘predicação completa’, pois, além de não exigirem

complemento por terem sentido completo, a ação fica no sujeito, ou seja, não vai além dele.

Em nota, o autor ratifica:

- a) Os verbos — *nasce, vive, morre, voa e dorme* são verbos *intransitivos*, pois não pedem *objetos*, nem qualquer outro complemento para o seu sentido cabal. [...]
- b) São chamados estes verbos de *predicação completa*, visto que exprimem o predicado de sentido completo.

Sobre os verbos “relativos”, o autor explica ser o verbo de ‘predicação incompleta’ que exige um “termo de relação”, a que ele chama “complemento terminativo” ou “objeto indireto”. Como exemplos o autor utiliza os verbos “depende, gostar, obedecer, corresponder, vir, ir”.

Em nota, Pereira (1940, p. 160) observa o fato de alguns estudiosos chamarem a tais verbos ‘transitivos indiretos’ e aos seus complementos, ‘objeto indireto’.

Segundo Pereira (1940, p. 160), os verbos “transitivos-relativos’ são os de “predicação duplamente incompleta”, por necessitar de dois complementos para lhes completar o sentido (um seria o objeto direto e o outro, o indireto ou complemento terminativo).

Em nota, o autor ressalta que alguns gramáticos preferem chamar a estes verbos de ‘bitransitivo’. É interessante destacar que Pereira já falava da possibilidade de alguns verbos ora serem empregados com predicação completa, ora serem empregados com predicação incompleta.

No capítulo em que o assunto em pauta é o predicado, Pereira (1940, p. 215) diz ser esse o “membro da proposição que exprime a coisa declarada do sujeito” e acrescenta “é êle expresso pelo verbo”.

Adiante o autor explica que:

a predicação expressa pelo *verbo* ou pelos outros elementos da *predicação perifrástica* será **COMPLETA** se os termos não exigirem complementos, e **INCOMPLETA**, se os exigirem para o seu cabal sentido. Assim o verbo intransitivo e os termos que, como êle, tiverem significação *absoluta*, são de predicação **COMPLETA**, e os verbos transitivos e conectivos (essenciais ou acidentais), e os termos que, como eles, tiverem significação *relativa*, são de predicação **INCOMPLETA**. (*sic*) (PEREIRA, 1940, p.217).

Segue observação feita por Pereira em relação ao termo chamado por ele de ‘complemento’, e ao qual associa outras duas denominações, a saber, ‘completivo’ ou ‘adjunto’:

O termo *adjunto* é de moderna importação, porém vai-se generalizando o seu uso; vem do particípio irregular do verbo *adjungir* = *jungir a*. Traz a idéia de palavra que se prende a outra, como os adjetivos e advérbios, para lhes modificar o sentido. É mais geralmente aplicado às funções atributivas e adverbiais. — *Complemento* ou *regime* são expressões mais antigas, e aplicam-se mais comumente ao *objeto* e às *expressões* ligadas por preposição. (*sic*) (PEREIRA, 1940, p. 219).

Na visão de Pereira (1940, p. 219), será complemento toda palavra que “explana, amplia ou restringe” o significado de outra palavra a que se une. Nesse sentido, serão complementos também os adjetivos e advérbios.

Nesse contexto, o autor explica que o adjetivo será “adjunto atributivo” se ligado diretamente ao substantivo e “adjunto predicativo” se ligado ao substantivo por intermédio de verbo de ligação. Para essa explanação exemplifica com as seguintes frases: a) A *bela* flor encanta a vista; b) Este guerreiro ganhou *brilhante* vitória; c) A flor é *bela*; d) A vitória parece *brilhante*; e) Achei a criança *doente*.

Nota-se, nos exemplos acima, que o autor mistura dentro de uma mesma função os termos que contemporaneamente são identificados, na tradição gramatical, sintaticamente por adjunto adnominal (a) e (b); predicativo do sujeito (c) e (d); e, por fim, predicativo do objeto (e).

Na verdade, Pereira (1940, p. 220) divide os complementos em dois grupos principais: complementos ‘essenciais’ e ‘acidentais’.

Os essenciais se subdividem em ‘objetivo’ e ‘terminativo’.

Ao complemento objetivo dá-se o nome de complemento *direto* ou *objeto direto*, que corresponde ao *acusativo* latino, por oposição ao complemento ou *objeto indireto* que corresponde ao *dativo* latino. Diz-se *direto* pelo fato de nele se empregar a ação verbal imediatamente, isto é, quase sempre sem o intermédio de preposição, ao passo que o *indireto* exige quase sempre a intervenção desta partícula. (*sic*) (PEREIRA, 1940, p. 220).

Já o ‘complemento terminativo’ é, para Pereira (1940, p. 224-225), aquele exigido por substantivos, adjetivos e verbos de significação ‘relativa’. O autor os distribui em quatro tipos: a) “terminativo de atribuição”, ligados a verbos transitivos-relativos (Obedeço-vos; Dou-me os parabéns); b) “terminativo de direção”, é o termo que expressa o lugar para onde se dirige o movimento expresso pelo verbo, pelo substantivo ou adjetivo

(Partir *para a Europa*; *Ida ao Rio*); c) “terminativo de origem”, termo que expressa o ponto de partida de uma ação advinda de verbo e substantivo ou adjetivo verbais (*Vim de casa*; *Vindo de casa*); d) terminativo de relação será aquele que, não atendendo aos casos especificados em ‘a’, ‘b’ e ‘c’, completará o sentido do verbo, adjetivo e substantivo relativos regidos de preposição adequada (depende dele; contente com a sorte; o desejo de viver).

Quanto aos complementos ‘acidentais’, são tidos como aqueles que dão mais precisão ao sentido do vocábulo a que se une, contudo não é exigido por esse vocábulo para lhe completar o significado. Os acidentais dividem-se em ‘atributivo’ e ‘circunstancial’.

Os acidentais atributivos são subdivididos por Pereira (1940, p. 230) em explicativos e restritivos. O primeiro é aquele que apresenta qualidade inerente ao substantivo modificado, conforme os exemplos “A *branca* neve”, “Água *mole* em pedra *dura*”. Já o segundo, é aquele “que limita ou restringe a significação do *apelativo*” como em “Papel *branco*”, “Pó *para dentes*”.

Sobre essa minuciosa descrição de Pereira, cabe ressaltar que causam certa confusão os exemplos “Este BELO rapaz” e “Esse relógio DE PEDRO” em oposição a “Rapaz BELO” e “Dois relógios DE PEDRO”, em que, no primeiro par de exemplos, (BELO e DE PEDRO) são classificados como complemento acidental atributivo explicativo e, no segundo par, como complemento acidental atributivo restritivo. Tal distinção não é clara do ponto de vista sintático, nem semântico. A diferença, se houve, parece restringir-se à apresentação do nome, por meio dos elementos dêiticos presentes nos sintagmas.

Pereira (1940, p. 231) inclui ainda na lista do complemento acidental atributivo o aposto e o vocativo. O primeiro por modificar um outro substantivo e o segundo por ser um aposto “especial da 2 pessoa com quem se relaciona”.

Por fim, Pereira (1940, p. 231) explica que o complemento acidental circunstancial é aquele que “modifica o adjetivo, o verbo ou o advérbio, a que se liga, em geral, por preposição adequada *clara* ou *oculta*, exprimindo alguma circunstância”. O autor acrescenta, em notam que esses complementos mantêm relação adverbial com as palavras que modificam, ou seja, são os conhecidos na atualidade como adjuntos adverbiais.

Silveira Bueno (1951), nosso terceiro estudioso pesquisado, demonstrando que desejava trazer a público uma gramática que não fosse ‘asfixiante’, que não trouxesse

antigas regras puramente artificiais e que viesse, ao contrário, esclarecer, simplificar e modernizar o ensino da língua portuguesa, tornando-o mais fácil e adequado à época, publica a ‘Gramática normativa da língua portuguesa’ em 1944 . Na apresentação da obra, sob o título ‘Palavras Necessárias’, afirma:

Passadas em revista as mais famosas gramáticas do Brasil, chegamos à conclusão de que o peso terrivelmente asfixiante da rotina continua a abafar o ensino do idioma. Como essas trepadeiras envolventes e daninhas, continuam as antigas regras, puramente artificiais, ou já sem aplicação aos nossos dias, [...] Não há em nossa mente, a menor nem a mais vaga intenção de contradizer por contradizer. Se, por vezes, dissentimos de ilustres mestres, fazemo-lo com espírito meramente científico, reverenciando a pessoa do gramático. Desejamos apenas esclarecer, simplificar, modernizar este ensino, tornando-o fácil e adaptado ao nosso tempo (*sic*). (1951, Palavras Necessárias)

Com esse espírito cientificista, Bueno (1951, p. 171), no capítulo sobre verbos, quanto aos complementos, apresenta-os como transitivos e intransitivos, dizendo que o “verbo ativo, que expressa ação, pode apresentar-nos três aspectos diversos”.

E então, o autor (*ibidem*, 171) os classifica como ‘transitivos’, aqueles em que “a ação expressa pelo verbo e praticada pelo sujeito é incompleta, exigindo um termo que a complete”, apresentando o exemplo “Pedro matou o pássaro” em que ‘matar’, ação expressa pelo verbo e praticada pelo sujeito ‘Pedro’, não é perfeita em si mesma e necessita de um termo que a complete ‘pássaro’.

A seguir, apresenta o ‘transitivo-relativo’ ou ‘bitransitivo’ como aquele em que a ação expressa pelo verbo e praticada pelo sujeito exigirá dois termos para completá-la e não apenas um, e para exemplificar usa “Pedro deu esmola ao pobre”. Silveira Bueno o chama de duplamente incompleto, pois, segundo ele, não basta dizer ‘o que Pedro deu’, mas também ‘a quem deu’.

Ao outro tipo, o autor chama ‘intransitivo’ ou ‘neutro’ e diz que com esse a “ação expressa pelo verbo praticada pelo sujeito é completa em si mesma, não requerendo termo especial”, para o qual apresenta como exemplos “Pedro dorme – Pedro vive”.

O autor nos chama a atenção para o fato de que tanto os verbos transitivos quanto os intransitivos poderem permutar-se de acordo com o sentido que apresentem na frase e para fundamentar sua posição cita Said Ali.

Conversão verbal – Os verbos transitivos e intransitivos podem permutar-se, segundo o sentido em que aparecerem na frase, passando de uma categoria à outra. “Transitivos como: *beber, comer*, em *comer carne, beber vinho*, não há dúvida que

estes mesmos verbos vêm empregados intransitivamente em expressões como *o doente não come nem bebe...*” (SAID ALI *apud* BUENO, 1951, p.171)

O autor fala ainda sobre os verbos nocionais e relacionais (conforme o autor, nomenclatura usada por Said Ali), que segundo Bueno, são os “que indicam o estado, a condição em que se encontra o sujeito durante a ação verbal” e que aparecem acompanhados de adjetivo ou substantivo que lhes completará o sentido.

Bueno (1951, p.171-72) nos dá como exemplo para esse tipo de verbo “As flores *anoitecem murchas* e quase *sêcas...*”. Acrescenta aos seus comentários que outros autores chamam a tais verbos de ‘verbos de estado’ ou ‘verbos de ligação’. Ele ressalta que os verbos mais rotineiramente usados como nocionais e relacionais sejam “estar, ser, ficar, tornar-se, andar, virar, parecer” e exemplifica “Tal *está morta* a pálida donzela”.

Já no capítulo em que explana sobre sintaxe de regência, Bueno (1951, p. 279) afirma: “a sintaxe de regência estuda especialmente as relações de dependência em que se encontram as palavras da oração e as orações entre si no período lógico”. O autor afirma que tais relações de dependência só se efetivam na oração e na frase de sentido pleno.

Para tal discussão, Bueno apresenta duas espécies de relação de dependência a coordenação e a subordinação, comentando que a coordenação reúne palavras e frases de mesma função sintática, enquanto a subordinação reúne palavras e frases de funções sintáticas diferentes.

Observa-se, no capítulo sobre sintaxe de regência, que o autor abarca todas as relações em que se encontram as palavras na oração e entre as próprias orações. Ele diz que a sintaxe de regência trata das relações de dependência, “estabelecendo a hierarquia das principais ou *regentes* sobre as secundárias ou *regidas*” (*ibidem*, p. 277).

Nesse capítulo, são mostradas as relações estabelecidas entre as partes de uma oração (sujeito, predicado, complementos), e, no que tange ao estudo dos complementos verbais, o autor os classifica em complementos essenciais (direto e indireto) e acidentais (atributivo e circunstancial).

Sobre os essenciais tem-se que será complemento ‘direto’ ou ‘objetivo’ a palavra ou frase que completa o verbo transitivo direto (Purifiquei *o ar*); ‘indireto’ ou ‘terminativo’ a palavra ou frase que se liga ao verbo transitivo por meio de preposição (Melhor dar *aos maus* que pedir *aos bons*).

O autor acrescenta que qualquer palavra de sentido incompleto que necessitar de termos para completar sua significação possuirá um complemento indireto ou terminativo, incluindo nesse âmbito termos que chamamos hoje de complemento nominal e adjunto adnominal, vejam-se exemplos do autor: “Amor à *pátria* – Necessidade *de trabalhar* – Filhos *do Brasil* – Habitante *do Rio de Janeiro* – Proceder *contra alguém*” (SILVEIRA BUENO, 1951, p. 287).

Sobre os complementos acidentais, Bueno (1951, p.287) explica serem os ‘atributivos’, também chamados ‘adjunto atributivo’, aqueles que “modificam um nome, esclarecendo e precisando melhor a sua significação” e será sempre um adjetivo ou expressão equivalente (*relógio de ouro* – *faca prateada*).

É relevante observar que causa certa confusão a análise feita a partir dos exemplos ‘*relógio de ouro*’ (complemento acidental) e ‘*Filhos do Brasil*’ (complemento indireto ou terminativo), pois não fica claro o porquê da diferença de nomenclatura entre os dois complementos, visto que tanto ‘de ouro’ quanto ‘do Brasil’ são sintagmas preposicionados que complementam substantivos não transitivos. Todavia, há certa diferença semântica no que tange a questão de um apresentar sema ‘+ humano’ (filhos) e o outro ‘- humano’ (relógios).

Além disso, o autor organiza sob a mesma perspectiva sintática complementos que são tidos na atualidade como complemento nominal (à *pátria*), adjunto adnominal (*do Brasil*) e objeto indireto (*de trabalhar*).

O autor observa serem o ‘aposto’ e ‘vocativo’ também complementos atributivos devido ao caráter de modificadores do nome, funcionando como determinantes do sentido das palavras a que se referem.

Já os circunstanciais são, segundo Bueno (1951, p. 288), “a palavra ou frase que modifica principalmente o verbo, dando-lhe o modo de ser da ação verbal”, tal complemento é chamado também de adjunto adverbial pelo autor, que o exemplifica com “Pôs-se Adão *em pé*”.

Bueno (1951, p. 292) apresenta, ainda, o ‘complemento indireto de causa eficiente’ que está sempre regido de preposição e executa a ação na frase de voz passiva (O jardim foi varrido *pelo vento*).

1.1.1 Período pré-NGB: algumas considerações

Sobre o período em foco, é interessante ressaltar que os três estudiosos, inicialmente, abordam o assunto transitividade na parte da gramática dedicada à ‘taxionomia’, parte em que se divide o léxico de uma língua em classes gramaticais distintas sem levar em conta a relação entre as palavras na frase. Todavia, nota-se que o tema é bastante relevante nessa época, pois, além de ser tratado quando se classificam os verbos ora quanto à predicação (Maciel), ora quanto ao complemento (Pereira e Bueno), ele também será explorado em outras partes da gramática: por Maciel, em ‘sintaxe relacional’, ao falar sobre as funções das palavras na frase; por Pereira, em ‘sintaxe regular de regência’ e em ‘complementos essenciais’ quando explana sobre o predicado; por Bueno, em ‘sintaxe de regência’ quando fala dos complementos.

Quanto às nomenclaturas utilizadas para os verbos, nota-se que a diversidade é evidente e, para melhor entender as posições e opiniões dos estudiosos em questão sobre o assunto transitividade, deu-se preferência por organizar a tabela comparativa 1 a seguir.

| MAXIMINO MACIEL | | EDUARDO CARLOS PEREIRA | SILVEIRA BUENO |
|-----------------------|-------------------------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| Predicação Completa | | Intransitivo ou Subjetivo | Intransitivo ou Neutro |
| Predicação Incompleta | Objetivo Direto | Transitivo ou Objetivo | Transitivo |
| | Objetivo Indireto | Relativo | |
| | Adjuntivo | Ligação | Nocional ou Relacional |
| Predicação Dupla | Biobjetivo ou Bitransitivo | Transitivo-Relativo | Transitivo-Relativo ou Bitransitivo |
| | Transobjetivo ou Objetivo Adjuntivo | | |

Tabela comparativa 1

Nota-se que, quanto aos verbos que a tradição chama de intransitivos, os estudiosos mostram diferentes nomenclaturas, e, além disso, enquanto Maciel usa terminologia única, Pereira e Bueno utilizam dupla nomenclatura.

Quanto aos outros tipos, faz-se relevante observar que os verbos na atualidade chamados ‘de ligação’ são vistos por Maciel e Pereira como verbos de predicação incompleta que necessitam de um termo que lhes complete a significação e, ao mesmo tempo, que qualifique o sujeito. Já Bueno os vê como verbos que exprimem, junto

a uma expressão de caráter adjetivo, meramente uma qualidade do sujeito, visão mais próxima da fase contemporânea.

Sobre os tradicionalmente conhecidos por ‘transitivos indiretos’, ao qual Maciel chama de ‘objetivo indireto’, será para ele o verbo que se ligue a um complemento por meio de preposição (depende de, obedece a); enquanto Pereira os chama de verbos relativos pela mesma razão, mas vai além de Maciel, pois inclui, nessa lista, os verbos que se ligam a termos locativos (ir a, vir de). Já Bueno não menciona esse tipo em sua relação de verbos. Parece que tais verbos ficam implícitos na lista dos transitivos para esse autor, o que é percebido quando ele descreve os tipos de complementos.

Vê-se que os três falam dos verbos de predicação dupla, contudo Maciel é o único que apresenta dois tipos nessa categoria, pois além daquele que exigirá objeto direto e indireto (‘biobjetivo’ para Maciel; ‘transitivo-relativo’ para Pereira; ‘bitransitivo’ para Bueno), ele fala também sobre o ‘transobjetivo’ que além de apresentar o complemento objeto direto apresentará um predicativo do objeto.

De alguma maneira, os três estudiosos lançam mão do olhar semântico ao mencionarem que a classificação dos verbos dependerá do contexto frasal ou que tal classificação será determinada levando em conta o sentido com que o verbo foi usado.

É interessante ressaltar que Bueno e Pereira incluem o aposto e o vocativo na lista de complementos acidentais, pois para eles tanto um quanto outro são “elementos que funcionam como determinantes do sentido das palavras a que se referem”, e são classificados pelos dois estudiosos como complementos acidentais atributivos.

Ainda na lista de complementos acidentais descrita por Pereira e Bueno, tem-se o complemento circunstancial, aquele que modifica verbo, adjetivo ou advérbio. E, conforme observam os dois autores, podem ser denominados adjuntos adverbiais.

Cabe lembrar que, para Pereira e Bueno, complemento é o termo que integra, limita ou determina a significação da palavra a que se une, por isso suas listas de complementos abarcam não só os complementos tidos como verbais, mas também os ditos complementos nominais, os adjuntos adnominais e adverbiais e ainda o vocativo e o aposto.

Como se vê, as divergências na fase pré-NGB dos estudos sobre transitividade não se limitam apenas a questões de “nomenclatura”. Elas referem-se, sobretudo, a diferentes conceitos e distintas análises sobre o complexo tema “transitividade/complementação”.

1.2. A TRANSITIVIDADE PÓS-NGB

Na tentativa de uniformizar, unificar e simplificar a questão que envolvia a propagação terminológica existente nas ‘gramáticas brasileiras’ da época, surge a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), documento cuja redação declara que a comissão organizadora teve “em mira (...) uma terminologia simples, adequada e uniforme” (1959).

Sobre esse fato, quanto ao tema transitividade verbal, Cavaliere (2000, p. 288), comenta que “o ponto de grande proliferação terminológica, a tipologia verbal em face do complemento somente alcançou razoável simplificação, entre nós, com o advento da NGB” (grifo nosso), pois conforme ele mesmo diz:

Antes, compartilhavam as páginas de morfologia e mesmo sintaxe verbal inúmeros termos com igual significado técnico, fato que, sem dúvida, conferia indesejável dificuldade à didática da teoria gramatical no ensino elementar. (CAVALIERE, 2000, p.288)

Nota-se que Cavaliere fala em ‘razoável’ simplificação, o que deixa margem para entendermos que a situação não se resolveu exatamente do jeito que almejava a comissão constituída e organizada pelo Ministério do Estado da Educação e Cultura da época.

De acordo com a NGB, no âmbito da sintaxe, quanto à predicação verbal, os verbos teriam a seguinte classificação: verbo de ligação; verbo transitivo (direto e indireto); verbo intransitivo. Contudo, muitas gramáticas que foram publicadas após a NGB continuaram a apresentar divergências taxionômicas na classificação dos verbos quanto ao complemento, conforme afirma Cavaliere:

Cumprir notar que a simplificação trazida pela NGB, embora tenha sido bem sucedida no plano pedagógico, não logrou o mesmo efeito no plano doutrinário, de vez que não raro se encontram estudos em que a classificação do verbo em face do complemento segue outras diretrizes. (CAVALIERE, 2000, p. 289)

Rocha Lima, por exemplo, no que pese ter feito parte da comissão que elaborou a redação da NGB, não a seguiu rigorosamente, pois em sua ‘Gramática normativa da língua portuguesa’, apesar de, na seção reservada ao tipo de predicado, ele classificar os verbos em três tipos apenas – transitivos, intransitivos e de ligação. Constatamos que, em outra seção da gramática, ao classificar o verbo quanto aos

complementos, o autor apresenta uma categorização mais detalhada, trazendo uma explicação que parece misturar o semântico e o sintático.

Para o autor (ROCHA LIMA, 2002, p. 340), “o complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto.” E afirma que, em função do tipo de complemento que um verbo possa requerer para formar essa ‘expressão semântica’, ele terá as seguintes classificações:

- a) Intransitivo, aquele que dispensa quaisquer complementos;
- b) Transitivos diretos, os que exigem um objeto direto;
- c) Transitivos indiretos, os que exigem a presença de objeto indireto (regido por preposição ‘a’ ou ‘para’);
- d) Transitivos relativos, aqueles que apresentam um complemento preposicionado (complemento relativo);
- e) Transitivos circunstanciais, os que requerem um complemento preposicional ou não, chamado circunstancial;
- f) Bitransitivo, aquele que simultaneamente apresenta objeto direto e indireto, ou objeto direto e complemento relativo.

Nota-se que a lista proposta por Rocha Lima não é muito esclarecedora, e para que se possa entender a classificação em relação ao funcionamento desses verbos nas frases, temos de saber exatamente o que são os complementos por ele citados. Assim, constataremos que é considerado, por ele, verbo ‘transitivo indireto’ aquele que expressa uma ação ou estado que se dirige a um ‘ser animado’.

Sob esse ponto de vista, o autor (ROCHA LIMA, 2002, p. 248-249) considera que qualquer tipo de predicado (verbal, nominal ou verbo-nominal) poderá apresentar verbo transitivo indireto ligado a objeto indireto, desde que venha “encabeçado pela preposição *a* (às vezes, *para*) e corresponda, na terceira pessoa, às formas *lhe*, *lhes*.” Assim, entende-se que será objeto indireto apenas os substantivos considerados pessoa ou coisa que possa receber tratamento igual ao de pessoa (Dei esmolas a *um pedinte*/Dei-*lhe* esmola, ou A prova pareceu difícil *aos alunos*/A prova pareceu-*lhes* difícil).

Enquanto o verbo transitivo relativo será aquele que aparece acompanhado por complemento regido por qualquer tipo de preposição e que possa ser substituído pelas

formas pronominais tônicas ele, ela, eles, elas, desde que este complemento não represente pessoa ou coisa personificada a que se destina a ação, mas antes funcione como o objeto direto, ou seja, é o ser sobre o qual recai a ação (*Assisti a um show/Assisti a ele*, ou *Preciso de conselhos/Preciso deles*).

Já o transitivo circunstancial é aquele a que se ligam termos locativos, temporais, que indicam distância, ou seja, tal tipo verbal está associado a complementos de natureza adverbial, ligado ou não por preposição (*Irei a Recife//Jantarei em Salvador//A festa durou dez horas// Recuei três quilômetros*).

Sobre o bitransitivo, é interessante ressaltar que, na visão de Rocha Lima, esse verbo não só poderá apresentar concomitantemente objeto direto e indireto (*A menina deu flores à mãe*), mas também objeto direto e complemento relativo (*Reparei dos alunos a educação*).

Já Celso Cunha, estudioso que também fez parte da comissão que participou da elaboração da NGB, segue rigidamente as indicações previstas no documento, ao falar do assunto transitividade em sua ‘Nova Gramática do Português Contemporâneo’.

Nesse compêndio, na seção destinada aos tipos de predicado, ao se referir ao predicado verbal, ele diz que esse é composto por verbo ‘significativo’ que é o núcleo do predicado. Segundo sua visão, tais verbos significativos dividem-se em transitivos e intransitivos.

Para o autor (CUNHA, 1980, p. 147), intransitivos são aqueles que apresentam a ação verbal contida integralmente nas próprias formas verbais, ou seja, “a ação não vai além do verbo” (ex.: *O cocheiro ‘parou’*. *Os passageiros ‘soltaram’*).

Já os transitivos são divididos em diretos, indiretos ou diretos e indiretos simultaneamente. Sendo o verbo transitivo direto aquele que transmite a ação expressa a outros elementos “diretamente” sem o intermédio de preposição, e para exemplificar traz “Cumpra o seu dever” (CUNHA, 1980, p. 147). Ele conclui dizendo que o termo que integra o sentido desse tipo de verbo é o objeto direto.

Com o verbo transitivo indireto, segundo Cunha (1980, p. 147), a ação expressa “transita para outros elementos da oração indiretamente”, ou seja, obrigatoriamente há o intermédio da preposição e, para esse tipo, os exemplos usados são “Assisti a algumas touradas” e “Perdoem ao pobre tolo”. E chama de objeto indireto ao termo que completa o sentido desse tipo de verbo.

Sobre o verbo simultaneamente transitivo direto e indireto, ele diz ser aquele que expressa uma ação que transita, ao mesmo tempo, tanto para um complemento por meio de preposição quanto para outro sem intermédio de preposição, ou seja, tal verbo necessita tanto de objeto direto quanto de indireto para lhe completar o sentido. E para esse tipo exemplifica com “Contaria tudo ao marido” (*ibidem*, p. 148).

Em “Moderna Gramática Portuguesa”, edição de 1969, Bechara fala de revisão e inovação quando se refere aos assuntos expostos em nessa gramática:

Com a humildade necessária a tais emprêsas, sabemos que as pessoas competentes poderão facilmente verificar que fizemos uma revisão em quase todos os assuntos de que se compõe êste livro, e muitos dos quais encontraram aqui um desenvolvimento ainda não conhecido em trabalho congênere. (BECHARA, 1969, p. 21)

É interessante ressaltar que Bechara (1969, p. 22) tentou deixar claro que levou em conta o progresso científico dentro e fora do Brasil em seu trabalho. Buscando expressar o que havia de moderno em relação aos estudos da linguagem, afirma que “A orientação científica por que norteia esta nossa *Moderna Gramática* não seria possível sem a lição dos mestres que, dentro e fora do Brasil, tanto têm feito pelo desenvolvimento da disciplina.” E em seguida, menciona M. Said Ali como um de seus principais mestres.

Por outro lado, o estudioso toma o cuidado de não parecer desrespeitoso em relação à NGB, afirmando que, apesar de não ter rompido com a tradição secular, propõe um tratamento novo para variados assuntos que não podiam mais ser abordados como vinham sendo até então pela tradição gramatical.

E para não parecer que discorda da NGB ou a ela desobedece, Bechara (1969, p. 22) alerta que segue a NGB e que “os termos que aqui se encontram e lá faltam, não se explicarão por discordância ou desrespeito; é que a NGB não tratou de todos os assuntos aqui ventilados.”

O assunto transitividade verbal é abordado por Bechara sob o título “Constituição do predicado verbal” acompanhado do subtítulo “Verbo intransitivo e transitivo. Complementos verbais”. Isso mostra uma primeira divisão em dois tipos de verbos.

Em seguida, Bechara (1969, p. 252) conceitua o verbo intransitivo como aquele que “se basta a si mesmo”, não necessitando de “complemento para integrar seu sentido”, e exemplifica com “Os homens trabalham” e “A criança adormeceu”.

O transitivo, para Bechara (1969, p. 252-253), é aquele que “necessita de complemento que integre sua predicação” e os subdivide em transitivos diretos e indiretos. Sendo o primeiro, “os que têm complementos não iniciados por preposição **necessária**” e, o segundo, os “que se acompanham de complemento iniciado por preposição **necessária**” (grifo nosso). O autor acrescenta que, sendo transitivo indireto, a falta da preposição pode prejudicar “o sentido ou a correção do contexto”.

Para o transitivo direto, ele utiliza como exemplo “Os alunos leram *belas poesias*”; já para o transitivo indireto, “As crianças obedecem *aos pais*” e “Lembrei-me *da encomenda*”.

Sobre os complementos verbais, Bechara (1969, p. 254) chama de ‘objeto direto’ aquele não “encabeçado por preposição necessária” que se liga aos verbos transitivos diretos e que pode ser substituído pelos pronomes oblíquos ‘o, a, os, as’. Já o ‘objeto indireto’ se liga o verbo transitivo indireto encabeçado por preposição necessária e que pode ser substituído pelos pronomes oblíquos ‘lhe, lhes’.

Num primeiro momento, parece que, sob o prisma de Bechara, qualquer tipo de preposição poderá integrar um ‘complemento objeto indireto’ ao verbo ‘transitivo indireto’, contudo, em pequeno texto, sob o título “Observações”, ele faz algumas advertências sobre o assunto. O que aparenta ser uma forma discreta de mostrar sua visão divergente em relação à NGB:

A NGB, a bem da simplificação, reúne sob denominação única de *objeto indireto* complementos verbais preposicionados de natureza diversas: o *objeto indireto* propriamente dito, em geral encabeçado pelas preposições *a* ou *para* (escrevi aos pais), o *complemento partitivo*, em geral encabeçado pela preposição *de* (lembrar-se de alguma coisa) e o *complemento de relação*, também encabeçado, em geral, pela preposição *de* (ameaçar alguém de alguma coisa). (BECHARA, 1969, p. 254-255).

Bechara (1969, p. 255) acrescenta que, caso não haja essa diferença conceitual entre os complementos que se ligam ao verbo transitivo indireto por preposição, teremos de “compreender a presença de dois objetos indiretos numa mesma oração como: *Queixa-se dos maus tratos ao diretor*”.

Para sustentar tal crítica, busca a corroboração de Rocha Lima e, em nota de rodapé, Bechara comenta “Autores há que consideram objeto indireto apenas o complemento que pode ser representado por *lhe*; aos outros precedidos de preposição,

complementos de verbos, chamam *complemento relativo*” (ROCHA LIMA *apud* BECHARA, 1969, p. 255).

Bechara distribui o assunto não deixando explícita sua posição a respeito, mas também não se omite em mostrar que há opiniões que se diferenciam da distribuição feita pela NGB, ou seja, usa a sua gramática para discutir o assunto sob olhares divergentes.

É interessante ressaltar que Bechara não explana sobre o tipo “transitivo direto e indireto”, o qual é chamado de bitransitivo por Rocha Lima. Todavia, nos exemplos que fornece, para confirmar o fato de a classificação dos verbos quanto à transitividade depender de seu emprego na oração, constata-se a estrutura “Maria passou as novidades às colegas” (BECHARA, 1969, p. 253), na qual o verbo ‘passar’ se liga a dois complementos diferentes ‘as novidades’ e ‘às colegas’(um objeto direto e um indireto, respectivamente).

O fato linguístico que ocorre no exemplo acima citado será esclarecido pelo autor, de forma mais contundente ao longo da explanação sobre as “espécies de complementos verbais”. Nesse tópico, Bechara (1969, p. 258) fala sobre a “concorrência de complementos diferentes”, e explica que “um verbo transitivo pode acompanhar-se de dois objetos”, e assim o autor elabora três possibilidades de ocorrência:

- a) Objeto indireto de pessoa (com *a* ou *para*) e objeto direto de coisa
- b) Objeto direto de pessoa e um complemento de relação (a que a NGB chama objeto indireto)
- c) Objeto indireto de pessoa (com *a* ou *para*) e complemento de relação (a que a NGB chama objeto indireto)

Nota-se que, além de admitir a existência de verbos que recebem dois complementos distintos, Bechara também confirma o fato de o objeto indireto ser aquele que está ligado ao verbo somente pela preposição ‘a’ ou ‘para’ e que seja pessoa a quem a ação se dirige ou que dela obtenha proveito.

Para o autor, não se pode classificar um verbo quanto à transitividade sem que se observe seu emprego na oração. Bechara afirma que:

A classificação de um verbo depende da situação em que se acha empregado na oração. Muitos verbos, de acordo com os vários sentidos que podem assumir, ora

entram no grupo dos verbos de ligação ora são intransitivos, ora são transitivos diretos ou indiretos. (...) Assim não podemos, a rigor, falar de verbos intransitivos ou transitivos, mas em *emprego* intransitivo ou transitivo dos mesmos verbos. (BECHARA, 1969, p. 253)

A visão semântica é importante para o autor, que faz questão de tecer observações que ratificam o fato de os diferentes empregos do verbo nas orações e a sua classificação quanto à transitividade estarem diretamente ligados.

Bechara (1969, p. 253) ressalta que alguns verbos mudam a construção frasal, ou seja, ora são usados com preposição, ora sem preposição, de acordo com o sentido com que são empregados na oração. E, para exemplificar isso, faz uso do verbo ‘assistir’ com os sentidos de ‘socorrer’ (sem preposição) e de ‘presenciar’ (com preposição) e do verbo ‘querer’ com os sentidos de ‘desejar’ (sem preposição) e de ‘estimar’ (com preposição). Nesse sentido, a classificação desses verbos mudaria em cada construção de acordo com o uso ou não da preposição, ora seriam transitivos diretos, ora seriam transitivos indiretos.

Outra abordagem interessante feita por Bechara (1969, p. 255), nessa parte da matéria, e que envolve a questão semântica, é a que diferencia os possíveis sentidos do objeto direto e indireto. Segundo o autor, o objeto direto poderá expressar:

- a) a pessoa ou coisa que recebe a ação verbal: ‘O soldado prendeu *o ladrão*.’
- b) o produto da ação: ‘O poeta compôs *um belíssimo soneto*.’
- c) a pessoa ou coisa para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado pelo dito sentimento: ‘Otelo ama *a Iago*.’
- d) o espaço percorrido ou o objetivo final, com os verbos de movimento: ‘Atravessar *o rio*.’ e ‘Viver *bons momentos*.’

Já o objeto indireto poderá expressar:

- a) a pessoa ou coisa que recebe a ação verbal: ‘Escrever *aos pais*.’
- b) a pessoa ou coisa em cujo proveito ou prejuízo se pratica a ação: ‘Trabalha *para o bem geral da família*.’

- c) A pessoa ou coisa que, vivamente interessada na ação expressa pelo verbo, procura captar simpatia ou benevolência de outrem: ‘Não *me* venham com essas histórias.’
- d) A pessoa possuidora: ‘Conheci-*lhe* o pai.’ e ‘Tomou o pulso *ao doente*.’
- e) A pessoa a quem pertence uma opinião, situação que pode ocorrer com verbo de ligação: ‘Para *nós* ele está errado.’ e ‘Antonio pareceu-*me* tristonho.’

Com relação ao objeto indireto das letras ‘c’, ‘d’ e ‘e’, Bechara os chamou respectivamente de ‘dativo ético’, ‘objeto indireto de posse’ e ‘objeto indireto de opinião’.

E novamente de forma discreta, a título de ‘observação’, ele fala sobre outra classe de verbos a qual chama ‘transitivos adverbializados’ que, conforme Bechara (1969, p. 256), “pedem como complemento uma expressão adverbial como: *Irei à cidade* ou *voltei do trabalho*.” E sobre isso, alerta que a NGB considerou esse tipo de complemento como “mero adjunto adverbial”.

Vê-se que Bechara, ao longo da exposição sobre transitividade, faz o que diz no prefácio, ou seja, vai apresentando termos dos quais a NGB não tratou.

Em ‘Novas lições de análise sintática’, nota-se que Kury (reeditada em 2000, p.5) tenta seguir a tradição gramatical nos estudos da análise sintática, e faz questão de ressaltar que “a análise estrutural, saussuriana, da frase resistiu incólume às novidades em voga na década de 70” e que para ele esse é o procedimento mais “adequado ao exame da estrutura da frase”.

Adiante, numa aparente tentativa de defender-se por nem sempre seguir rigidamente a NGB em suas análises, o autor deixa claro que, em determinadas situações, diverge da Nomenclatura Gramatical Brasileira, por convicção doutrinária e não por querer ser inovador e acrescenta que apesar de considerar que tal documento já necessitasse de aperfeiçoamentos ainda servia ao uso prático da análise sintática.

Quanto à terminologia, coincide, grosso modo, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, que, velha embora de 25 anos, e necessitando de reforma, ainda se presta razoavelmente, no seu conjunto, ao uso prático.

Se dela por vezes me afasto, nisso não vai indisciplina nem sede de originalidade, mas de convicção doutrinária, da qual não abduco, e a necessidade mesma de exposição. (KURY, 2000, p. 6)

Na visão de Kury (2000, p. 28), predicação verbal e regência verbal são nomenclaturas diferentes de um mesmo fenômeno. O que se pode notar, quando, sob o título de ‘predicação verbal’, ele explica “Chame-se PREDICAÇÃO (ou REGÊNCIA) VERBAL ao tipo de “conexão entre sujeito e verbo, entre verbo e complementos”. E para essa explicação ele utiliza Celso Pedro Luft como argumento de autoridade.

Para Kury, os verbos se dividem em intransitivos, transitivos (diretos, indiretos, diretos e indiretos ao mesmo tempo e adverbiais), além dos de ligação.

Sobre os intransitivos, Kury (2000, p. 28) diz serem aqueles que “**podem** conter em si toda a significação do predicado sem acréscimo de complemento” (grifo nosso).

Vê-se que o autor toma o cuidado de usar o modalizador ‘podem’, deixando assim uma ‘brecha’ para outras possibilidades de construção. O que faz sentido, levando em conta sua explanação a *posteriori*, pois, ao construir seus exemplos, com os tradicionais verbos de fenômenos da natureza (chover, trovejar, entre outros) e com os acidentais (acontecer, ocorrer, etc.), ele chamará a atenção para o fato de que, em sentido figurado, poderem estes verbos ser empregados como transitivos diretos e, para abonar sua posição, exemplifica com “Deus *choverá* BÊNÇÃOS sobre este casal.”

A seguir, fala de certos verbos de ação que expressam fatos cujos agentes são capazes de executar tal intento, como em “Leio muito.” e “As crianças brincam.” Depois, explana sobre os verbos de ‘movimento’ ou ‘situação’ como ‘chegar’, ‘seguir’, ‘morar’, ‘estar’ e ‘ficar’. E completa a explicação, observando que:

Um verbo intransitivo pode ter anexado a si um nome predicativo que exprime o estado ou a condição do sujeito ao dar-se o fato mencionado:

“Vai REDONDA e ALTA a lua” (F. Pessoa, OP, 46); “Olhou CONFRANGIDO” (An. Machado, HR, 63); “Entrei APRESSADO” (M. de Assis, BC, 124).

Pode dizer que, em casos destes, o verbo intransitivo faz simultaneamente as vezes de verbo de ligação, sem, contudo, perder seu valor nocional. (KURY, 2000, p. 29)

Vê-se que, com essas observações, Kury tenta mostrar o máximo de possibilidades sobre as prováveis construções feitas com os verbos intransitivos. Parece que é uma tentativa de não esquecer nada que faça parte do uso linguístico cotidiano.

Sobre os transitivos, o autor diz serem aqueles que solicitam o acréscimo de complemento que integre o sentido do predicado. Ou seja, chama a atenção para a questão semântica, e a seguir, ao falar do verbo ‘transitivo direto’, nos remete à questão da

preposição ‘não obrigatória’ que poderá ser usada entre o verbo e o complemento objeto direto:

TRANSITIVOS DIRETOS são os verbos que têm seu sentido integralizado por um complemento não introduzido por preposição **obrigatória**, ou ocasionalmente pela preposição a, denominado OBJETO DIRETO. (KURY, 2000, P. 30)

Contudo, ele não dá maiores detalhes sobre tais construções nem exemplifica tal possibilidade e continua sua explanação sobre esse tipo, levando em conta apenas os verbos pessoais, ou seja, deixa de lado os transitivos diretos impessoais (Há pessoas aqui/Faz calor).

Assim passa a especificar características próprias desses tipos de verbos que possuem a peculiaridade de ‘transitarem’ para voz passiva. Kury explica que esses verbos:

- 1) Exprimem ação e, por isso, têm um AGENTE, que na VOZ ATIVA (...) é o sujeito da oração.
- 2) O seu objeto direto representa o ser que, recebendo a ação, é seu PACIENTE.
- 3) Pelo fato mesmo de possuírem agente e paciente (este sem preposição **necessária**) admitem além da construção habitual, a “voz ativa”, outra forma, a “voz passiva” em que o paciente passa a exercer a função de sujeito. (KURY, 2000, p. 30)

Sobre os ‘transitivos indiretos’, o autor chama a nossa atenção sobre o fato de esse tipo estar acompanhado de complemento que se liga ao verbo imprescindivelmente intermediado por preposição ‘obrigatória’, desde que não tenha valor circunstancial, ou seja, não tenha valor de adjunto adverbial. Assim Kury define:

TRANSITIVOS INDIRETOS são verbos que têm seu sentido integralizado por um OBJETO INDIRETO, isto é, um complemento que, quando substantivo, ou pronome substantivo, vem **obrigatoriamente** regido de preposição sem valor circunstancial. (KURY, 2000, p. 30)

Em seus exemplos sobre esse tipo, observa-se que serão tidos como transitivos indiretos verbos variados, não só os que estejam regendo a preposição ‘a’ ou ‘para’, conforme mostra nas frases “Escrevi A meus pais”, “Discordava DE tudo” e “Pensei EM ti” (KURY, 2000, p. 31).

Fica nítido que o autor tem grande preocupação de fazer a diferença entre o termo ‘objeto indireto’ e ‘adjunto adverbial’ nesse tipo de construção em que se utiliza a preposição entre verbo e complemento. E para reforçar isso, observa:

Uma preposição pode introduzir seja objeto indireto, seja complemento ou adjunto adverbial: no primeiro caso é mero nexos gramatical, sem valor significativo: “Gosto DE *música*.” (*de música* = objeto indireto); já no 2º caso tem valor circunstancial nítido: “Venho De *casa*.” (*de casa* = complemento adverbial de lugar). (KURY, 2000, P. 31)

Ao falar dos verbos que são transitivos diretos e indiretos simultaneamente, Kury (2000, p. 31) lembra que tais verbos eram chamados pela tradição gramatical de ‘bitransitivos’ ou ‘biobjetivos’, mas que a NGB não contemplou tais nomenclaturas. E, apesar de tentar manter-se fiel a nomenclatura dada pela NGB, comenta “a denominação *bitransitivo* nos parece útil e didática, e não vemos inconveniente no usá-la.”

Com relação a esse tipo, ele exemplifica com frases que deixam claro que o objeto indireto será o termo que designa o ser a quem a ação beneficia ou prejudica, ou seja, será regido de preposição ‘a’ ou ‘para’, como se vê nas frases “*Deu* tudo AOS pobres” e “PARA o filho *reservara* os melhores livros” (KURY, 2000, p. 31).

Para falar do transitivo adverbial, Kury busca como argumento de autoridade o apoio de Albert Sechehaye, discípulo de Saussure. Para esse estudioso francês, se a transitividade for entendida como a incompletude de significado da ideia principal (nesse caso, leia incompletude ‘verbal’), não serão transitivos apenas os verbos de ação que exigem um objeto, mas tantos outros verbos como os de movimento que se liguem, por exemplo, a uma circunstância de lugar.

Nesse sentido, Sechehaye citado por Kury (2000) afirma que:

Em qualquer caso, a ideia representada por essas palavras se oferece à mente com um caráter de incompletação: é um principal que é feito para um complemento e que parece não ter cumprido a sua função e não chega até ele. Ora, se definirmos a transitividade pela incompletação da ideia principal, vemos logo abrir-se diante de nós uma perspectiva muito mais ampla. Os verbos transitivos já não serão necessariamente verbos de ação que pedem um objeto, no sentido especial do termo; *pertencer a*, que pede complemento que designa o possuidor, *ir a*, que pede indicação de lugar, serão igualmente transitivos. (SECHEHAYE apud KURY, 2000, p. 33)

Levando em conta esse fato, Kury (2000, p. 32) determina que verbos de movimento ou de situação, típicos das construções ‘Cheguei a Petrópolis’, ‘Voltei de

Campos' e 'Fiquei em casa', por pedirem “complemento adverbial de lugar” (a Petrópolis; de Campos; em casa) que lhes fará falta para completar o sentido integral, “devem ser considerados transitivos”.

1.2.1 Período pós-NGB: algumas considerações

Sobre o período pós-NGB, é interessante ressaltar que os estudiosos abordam o assunto transitividade na seção da gramática especificamente dedicada aos estudos da sintaxe. O tema não constitui mais um assunto suficiente em si mesmo, tampouco perpassa pela análise semântica.

É também possível dizer que já não é dada ao tema a mesma relevância dispensada no momento histórico anterior. Prova disso é que, nas obras período pós-NGB, vemos o assunto ser exposto em pequenas seções da gramática. Por exemplo, Kury e Bechara tratam do assunto num só capítulo (“Predicação verbal” e “Constituição do predicado verbal”, respectivamente), enquanto Cunha o dilui em dois capítulos (“Predicado verbal” e “Complementos verbais”). O único que contraria essa perspectiva é Rocha Lima, que explana o assunto de forma mais abrangente, abordando esse fato gramatical nos capítulos “Predicado verbal”, “Termos integrantes da oração” e “Classificação dos verbos quanto aos complementos”.

Nessa época, apesar da função normativa da NGB, as diferentes visões sobre o tema “transitividade” persistem. Isso pode ser visualizados na tabela comparativa 2 a seguir.

| Rocha Lima | Cunha | Bechara | Kury |
|---------------------------|------------------------------|-----------------------|--|
| Intransitivo | Intransitivo | Intransitivo | Intransitivo |
| Transitivo direto | Transitivo direto | Transitivo direto | Transitivo direto |
| Transitivo indireto | Transitivo indireto | Transitivo indireto | Transitivo indireto |
| Transitivo relativo | | | |
| Transitivo circunstancial | | Transitivo adverbiado | Transitivo adverbial |
| Bitransitivo | Transitivo direto e indireto | | Transitivo direto e indireto (Bitransitivo) ² |

Tabela comparativa 2

² Kury chama a atenção para o fato de a denominação ‘bitransitivo’ ser útil e didática. (KURY, 2000, p.31)

Quanto à classificação dos verbos, Kury apresenta uma classificação parecida com a de Cunha, exceto pelo fato de existir, para o primeiro, o verbo transitivo adverbial (Venho de casa), além dos intransitivos, transitivos diretos, indiretos, transitivos diretos e indiretos (simultaneamente) que fazem parte também da lista de Cunha.

Nesse sentido, Rocha Lima é o que apresenta classificação mais diversificada, pois, em sua lista, além dos prováveis transitivos diretos, indiretos e intransitivos, traz o bitransitivo (que não só pode apresentar complemento objeto direto e indireto como também objeto direto e complemento relativo); o transitivo relativo (que exige complemento preposicionado que não seja pessoa ou ente personificado) e o transitivo circunstancial cujos complementos são termos locativos, temporais ou que indiquem distância, ou seja, tal tipo verbal está associado a complementos de natureza adverbial.

Diferentemente de Cunha, Kury e Rocha Lima, Bechara não apresenta categoricamente o verbo do tipo transitivo simultaneamente direto e indireto, todavia, quando explana sobre os tipos de complementos, fala da possibilidade de determinados verbos aceitarem dois complementos distintos.

Assim como Rocha Lima e Kury, Bechara também fala do transitivo que tem seu sentido integralizado por adjunto adverbial, ao qual Bechara chama de transitivo adverbiado. Esse tipo é chamado de transitivo circunstancial por Rocha Lima e transitivo adverbial por Kury. Cunha não menciona tal tipo de verbo.

É interessante observar que, tanto para Cunha quanto para Kury, objeto indireto será qualquer termo que complete o sentido de um verbo transitivo indireto, ligando-se a este por meio de qualquer tipo de preposição. Essa opinião está em desacordo com os preceitos de Bechara e Rocha Lima, visto que, para esses autores, o objeto indireto será sempre pessoa (ou ente personificado) acompanhado pela preposição ‘a’ ou mais raramente por ‘para’ e que possa ser substituído pelos pronomes ‘lhe’ ou ‘lhes’.

Kury observa que “a predicação de um verbo depende do seu emprego na oração” (1986: 28), posição compartilhada por Cunha que afirma “a análise da transitividade verbal é feita de acordo com o texto e não isoladamente”, juízo também de Rocha Lima que, após relacionar os vários tipos de verbos, observa “o caráter de cada qual destes tipos se denuncia na frase”. Essa opinião reforçada por Bechara, que afirma “a classificação de um verbo depende da situação em que se acha empregado na oração”.

Bechara é o único a fazer a crítica sobre o fato de alguns gramáticos considerarem complementos regidos de qualquer tipo de preposição como objeto indireto. Para ratificar sua posição, apresenta o inédito complemento partitivo (regido de preposição ‘de’ como em ‘Lembrar-se *de alguma coisa*’) e o complemento relativo ao qual Rocha Lima chamou de complemento de relação (Ameaçar alguém *de alguma coisa*).

Bechara se diferencia também de Cunha, Rocha Lima e Kury ao apresentar as possibilidades de sentido que o objeto direto e o indireto podem exercer numa estrutura linguística e mais uma vez o autor mostra sua tendência para um olhar que leva em conta a não só as questões sintáticas, mas também os fatores semânticos e pragmáticos.

Rocha Lima é o único gramático a explicar sobre o fato de um verbo de ligação ou um intransitivo poderem apresentar objeto indireto desde que este seja regido pela preposição ‘a’ ou ‘para’ e possa ser substituído por ‘lhe’ ou ‘lhes’.

Como se pode ver, as divergências sobre as questões que envolvem o tema transitividade não cessaram após a constituição da NGB.

CAPÍTULO II

A GRAMÁTICA NA SEARA DOS LINGUISTAS: A LINGUÍSTICA DESCRITIVA DO PORTUGUÊS

Nesta parte da pesquisa, o tema transitividade verbal será analisado sob a ótica de algumas obras que se enquadram no âmbito do que estamos chamando de Linguística do Português.

Essa perspectiva leva em conta gramáticas de estudiosos que se abeberaram de abordagens científicas pautadas nos estudos linguísticos propriamente ditos, ou seja, tais estudiosos escreveram suas obras partindo de princípios que vão muito além de apenas prescrever o que é certo ou errado no uso da língua.

Nessas obras, não se está preocupado em dizer como a língua deve ser, mas antes se deseja descrever como essa língua é usada pelos seus interlocutores nos momentos de interação social, ou seja, nos momentos reais de comunicação.

Possenti (2012, p. 44) comenta que essas tais não têm objetivo pedagógico, na verdade, elas “consolidam pesquisas que cobrem, de certa forma, toda a língua, o que é raro no trabalho dos linguistas”, pelo fato de não ser comum que os cientistas escrevam ‘manuais’. Tais cientistas da linguagem partem da observação dos usos que podem ser confirmáveis por meio de pesquisa.

Perini (2010), por exemplo, na apresentação da Gramática do Português Brasileiro, afirma que tem como objetivo descrever o português falado do Brasil, observando e analisando a língua como ela é e não como “deveria ser”. Segundo o autor, “já passou da hora em que devíamos abrir os olhos para a nossa realidade linguística, e esta gramática pretende ser um pequeno passo nessa direção”.

Assim, na tentativa de refletir sobre o funcionamento dessa língua, esses estudiosos buscam, para suas análises, exemplos não apenas em renomados textos literários, mas antes em textos do cotidiano, como jornais, revistas, crônicas e, até mesmo, nos textos produzidos na interação face a face.

Sob a mesma perspectiva, Azeredo (2008, p. 25), em Gramática Houaiss da Língua Portuguesa, explica:

Nosso objetivo vai um pouco além de aferição de um uso e sua descrição. Enfatizando sempre o dom da palavra como traço singular da espécie humana, empenhamo-nos em refletir sobre o funcionamento da linguagem verbal.

Castilho (2010) corrobora com esse pensamento, ao comentar que se invertem os propósitos quando os gramáticos fundamentam-se apenas em obras literárias para descrever a língua. Para ele:

As regularidades que as gramáticas identificam devem fundamentar-se no uso comum da língua, quando conversamos, quando lemos jornais, como cidadãos de uma democracia. Isso não exclui a fruição das obras literárias, mas é uma completa inversão de propósitos fundamentar-nos nelas para descrever uma língua. (CASTILHO, 2010, p. 32)

Esta nova maneira de analisar os processos gramaticais que se realizam na construção dos enunciados da língua portuguesa tornou-se possível depois que se introduziram os estudos de Linguística nas universidades brasileiras.

2.1. A LINGUÍSTICA NO BRASIL: BREVÍSSIMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante os três primeiros séculos, após a colonização do Brasil, a língua aqui falada foi denominada “português **no** Brasil” (CASTILHO, 2010, p. 31) por ser completamente lusitana.

Seguindo a sequência da história, vê-se que, após a Independência do Brasil (1822) e a Proclamação da República (1889), surge o Movimento Modernista (1922) que vem consolidar aquilo que o Movimento Romântico (1840) havia tentado anteriormente, ou seja, a identidade da língua do povo brasileiro.

Segundo Azeredo (2008, p. 33),

Uma proposta consistente de renovação da expressão escrita para a literatura brasileira só terá lugar com o Movimento Modernista de 1922, inspirando um debate recorrente ao longo do século passado sobre a identidade da língua padrão do Brasil e seu lugar no conjunto da sociedade brasileira.

Nessa fase, o português falado aqui no Brasil começa a distanciar-se do português de Portugal, tornando-se cada vez mais “majoritário” e passa a ser denominado “português **do** Brasil” conforme Castilho (2010, p. 31).

Inicia-se, então, um novo período político educacional, e um ato que provocou grande repercussão na história dos estudos linguísticos no Brasil foi, no final dos anos 30, a organização do curso de Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF) que trazia em seu currículo básico a disciplina Linguística Geral.

Foi o professor José Oiticica quem regeu a primeira turma de Linguística Geral, porém “por motivos não muito esclarecidos, o autor da *Teoria da correlação* não conseguiu cumprir os objetivos esperados” (CAVALIERE, 2002, p. 113).

Algum tempo depois, ocorre uma grande mudança de conteúdos nos cursos da UDF e, no ano de 1938, o professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior é chamado para dar continuidade ao curso. Por iniciativa de Souza da Silveira, as aulas de Mattoso Câmara foram divulgadas na “Revista de Cultura” em 1939 e 1940 e, no ano seguinte, com a publicação de um volume único cujo título é “Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa”, Mattoso Câmara insere a Linguística Geral no cenário acadêmico brasileiro, em suas bases estruturalistas (CAVALIERE, 2002, p. 114).

Quanto a esse fato, Cavaliere (2002, p. 114) diverge daqueles que dizem que devemos a introdução da Linguística no Brasil a Mattoso Câmara, pois entende que os antecessores dele produziram estudos sobre a linguagem amparados em conceitos da Linguística.

Dizer que a ele devemos a introdução da Linguística no Brasil é fazer supor, *contrário senso*, que seus antecessores sequer se envolveram com a Linguística como ciência, o que é decididamente inverídico. (CAVALIERE, 2002, p. 114)

Por outro lado, Cavaliere (2002, p. 115) concorda com o fato de que, após Mattoso Câmara ter publicado “Princípios de Linguística Geral” (1941), além de ele ter estabelecido um novo “cisma teórico-metodológico” no cenário brasileiro e ter consolidado a Linguística como ciência autônoma dentro da Universidade, ele também escreveu “a mais importante obra teórica sobre a linguagem escrita no Brasil em todo o século XX”.

Entre os anos 1950 e 1960, baseado nos estudos linguísticos de linha estruturalista, Mattoso Câmara foi o pioneiro no que se refere à descrição dos subsistemas fonológico e flexional do português, cujos trabalhos foram reunidos em “Problemas de Linguística Descritiva” e “Estrutura da Língua Portuguesa”, obras que não foram

superadas até os dias atuais conforme Azeredo (2010, p.34). Contudo, os estudos empreendidos por Mattoso Câmara não chegaram ao âmbito da sintaxe.

Mais a diante, no decorrer da década de 60, com a disciplina de Linguística tornando-se obrigatória nos cursos de Letras no Brasil, cresce de forma acelerada a pesquisa em busca de entender a estrutura e o funcionamento da linguagem humana.

É nessa esteira de produção de conhecimento que os estudos da sintaxe ganham destaque entre os anos 1970-1980, momento em que a teoria da gramática gerativa é a base para alguns estudiosos de um expressivo segmento linguístico nacional¹. Segundo Azeredo (2010, P. 34), nessa época, a ampliação dos programas de pós-graduação em Letras e Linguística e a solidificação de uma política de pesquisa que se alastrou pelo Brasil causaram um enorme impacto na produção de análises sobre o funcionamento e a estrutura da linguagem.

Tal fato proporcionou, nos anos seguintes, uma grande virada nas atividades de pesquisa que se diversificou de forma avassaladora. Surgem, assim, os estudos teóricos da Sociolinguística, do Funcionalismo, da Linguística do texto, da Pragmática e da Análise do discurso, por exemplo.

Após tantas inovações e mudanças ocorridas no âmbito das pesquisas que envolviam o estudo da língua portuguesa, sobre a expressão “Português **do** Brasil”, Castilho (2010, p. 31) comenta que, no decorrer dos anos de 1980, “suprime-se a preposição *do*, e começam a falar em *português brasileiro*. Sinaliza-se, com isso, que novos distanciamentos tinham ocorrido, servindo a expressão para designar a identidade linguística dos brasileiros.”

Os linguistas seguem com suas investigações e com a publicação de análises sobre sintaxe, morfologia e fonologia. Com isso, a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma responsabilidade apenas do “gramático”² e passa a ser também do linguista, já que este tem o conhecimento científico sobre a língua. Começa assim a busca pela criação de uma gramática que identificasse a língua falada pelos brasileiros.

E, de acordo com Azeredo (2010, p. 35), “o desafio de propor uma primeira síntese” que mostrasse esse novo olhar científico sobre o funcionamento da

¹ Conforme Azeredo (2010, p. 34), “são representativos dessa tendência e dessa fase os trabalhos de PONTES (1973), PERINI (1976), LEMLE (1984) e LOBATO (1986)”.

² Aquele que tem o lugar de responsabilidade intelectual e autoridade em relação ao português do Brasil, conforme Orlandi (UNICAMP)

língua foi encarado pelo professor da UFMG, Mário Perini, no ano de 1995, quando ele publicou sua “Gramática Descritiva do Português”.

Azeredo acrescenta ainda que, em Portugal, a Professora Maria Helena Mira Mateus em coautoria com um grupo de linguistas já havia produzido um trabalho com essa característica.

Doze anos antes, em Portugal, onde os professores também se engajavam em um projeto de renovação, o mais significativo esforço de síntese, segundo creio, resultou numa obra cuja primeira edição data de 1983, a Gramática da Língua Portuguesa, da autoria de quatro linguistas: Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Silva Duarte e Isabel Hub Faria. (AZEREDO, 2010, p. 35)

No Brasil, após a iniciativa de Perini, surgem algumas obras voltadas para um estudo científico consistente, “em que a iniciativa pessoal cede espaço para grupos de trabalho organizados em nível nacional, invariavelmente, vinculados aos programas de pós-graduação das universidades estatais” conforme comenta Cavaliere (2002, p. 118).

Inicia-se então “A nova era das gramáticas”, momento em que, conforme Machado (2011)³, os linguistas brasileiros começaram a “botar a mão na massa” e produziram “antes gramáticas descritivas e explicativas do que normativas”. Para ele, os trabalhos de Maria Helena de Moura Neves, Mário Perini, José Carlos Azeredo e Ataliba de Castilho são inovadores no que se refere a gramáticas que fazem uma reflexão sobre a língua portuguesa utilizada pelos brasileiros.

Nesse sentido, Cavaliere (2002, p. 116) observa que, apesar de Bechara ter herdado bases da tradição gramatical e ter iniciado seus estudos sob o perfil filológico, o estudioso acompanhou a evolução das pesquisas científicas com base nos estudos linguísticos contemporâneos e que:

A mais recente edição da *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (BECHARA, 1999) revela novos rumos da descrição gramatical agasalhados pelo eminente linguista com fulcro na teoria de Eugenio Coseriu, Herculano de Carvalho e Mattoso Câmara Jr. (CAVALIERE, 2002, p. 116)

É levando em conta essa nova fase de estudos sobre a língua que, nesse capítulo, a transitividade verbal será analisada nas obras de Maria Helena Mira Mateus *et*

³ Josué Machado é jornalista e colunista da Revista Língua Portuguesa. Autor do livro Manual da Falta de estilo (Ed. Best Sellers).

al (Gramática da Língua Portuguesa), de Evanildo Bechara (Moderna Gramática Portuguesa), de Mário A. Perini (Gramática do Português Brasileiro), de José Carlos Azeredo (Gramática Houaiss da Língua Portuguesa) e de Ataliba de Castilho (Nova Gramática do Português Brasileiro).

2.2 A LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS E A TRANSITIVIDADE VERBAL

Na tentativa de traçar um perfil menos tradicional sobre a questão da transitividade verbal, nesta parte da pesquisa, o assunto será discutido e analisado sob o olhar de alguns estudiosos que utilizam um viés linguístico que começou a despontar como instrumento essencial na construção da gramática da língua portuguesa.

2.2.1 Evanildo Bechara (Moderna Gramática portuguesa - 1999)

Evanildo Bechara, em ‘Moderna gramática portuguesa’, edição revista e ampliada de 1999, faz questão de deixar claro que suas análises, nessa edição, foram atualizadas e enriquecidas, levando em consideração o aprendizado consolidado pelas leituras feitas em autores brasileiros (Mário Barreto, Epifânio Dias e J. Mattoso Câmara Jr.) e estrangeiros (M. Said Ali, Eugênio Coseriu e J. G. Herculano de Carvalho).

É relevante ressaltar que Bechara, nessa 37ª edição, já não é tão comedido em relação aos comentários que faz sobre a NGB, quando comparados com os feitos na primeira edição, visto que, nesta última, ele afirma que a NGB precisa de reformulação:

A orientação aqui adotada resulta da nossa convicção de que ela também pode oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical entre nós, especialmente quando aplicada a uma obra da natureza desta Moderna Gramática Portuguesa, que alia a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, [...] (BECHARA, 1999, p. 19-20)

Bechara (1999, p.20) demonstra não só estar preocupado com uma descrição gramatical que se aproxime da realidade linguística daquele momento, mas também com o ensino da língua nas escolas. Tal posição é percebida quando, no prefácio, ele diz que, em sua gramática, “os colegas do magistério e pesquisa encontrarão úteis

sugestões ou temas de reflexão para uma proposta de melhoria da vigente nomenclatura gramatical em nossos compêndios escolares.”

O autor começa sua explanação sobre o assunto transitividade, sem nem mesmo tocar nessa nomenclatura, utiliza formas completamente diferentes das vistas até aqui.

Ao falar da relação predicativa, Bechara menciona os termos nucleares como aqueles que fazem parte do predicado. E esses termos nucleares, ele divide em argumentais e não argumentais e, para diferenciá-los, ele diz que tais termos não mantêm o mesmo grau de coesão e de dependência ou subordinação na relação predicativa.

E com a frase “Graciliano conheceu experiências amargas durante a sua vida”, Bechara (1999, p. 412) explica que, apesar de ‘experiências amargas’ e ‘durante a sua vida’ serem termos nucleares, o primeiro é chamado de “argumental” ou “argumento”, por estar “mais estreitamente ligado ao conteúdo do pensamento designado pelo verbo *conhecer*”. Em outras palavras, o verbo ‘conhecer’ requer tal termo para completar-lhe o sentido, conforme explicita o autor ao dizer que ‘experiências amargas’ “aparece solicitado ou regido pelo significado lexical referido pelo verbo *conheceu*.”

Já o segundo termo (durante a sua vida), é chamado de “não argumental” por manter uma coesão fraca e independência sintático-semântica em relação ao predicado, o que lhe permite mobilidade na oração e por poder ser eliminado da oração. Diante disso, poderíamos ter, além da construção já mencionada como exemplo no parágrafo anterior, as construções “Graciliano conheceu, durante a sua vida, experiências amargas” ou “Durante a sua vida, Graciliano conheceu experiências amargas.”

Com tal descrição, temos que Bechara chama de termos argumental e não-argumental o que a tradição gramatical chama de complemento verbal e adjunto adverbial respectivamente.

A seguir, o autor alerta para o fato de que, em determinadas construções, um termo que aparentemente possa ser considerado não-argumental simplesmente por representar, por exemplo, uma circunstância de lugar, não o será por apresentar uma relação predicativa mais estreita com o verbo, ou seja, se fará necessário para o sentido cabal desse verbo.

E, levando isso em consideração, ele discute que na oração “Ele mora no Brasil”, em condições normais, não se pode abstrair o termo ‘no Brasil’; já na oração “Ele

trabalha no Brasil” pode-se naturalmente omitir o termo ‘no Brasil’ sem prejuízo de entendimento.

Bechara (1999, p. 413) explica que tal ocorrência se dá porque um “termo argumental o é por motivação das características sintáticas e semânticas da relação predicativa, e não apenas pelo conteúdo designado”.

Nota-se que o estudioso, sem mencionar a questão dos verbos intransitivos ou transitivos, faz uma diferença entre eles levando em conta a questão semântica já que mostra construções que farão ou não sentido dependendo da presença ou ausência do termo argumental.

Enganam-se os que pensaram que Bechara (1999, p. 414) não recorreria à nomenclatura tradicional em suas explicações, pois afinal, no decorrer de sua descrição sobre os termos sintáticos da oração, sob o título “Conhecendo melhor o predicado: núcleo e determinantes”, encontra-se a discussão sobre os verbos transitivos e intransitivos quando ele inicia os esclarecimentos sobre o núcleo do predicado, dizendo que as orações “favoritas” da língua portuguesa não dispensam o verbo que é o núcleo desse predicado.

Em sua descrição, Bechara (1999: 415-17) opõe os verbos intransitivos aos transitivos, explicando que a transitividade sustenta-se no conteúdo lexical do verbo, relacionando o primeiro tipo a verbos que formam predicados simples (cujo núcleo apresenta significado lexical referente a realidades bem concretas); enquanto os do segundo tipo, a formação de predicados complexos (cujo núcleo constrói-se por verbo de grande extensão semântica, necessitando de delimitadores).

Para exemplificar os verbos transitivos (predicado complexo), recorre às orações “O porteiro viu o automóvel” e “Eles precisam de socorro”; e sobre esses acrescenta que os “signos léxicos” que delimitam a extensão semântica do verbo, chamam-se argumentos ou complementos verbais, os quais diz serem os “verdadeiros delimitadores verbais”.

Já para ilustrar os verbos que formam o predicado simples, utiliza “Ela não trabalha” e “José acordou cedo” e explica que a tradição gramatical os chama de intransitivos.

O autor, assim como outros já fizeram, chama a atenção para o fato de um mesmo verbo poder ser usado ora transitiva, ora intransitivamente, dependendo da extensão significativa do verbo.

Só poderão ter essa flexibilidade os verbos que apresentarem extensão significativa mais abrangente, apontando para um termo mais geral, ou seja, o lugar sintático do complemento verbal poderá ser ocupado por variadíssimos signos lexicais ('Eles bebem pouco' ou 'Eles bebem água'). O que não aconteceria com predicados do tipo 'Ele ofereceu' ou 'Nós reparamos', pois não haveria a perfeita compreensão da mensagem sem a presença do complemento verbal.

Bechara não subdivide o grupo dos transitivos. Entretanto, faz uma lista diferenciada de complementos para esse tipo de verbo: objeto direto, objeto indireto, complemento relativo.

E com relação a esses "argumentos determinantes do predicado complexo", ou seja, os complementos verbais, Bechara (1999, p. 416) os divide em:

- a) complemento direto ou objeto direto "representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária" (O pai comprou *nova casa*);
- b) complemento indireto ou objeto indireto será aquele que "denota geralmente relação a um ser animado, introduzido pela preposição 'a' e que se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo" (O diretor escreveu cartas *aos pais*);
- c) complemento relativo, que, à semelhança do complemento direto, delimita e especifica a extensão semântica do verbo, entretanto tal complemento vem introduzido por preposição (*Gostamos de cinema*; *Assistimos ao concerto*).

Bechara acrescenta a esse tipo os argumentos dos verbos ditos locativos, situacionais ou direcionais (*Seus parentes moram no Rio*; *Iremos a Petrópolis*).

Por fim, o autor explana sobre o complemento predicativo que para ele também integra predicado complexo e funciona como um argumento que em muito se parece com o complemento direto em seu aspecto formal porque:

- a) Ambos matizam a extensão semântica do verbo, funcionando como seu delimitante; b) aparecem normal e imediatamente (sem preposição) à direita do verbo; c) são comutados por pronome átono, ainda que de maneira diferente,

quando o verbo é *ser, estar, ficar, parecer*; d) e, finalmente, porque muitas das construções oracionais com predicativo são equivalentes [...] a orações com verbos que exprimem ação e processo, especialmente se o verbo está no presente: *Pedro é cantor / Pedro canta; O colega está irritado/O colega irrita-se*. (BECHARA, 1999, p. 425)

Apesar dos pontos de contato existentes entre o complemento predicativo e o complemento direto apresentados por Bechara, logo depois o estudioso faz questão de apresentar as particularidades que o fazem discordar de que possam ser considerados o mesmo tipo de complemento, visto que: a) o predicativo, ao contrário dos outros complementos, concorda em gênero e número com o sujeito da oração; b) nem sempre há possibilidade de comutação desse termo pelo pronome invariável ‘o’ (A professora continua doente/*A professora *o* continua); c) não é possível construir voz passiva com tais verbos; d) não há possibilidade de o predicativo aparecer na mesma oração com seu representante invariável ‘o’ (*Felipe *o* é simpático).

Assim, entende-se que Bechara não concorda que o complemento predicativo possa ser igualado ao complemento direto conforme pensamento de alguns estudiosos, contudo considera o complemento predicativo um argumento que integra um predicado complexo, ou seja, está no mesmo nível dos complementos direto, indireto e relativo no que se refere a ser um delimitador semântico verbal, e acrescenta:

Ora, do ponto de vista funcional e formal, tais verbos apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo aí os morfemas de gênero, número, pessoa, tempo e modo; daí acompanharmos neste livro os linguístas e gramáticos que defendem a não-distinção entre o predicado verbal e o predicado nominal, incluindo também a desnecessidade de distinguir o predicado verbo-nominal. (BECHARA, 1999, p. 426)

Para Bechara (1999, p. 426), devido ao fato de aparecer em função de predicativo geralmente um nome (seja um substantivo, seja um adjetivo), esse tipo de predicado complexo passou a ser chamado pela tradição gramatical de ‘nominal’ para diferenciá-lo do ‘verbal’. Todavia, o autor ratifica que essa diferença não tem razão de ser, pois “cabe lembrar que funcionam como predicativo outras classes de palavras, inclusive advérbios” (Os vizinhos estão *bem*).

Vê-se, com esse último exemplo de Bechara, que o advérbio ‘bem’ será considerado um ‘complemento predicativo’ e não um ‘adjunto adverbial de modo’ como se classifica na maioria das gramáticas tradicionais, e o verbo ‘estar’ seria então um verbo

do tipo transitivo que compõe um predicado complexo, e não um verbo de ligação ou intransitivo ou ainda transitivo circunstancial conforme determina a tradição gramatical.

2.2.2 Mário A. Perini (Gramática do Português Brasileiro – 2010)

Em Gramática do Português Brasileiro, Perini (2010, p. 20) deixa claro que o objetivo de seu trabalho é essencialmente descritivo e que pretende descrever o “Português falado do Brasil” em contexto informal. Ele considera que assim estará descrevendo construções legítimas da língua que precisam ser reconhecidas como tal, afinal, “o padrão nunca é usado na fala cotidiana, e na verdade é ignorado pela esmagadora maioria da população”, comenta o linguista.

É sob essa perspectiva que Perini (2010, p. 20-21) afirma que frases como “Me dá um quibe aí” e “Se você ver ela, fala com ela pra me telefonar” são construções legítimas do português falado no Brasil, e, portanto, devem ser reconhecidas e estudadas como estruturas possíveis de ocorrerem na língua.

E para ratificar seu ponto de vista, o autor (PERINI, 2010, p. 45) ressalta que analisa e descreve em sua gramática “uma espécie de compromisso baseado na norma urbana”, ou seja, que nela o leitor encontrará a “gramática da língua falada diariamente nas ruas, e reproduzida nas novelas de TV, no teatro e no cinema nacional”, isto é, “a língua nativa dos brasileiros, a única que a imensa maioria da população realmente domina”.

E é com o propósito de descrever a realidade linguística do português falado no Brasil, que Perini (2010, p. 23) declara, sem fazer rodeios, que “os conceitos da gramática tradicional são em grande parte inadequados” e que boa parte da NGB deve ser abandonada principalmente pela pobreza conceitual que apresenta “frente à extrema complicação dos fatos da língua”.

Sob esse prisma, Perini utiliza-se de alguns conceitos e terminologias diferentes das tradicionais para falar da transitividade verbal.

Primeiro, no capítulo ‘Sintaxe da oração’, o autor apresenta a noção de “construção”, descrevendo alguns tipos já determinados por ele, além de explanar sobre complementos e adjuntos, e depois, no capítulo ‘Valência’, o assunto é retomado sob o aspecto do verbo.

Para Perini, uma “construção” se define pelos tipos de constituintes que a formam (sintagma nominal, verbo, sintagma adverbial...); pela função sintática de cada um desses sintagmas (sujeito, objeto, adjunto...) e pelos papéis temáticos que cada sintagma expressa (Agente, Tema, Meta, Experienciador...)⁴. Ou seja, o estudioso une conceitos semânticos a sintáticos para definir alguns tipos de “construções” que podemos encontrar na estrutura da língua, pois, conforme ele mesmo diz, “existem muitas construções em português, talvez centenas” (PERINI, 2010, p. 50).

Perini exemplifica algumas dessas possíveis construções:

- a) construção transitiva (SN + V + SN) - apresenta o primeiro sintagma nominal como ‘sujeito Agente’, o verbo e o segundo sintagma nominal como ‘objeto Paciente’ (ex. João arranhou o carro de Alice/Zé comeu a pizza.);
- b) construção intransitiva (SN + V) – apresenta apenas um sintagma nominal, o ‘sujeito Agente’, e o verbo (ex. A menina sorriu/ Seu cachorro late?);
- c) construção ergativa (SN + V) – apresenta um sintagma nominal ‘sujeito Paciente’ e o verbo (ex. Seu namorado engordou/O carro estragou);
- d) construção de derrota (SN + V + *de* SN) – apresenta um sintagma nominal ‘sujeito Paciente’, o verbo e um sintagma nominal introduzido pela preposição ‘de’ (ex. O Daniel apanhou do João);
- e) construção de Paciente com *em* (SN + V + *em* SN) – apresenta sintagma nominal ‘sujeito Agente’, verbo e sintagma nominal introduzido pela preposição ‘em’ (ex. O João bateu no Daniel);
- f) construção meteorológica (V) – apresenta apenas verbo, ou seja, não apresenta sintagma nominal ‘sujeito’ ou ‘objeto’. (ex. Choveu./Nevou muito ontem.);
- g) construção de ação opinativa (SN + V + SN + SN) – apresenta sintagma nominal sujeito ‘Agente e Opinador’, verbo, sintagma

⁴ Perini utiliza iniciais maiúsculas nos papéis temáticos, preferiu-se seguir a forma utilizada pelo autor.

nominal ‘Qualificando’ e sintagma nominal ‘Qualidade’ (ex. Eu acho esse menino um chato/Daniela considera Ronaldo inteligente)

h) construção de nomeação (SN + V + SN + SN) – apresenta sintagma nominal sujeito ‘Agente’, verbo, sintagma nominal ‘Paciente’ e sintagma nominal ‘Qualidade’ (ex. O povo elegeu Cristiano vereador/O presidente nomeou Sara ministra da Educação);

i) construção estativa (SN + V + SN ~ SAdj) – apresenta um sintagma nominal ‘Qualificando’, verbo e sintagma nominal (ou Sintagma adjetivo) ‘Qualidade’ (ex. A Letícia é um gênio/A Letícia é inteligente.)

Nota-se que essas construções a que Perini faz referência são as estruturas que correspondem ao que alguns chamam de oração absoluta e outros, de período simples.

Embora Perini (2010, p.50) não dê ao verbo o destaque tradicional, isto é, ele não utiliza classificação terminológica para os verbos no que se refere a serem transitivos ou intransitivos, ele dá ao verbo status centralizador quando diz que “uma construção se define por seus constituintes sintáticos e pela relação semântica que cada um deles tem **com o verbo** da oração”. Tal posicionamento teórico é ratificado quando Perini (2010, p. 57) afirma que “**cada verbo** de certo modo “escolhe” a sua maneira própria de exprimir essa relação” (grifo nosso). Com essas considerações, percebe-se que Perini nos remete aos tradicionais ‘termos acessórios’ da oração. Faz-se relevante observar que no que tange às nomenclaturas das construções “transitiva” e “intransitiva”, há algum vestígio da teoria que, de alguma forma, é pregada pela tradição gramatical, já que a estrutura da construção ‘transitiva’ de Perini (sujeito Agente + verbo + objeto Paciente) nos remete à ideia de ser transitiva a oração que puder passar para a voz passiva, o que é perfeitamente possível nesse caso. Já a construção ‘intransitiva’ (sujeito Agente + verbo) também nos remete às orações com verbos chamados ‘intransitivos’ pela tradição gramatical.

Para Perini (2010, p. 58), fazer a distinção entre complemento e adjunto é bastante relevante para se compreender os diferentes tipos de construção que ocorrem na língua, pois “Uma construção, como vimos, se define como um verbo acompanhado de

certo número de sintagmas. No entanto, **nem todos os sintagmas** que aparecem em uma frase **são relevantes** para definir a construção.” (grifo nosso)

E para exemplificar o que argumenta, Perini (2010, p.58) utiliza as construções “O João espancou o Daniel” e “Depois de uma discussão, o João espancou o Daniel com uma vassoura” que são classificadas como construções transitivas. A partir desses exemplos, o autor explica que os constituintes de uma oração que apresentem papel temático inerente (como “depois de uma discussão” - Tempo) são chamados ‘adjuntos’, já os que dependem da construção para receberem o papel temático (como “João” e “Daniel” – Agente e Paciente, respectivamente) são denominados ‘complementos’. Com essa explicação, tem-se que os sintagmas ‘sujeito’ e ‘objeto’ são considerados complemento do verbo, e os sintagmas que indicam circunstância de tempo, causa, lugar, modo, instrumento, geralmente, serão adjuntos e não interferirão na classificação da construção.

Segundo essa visão, o sintagma ‘João’ por si só nada nos informa sobre seu papel temático, já que ele pode ser: a) Agente (João espancou Daniel.); b) Paciente (O cachorro mordeu João.); c) Experienciador (João sentiu dor de cabeça.); d) Possuidor (João tem um carro zero.), entre outros. Já o sintagma ‘depois de uma discussão’ desempenha papel temático de Tempo, ou seja, o momento em que se dá a situação expressa pelo verbo, independentemente do verbo a que esteja semanticamente relacionado, e isso ocorre, segundo Perini, por causa do significado da locução prepositiva ‘depois de’.

Vê-se que, no caso do sintagma ‘João’, o papel temático será definido não só pela função sintática exercida por ele, mas também pelo verbo que com ele se relaciona. Nos exemplos, pôde-se constatar que a função sintática de ‘João’ é a mesma em pelo menos três construções (sujeito em ‘a’, ‘c’ e ‘d’; objeto em ‘b’), contudo o papel temático foi diferenciado dependendo do verbo usado em cada uma delas (Agente em ‘a’, Experienciador em ‘c’, Possuidor em ‘d’ e Paciente em ‘b’), e tivemos construções distintas também, as frases ‘a’, ‘b’ e ‘d’ são transitivas; ‘c’ é ergativa.

No que se refere aos sintagmas considerados ‘não-relevantes’ para a definição de uma construção, ou seja, o sintagma denominado adjunto, nota-se que, apesar de tal terminologia nos remeter ao que a gramática tradicional chama de termo acessório, não há semelhança entre a visão de Perini e a da tradição gramatical, pois, para

o estudioso, adjunto serão apenas os sintagmas cujo papel temático não depende do verbo a que se associa para se fazer entender, isto é, são “tematicamente transparentes”.

Assim o sintagma “em cima do muro”, conforme Perini (2010, p.61-62), “é tematicamente transparente”, visto que seu papel temático será de Lugar, independente do verbo ao qual se associe, portanto é um adjunto. Já o sintagma “em Maceió” não poderá ter a mesma denominação, o que pode ser observado na construção “O Fred morava em Maceió”, em que o sintagma ‘em Maceió’ é um complemento, pois faz toda a diferença no significado total da construção assim como os sintagmas ‘Com a namorada’ e ‘bem’ também são complementos nas construções “Fred morava com a namorada” e “O Fred morava bem”, respectivamente. Isso ocorre porque alguns verbos exigem presença obrigatória de um complemento, não podendo ocorrer sozinho como no caso do verbo ‘morar’.

Apesar de a tradição gramatical, em sua maioria, dizer que “em Maceió”, “com a namorada” e “bem” são, respectivamente, adjuntos adverbiais de ‘lugar’, de ‘companhia’ e de ‘modo’; é interessante ressaltar que alguns estudiosos que fazem parte da dita tradição gramatical já alertavam para essa diferença há algumas décadas.

Bechara, em *Moderna Gramática Portuguesa* de 1969, por exemplo, já argumentava que “deveríamos distinguir os advérbios que funcionam como complemento dos que funcionam como adjunto, porque aqueles são essenciais e estes são acidentais à estruturação oracional” (BECHARA, 1969, p. 262).

Visão ratificada pelo autor na edição revista e ampliada de 1999. Nela, ao analisar os termos ‘da cama’ e ‘durante a noite’ na frase “A criança caiu da cama durante a noite.”, o estudioso afirma que “levada exclusivamente pelo aspecto semântico, a gramática tradicional igualou estes termos também sintaticamente, considerando-os *adjuntos adverbiais*, isto é, como termos não argumentais” (BECHARA, 1999, p. 436).

Mas, para o autor, diferentemente de ‘durante a noite’, ‘da cama’ é termo obrigatório, ou seja, “argumental” por pertencer à regência do verbo ‘cair’ e, do ponto de vista sintático e semântico, tal frase se tornaria incompleta sem esse termo, por isso Bechara considera tal termo um complemento relativo.

No capítulo ‘Valência’, a noção de verbo como termo centralizador e organizador das estruturas linguísticas é retomado por Perini, que inicia a explanação afirmando que o verbo é a “chave para a sintaxe do português” e que

Quando conhecemos o verbo de uma oração – isto é, seu significado e os complementos com que ele co-ocorre – podemos determinar boa parte da estrutura das orações em que ele figura. [...] As construções são descritas em termos dos complementos compatíveis com cada verbo: sua forma sintática e seus papéis temáticos. (PERINI, 2010, p. 135)

Dessa forma, tem-se que, ao conhecer um determinado verbo e sua significação, pode-se determinar com que tipos de complementos tal verbo será capaz de se relacionar e qual o papel temático de cada complemento. Segundo Perini, sabido isso, o usuário da língua será capaz de determinar várias construções possíveis dessa língua. Ou seja, será capaz de elaborar vários tipos de construções linguísticas.

De acordo com Perini (2010, p. 135), “cada verbo pode ocorrer em um conjunto bem limitado de construções”. A esse conjunto de construções é que Perini chama de ‘valência’ do verbo. Isso significa dizer que um determinado verbo como ‘confiar’ poderá ocorrer em determinadas construções e não ocorrer em outras, ou seja, determinada construção admite alguns verbos e rejeita outros.

Perini (2010, p.137-138) explica que na construção ‘ergativa’, por exemplo, cabem os verbos ‘engordar’, ‘encher’, ‘desanimar’, mas não cabem os verbos ‘matar’, ‘ler’, ‘estudar’, ‘beliscar’. Assim como a construção ergativa divide os verbos da língua em dois grupos (os que podem e os que não podem ocorrer nela), outras construções comportam-se do mesmo jeito.

Essas construções capazes de subcategorizar um verbo denominam-se diáteses, isto é, sempre que houver uma determinada construção que divida os verbos em duas classes: os que podem e os que não podem ocorrer nela, tem-se uma diátese. Ou ainda, haverá também diátese quando um mesmo verbo se comportar de formas distintas (seja sintática ou semanticamente) em determinadas construções.

Nesse sentido, tem-se que as sentenças “Maria sujou o tapete” e “O tapete sujou” dividem o verbo ‘sujar’ em duas diáteses: a primeira transitiva e a segunda ergativa, por apresentarem não só aspectos sintáticos diferentes (número de argumentos) como também aspectos semânticos diferentes (papéis temáticos), visto que a primeira apresenta, como complementos, sujeito ‘Agente’ e objeto ‘Paciente’, já a segunda apresenta apenas o complemento sujeito ‘Paciente’.

A diátese é uma estrutura sintática associada a traços semânticos, e seu estudo relaciona-se com o emprego do verbo dentro da sentença. Lima (2007, p. 31) afirma que “a observação do papel temático exercido pelos complementos é relevante

para o estudo das diáteses”, visto que em construções cuja estrutura sintática seja idêntica e os papéis temáticos dos complementos sejam distintos têm-se diáteses distintas.

O que pode ser observado com as construções “O tapete sujou.” e “O cachorro morde.”, pois nelas temos estrutura sintática idêntica (SN sujeito + V), contudo o papel temático do sintagma sujeito, na primeira construção, é de Paciente e, na segunda, é de Agente. Neste caso, têm-se as diáteses ergativa e transitiva, respectivamente. Tal observação sugere que se “houver uma construção que diferencie um verbo de outro, seja por sua distribuição sintática, seja por sua distribuição semântica, haverá uma diátese” (Lima, 2007, p. 30)

Ao conjunto de diáteses de um determinado verbo chama-se “valência”. Desse modo, levando em conta os exemplos “Maria sujou o tapete” e “O tapete sujou”, pode-se dizer que a valência do verbo ‘sujar’ comporta duas diáteses: uma transitiva e outra ergativa, respectivamente.

A exemplo do que se disse até então, um verbo como ‘engordar’ poderá ocorrer em três construções distintas: a) O fazendeiro engordou o frango. (transitiva); b) Pizza engorda. (transitiva de objeto elíptico); c) A menina engordou. (ergativa). Já o verbo ‘morrer’ ocorre apenas na ergativa (A cobra morreu.); enquanto ‘comer’ ocorre com a transitiva (Ana comeu o bolo) e com a transitiva de objeto elíptico (Ana come muito) e o ‘bater’ ocorre com a transitiva (Pedro bateu o carro.), com a transitiva de objeto elíptico (Pedro bate muito) e com a de Paciente com preposição ‘em’ (Pedro bateu no cachorro).

Para melhor entender as observações supra citadas, organizou-se o quadro 1 abaixo, no qual ‘+’ quer dizer ‘verbo pode ocorrer nessa construção’, e ‘-’ quer dizer ‘que não pode’.

| Verbos | transitiva | ergativa | Trans. de obj. elíp. | de pac. c/ em |
|----------|------------|----------|-------------------------|---------------|
| ENGORDAR | + | + | + | - |
| MORRER | - | + | - | - |
| COMER | + | - | + | - |
| BATER | + | - | + | + |

Quadro 1 – Subclassificação de quatro verbos segundo quatro diáteses.

Como se pode observar não há dois verbos iguais, ou seja, as valências dos verbos ‘engordar’, ‘morrer’, ‘comer’ e ‘bater’ são diferentes. Observando a diátese ‘transitiva’, vê-se dois grupos: *engordar*, *comer* e *bater* admitem essa construção, já *morrer* não admite. No entanto, se considerarmos a ‘ergativa’, os grupos serão *engordar* e *morrer* que admitem, enquanto *comer* e *bater* não a admitem. Já a diátese ‘transitiva de objeto elíptico’ admite os verbos *engordar*, *comer* e *bater*, mas não admite o verbo *morrer*; por fim, a diátese de ‘paciente com preposição ‘em’” dividirá os verbos entre *bater* que admite tal construção e *engordar*, *morrer* e *comer* que não admitem tal construção.

Assim, nota-se que uma classificação interfere na outra, por isso, segundo um determinado critério, *engordar* ficará junto de *comer* e *bater*, mas segundo outro critério ficará junto apenas de *morrer*. Embora essa pequena mostra não apresente verbos com valências iguais, Perini diz que, ao se ampliar a classificação para um número maior de verbos e de diátesses, aparecerão grupos de verbos de valência idêntica.

Segundo Perini (2010, p. 143), é importante saber que “toda diátese é uma construção, mas nem toda construção é uma diátese”, simplesmente porque nem toda construção vai dividir os verbos em dois grupos distintos.

As construções com negativa e as construções com objeto topicalizado, por exemplo, não constituem diátesses, o que se pode constatar com as frases “Ana não usa óculos” e “Camarão eu detesto”, uma vez que, em relação ao primeiro caso, é fato que todos os verbos da língua aceitam a partícula de negação. E, em relação ao segundo caso, tal construção é válida para todo o verbo que tenha objeto, assim

não se coloca a possibilidade de topicalizar um objeto na valência de nenhum verbo, porque essa possibilidade não depende do verbo, mas de fatores estruturais como a presença de um objeto. *Encher* pode ter objeto (e isso já está explicitado em sua valência, porque ele pode aparecer na diátese transitiva); e esse objeto pode ser topicalizado – mas isso não é característica do verbo *encher*, mas de todos os verbos que podem ter objeto. (PERINI, 2010, p.143-144)

Desse modo, pode-se dizer que, no ver de Perini, as construções somente serão consideradas diátesses quando dividirem os verbos da língua em dois grupos distintos, ou seja, quando uma determinada construção for capaz de separar os verbos da língua em duas classes: aquela que admite tais verbos e aquela que não admite. Em outras palavras, será diátese a construção para a qual só couber uma parte dos verbos da língua.

2.2.3 Ataliba T. de Castilho (Nova Gramática do Português Brasileiro – 2010)

Em ‘Nova Gramática do Português Brasileiro’, Castilho afirma que sua gramática se distancia da gramática escolar por não ser uma gramática de listas, cheia de classificações, muito pelo contrário, seu propósito é mostrar os processos criativos do português brasileiro que resultaram em tais listas.

Ela se propõe o objetivo clássico de esclarecer a estrutura da língua, mas o faz sem preocupações normativas; ela aborda os mesmos fenômenos sintáticos que têm constituído o cerne das gramáticas ao longo dos últimos séculos, mas o faz com a preocupação de contextualizá-los no tempo e na variação sincrônica, de modo a ressaltar seu caráter histórico e social; e, além disso, ela se orienta por uma concepção de linguagem que é explicitamente definida, a qual obriga a analisar o mesmo enunciado a partir de vários pontos de vista, alguns dos quais são inteiramente novos... Tudo isso, é claro, são transgressões conscientes. (ILARI *apud* CASTILHO, 2010, p. 29)

Nesse sentido, entende-se que, além de Castilho se fundamentar nas regularidades do uso comum da língua, como leitura de jornais e conversas do dia-a-dia, por exemplo, ele leva em conta que a linguagem é “um sistema complexo, processual por natureza, dinâmico e até certo ponto, imprevisível” e, por isso, utiliza, em suas análises, uma teoria modular (teoria multissistêmica) que apresenta um olhar multiforme para o qual “todo enunciado linguístico é composto simultaneamente de quatro formas de estrutura: lexical, sintática, semântica e discursiva.” Segundo Ilari (*apud* CASTILHO, 2010, p.28), tais estruturas se articulam por meio de um dispositivo sociocognitivo.

E para ressaltar que seu trabalho nada tem de prescritivo, Castilho (2010, p.32) enfatiza que sua gramática também se distancia da dualidade ‘certo *versus* errado’ no uso da linguagem, visto que, de forma nada tradicional para uma gramática, ele interpreta os “achados da ciência atual” e depois faz indagações imaginárias e as responde como se pudesse imaginar o que seus leitores questionariam. Dessa forma, parece que Castilho tenta evitar o que ocorre nas gramáticas tradicionais, nas quais as análises estão prontas e acabadas, e não cabem questionamentos.

Somado a isso, Castilho (2010, p.77) defende uma teoria da linguagem que batizou de “multissistêmica” e, levando em conta essa teoria, ele afirma que, na construção das frases, das sentenças, das falas das pessoas, enfim, na construção dos enunciados produzidos pelos falantes da língua, o princípio da projeção está presente nos domínios da gramática, da semântica e do discurso de forma simultânea. De acordo com

esse olhar, quando um falante constrói “qualquer expressão linguística exibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais.”

No que tange à transitividade, é interessante observar que Castilho refere-se à transitividade e à regência como um mesmo fenômeno, visto que, em uma determinada passagem, o estudioso comenta que “A gramática tradicional identificou três modalidades de sintaxe: (1) **sintaxe de regência**, (2) sintaxe de colocação, (3) sintaxe de concordância”. Mais adiante, para confirmar sua tese de que tais propriedades gramaticais “operam simultaneamente no momento de produção e recepção dos enunciados”, ele afirma que “o funcionamento do princípio da projeção associa a **transitividade**, a colocação e a concordância num só impulso de criação linguística.” (grifos nossos)

Ao falar de transitividade, Castilho dá ao falante o poder de decisão no uso dos verbos, ou seja, ele não fala das estruturas da língua como prontas, mas como em processo, em construção. Para o estudioso,

é um fato que a transitividade gramatical é uma propriedade da sentença, e não do verbo que a constrói. Não há verbos exclusivamente transitivos, nem verbos exclusivamente intransitivos. É o uso na sentença que explicita a decisão tomada pelo falante. (CASTILHO, 2010, p. 263)

E ratifica tal pensamento dando a transitividade um *status* mais abrangente, uma noção que vai além do verbo, quando fala do fenômeno como a formação de um todo estrutural, que compreende a concordância e a colocação concomitantemente, pois, segundo Castilho (2010, p.264), a transitividade não só “organiza a estrutura argumental da sentença, juntamente com a concordância e a colocação”, mas também “organiza a sentença escolhendo seus argumentos, aos quais atribui papéis temáticos”.

Assim, de acordo com esse olhar, entende-se que a transitividade apresenta-se como um conjunto de noções (gramaticais, lexicais e semânticas) que se manifesta através do falante por meio de ações mentais (cognitivas) e concretas (discursivas) que culminará numa sentença (falada ou escrita).

Apesar de, inicialmente, Castilho dizer que não é o verbo quem comanda as questões da transitividade, parecendo tirar do verbo a força centralizadora na formação da estrutura linguística, ele dá aos verbos nomes específicos de acordo com a seleção de argumentos existentes na sentença:

- a) monoargumental – apresenta apenas um argumento, seja ele o sujeito (argumento externo, ‘Pedro saiu cedo’) ou o objeto (argumento interno, ‘Houve acidentes na av. Brasil’);
- b) biargumental – apresenta dois argumentos (sujeito + objeto direto);
- c) triargumental – apresenta três argumentos (sujeito + objeto direto + objeto indireto);
- d) sentença plena + minissentença – além dos argumentos sujeito e objeto, apresenta também predicativo do objeto.

Além de classificar os verbos quanto ao número de argumentos que ele seleciona, ao iniciar a discussão em que se propõe a distinguir argumentos de adjuntos, Castilho (2010, p. 265) acrescenta que “os termos selecionados **pelo verbo** podem funcionar como argumentos ou como adjuntos” (grifo nosso).

Observa-se, portanto que, apesar de Castilho falar da transitividade sentencial, ele não deixa de classificar os verbos quanto aos argumentos que seleciona na frase.

No que tange a análise da transitividade na estrutura da sentença, em consonância com Alarcos Llorach (1968/1970) e Blanche e Benveniste (1984), Castilho (2010, p.264-265) acredita que uma abordagem feita à luz da pronominalização torna-se mais eficiente, pois:

- a) a combinação verbo + substantivo é infinita, e acaba por confundir uma descrição que objetive ser comprovada por uma grande variedade de dados;
- b) aparentes incoerências entre verbo e substantivo têm levado a postular a não aceitação de construções como, por exemplo, “vender o tempo” ou “fumar a vida”.

Por isso,

- a) é conveniente deslocar para a combinação verbo + pronome o estudo da estrutura argumental do verbo, uma vez que os pronomes não oferecem exceções seletivas, por serem vazios de significado lexical;

- b) pelo fato de os pronomes não apresentarem significação lexical, pode-se, com mais segurança, descrever a estrutura sentencial em sua “organização esquelética”;
- c) com o pronome adquirindo esse estatuto é possível investigar a estrutura argumental da sentença de modo mais seguro, já que as complicações inerentes à significação do substantivo e às restrições seletivas que se estabelecem entre substantivo e verbo não são trazidas para dentro da sentença;

Dessa forma, Castilho (2010, p. 265) afirma que “as postulações da abordagem pronominal da sintaxe associadas ao princípio da projeção, oferecem um ganho descritivo na identificação dos tipos de relação entre o verbo e seus termos adjacentes.” Nesse sentido, entende-se que, havendo relação pronominal entre o verbo e o termo adjacente, tal termo será um argumento e que, não havendo essa relação, o termo será um adjunto, ou seja, “os argumentos são proporcionais a pronomes, mas os adjuntos não”.

Assim, para Castilho (2010, p. 265-266), um argumento será identificado sempre que, numa sentença, determinado termo puder ser permutado por pronomes e tais argumentos serão classificados de acordo com o tipo de pronome que participe da comutação, conforme mostram exemplos do próprio autor utilizados abaixo:

- a) Nas frases “O menino chegou” e “É certo que vamos viajar amanhã”, o sintagma nominal e a sentença em destaque são argumentos externos ‘sujeito’, comutáveis pelos pronomes ‘ele’ e ‘isso’ respectivamente (‘Ele chegou’ e ‘É certo isso’);
- b) Em “O menino pegou a prova” e “Ele disse que chegará cedo”, o sintagma nominal e a sentença em destaque são argumentos internos ‘objeto direto’, o primeiro comutável por ‘o’ ou ‘ele’ e segundo por ‘isso’ (‘O menino pegou-a/O menino pegou ela’ e ‘Ele disse isso’);
- c) Em “O menino entregou a prova ao professor” e “O menino entregou a prova a quem estava encarregado disso”, o sintagma preposicional e a sentença sublinhados são argumentos internos ‘objeto indireto’. O primeiro comutável por ‘lhe’, ‘a ele’ ou por uma sentença (‘O menino

entregou-lhe/a ele a prova’ e ‘O menino entregou a prova ao encarregado disso’);

- d) Já em “Preciso de grana”, “O menino veio de Araçatuba” e “Preciso que você me empreste dinheiro”, um sintagma nominal ou sintagma preposicional que sejam equivalentes a uma preposição + ‘ele/isso/lá’ ou sintagma adverbial que seja comutável por sintagma preposicional, ou ainda toda uma sentença que seja comutável por ‘disso/para isso’, são denominados ‘complemento oblíquo’ (‘Preciso dela’, O menino veio de lá’ e ‘Preciso disso’).

Castilho chama a atenção para o fato de alguns estudiosos classificarem o complemento oblíquo ora como adjunto adverbial, ora como complemento terminativo.

De acordo com a visão de Castilho (2010, p.266), tal complemento interno não poderá ser considerado nem objeto direto nem objeto indireto por não haver a possibilidade de ser comutado pelos pronomes ‘o’ ou ‘lhe’ (*preciso-o, *preciso-lhe, *vim-o, *vim-lhe), assim como não será adjunto por aceitar a permuta, por exemplo, com os pronomes ‘ele’, ‘isso’ e ‘lá’ (Preciso dele, Preciso disso, Vim de lá).

Reforçando a tese de que apenas os sintagmas selecionados pelo verbo serão considerados argumentos, Castilho (2010, p. 267) afirma que os termos adjacentes ao verbo que não forem comutáveis por um pronome, mas puderem ser omitidos e puderem movimentar-se livremente na sentença são classificados como adjuntos, tal qual se pode observar nos exemplos abaixo, adaptados do autor:

- a) Felizmente Ana saiu.
b) Na verdade, Ana sabe tudo.

Nas sentenças acima, nota-se que não é possível a comutação dos sintagmas destacados por pronomes (*Ana saiu-lhe/*Ana sabe-o tudo), mas é possível a omissão deles (Ana saiu/Ana sabe tudo), assim como é possível a movimentação livre desses sintagmas na sentença (‘Ana felizmente saiu’ e ‘Ana saiu, felizmente’/ ‘Ana, na verdade, sabe tudo’ e ‘Ana sabe, na verdade, tudo’). São, portanto, adjuntos os sintagmas ‘felizmente’ e ‘na verdade’ nessas construções.

O autor retoma o assunto transitividade na seção “Estrutura argumental e tipologia da sentença simples”, do capítulo oito, afirmando que a transitividade se dá por meio de um princípio de conexão sintática no qual uma sequência de palavras torna-se uma sentença simples.

Para Castilho, a organização dessas sentenças se dá por uma “motivação cognitiva” que implica a quantidade de argumentos que nelas aparecem. Essa motivação, segundo o autor, é expressa por meio de “proposições-fonte” que foram postuladas por Heine, Claudi e Hünne Meyer em 1991 conforme quadro a seguir.

| Proposições-fonte | Gramaticalização das proposições-fonte |
|--------------------------|---|
| “X está em Y” | Proposição locativa |
| “X se move para/de Y” | Proposição de movimento |
| “X faz Y” | Proposição de ação/atividade |
| “X é parte de Y” | Proposição parte-todo |
| “X é (como) Y” | Proposição equativa |
| “X está com Y” | Proposição comitativa |

Quadro 2 – Gramaticalização das proposições (CASTILHO, 2010, p. 329.)

Na visão de Castilho, a transitividade representa sintaticamente a gramaticalização das proposições-fontes por meio das sentenças simples, ou seja, para ele, a transitividade é o fenômeno por meio do qual as proposições-fonte se gramaticalizam, concretizando-se sintaticamente em sentenças simples.

Assim, observa-se que, em uma sentença simples como ‘Pedro está em Araçatuba’, a transitividade representa sintaticamente a gramaticalização da proposição-fonte locativa “X está em Y”, na qual se tem uma sentença monoargumental do tipo atributiva que localiza o referente ‘Pedro’ (argumento único) no espaço (em Araçatuba).

Já em ‘Cabral descobriu o Brasil’, tem-se uma sentença simples por meio da qual a transitividade concretiza sintaticamente a gramaticalização da proposição-fonte “X faz Y”, em que se exhibe uma sentença biargumental, apresentando argumento externo (sujeito = Cabral) e argumento interno (objeto = o Brasil).

No que tange às sentenças simples (oração absoluta para uns, período simples para outros), Castilho (2010, p.329-335) utiliza praticamente a mesma nomenclatura já dada por ele aos verbos e elenca a existência de sentenças do tipo:

- a) Não argumentais – para essas, o autor utiliza como exemplo as sentenças “Chove.” e “Relampeja.”, e diz que os verbos não argumentais formam sentenças simples sem a presença de qualquer argumento. E acrescenta que esses tipos de verbos são, ao mesmo tempo, impessoais e intransitivos. Ou seja, não apresentam nem argumento externo nem interno.
- b) Monoargumentais – Já as sentenças monoargumentais são subdivididas em quatro subtipos:
1. As apresentacionais (ou existenciais) cuja estrutura sintagmática se forma com [verbo + sintagma nominal]; apresenta verbos impessoais que não proporcionam papéis temáticos nem dão contribuições semânticas ao argumento único. Segundo Castilho, nesse tipo de sentença, a predicação sentencial não é exercida pelo verbo, mas pelas expressões locativas e temporais que participam da sentença. Orações como “Tinha um gato preto perto dela.”; “Ali havia uns eucaliptos.”; “Faz cinco anos que não o vejo.”; “É cedo.”; “Existe muitos outros meios de transporte que não são explorados.” são alguns dos exemplos usados pelo autor.
 2. As ergativas, nas quais o argumento único é um sujeito que não controla o estado de coisas descrito pelo verbo ergativo, assim como o agente causador da ação não é explicitado. São exemplos desse tipo as orações “Os benefícios diminuiram.”; “A porta bateu.”; “Aí então começou a aparecer os vestidos feitos.”
 3. As atributivas, que apresentam verbo preenchido por itens que integram uma classe fechada de verbos intransitivos como ‘ser’, ‘estar’, ‘permanecer’, ‘ficar’, ‘tornar-se’, ‘parecer’ e alguns outros poucos. Tal sentença apresenta estrutura sintagmática composta por [SN^{sujeito} + V + SADj/SP^{predicativo}]. Além disso, a predicação concentra-se no sintagma adjetivo ou no sintagma preposicional que acompanha o verbo. Para

Castilho, é adequada a nomenclatura ‘predicativo’ usada pela Gramática Tradicional para classificar esse segundo sintagma da estrutura. As orações “O menino é alto.”, “O menino é de Araçatuba.” e “O menino está na rua.” são exemplos desse tipo de sentença que ora qualifica o referente do argumento único ora o localiza no espaço.

4. As sentenças equativas são aquelas que estabelecem uma relação de igualdade entre sintagma nominal sujeito e sintagma nominal equativo. Tal sentença se organiza na estrutura sintagmática $[SN^{1\text{sujeito}} + V + SN^{2\text{equativo}}]$. É o verbo ‘ser’ que preenche esse tipo de sentença estabelecendo uma relação de equação entre os dois sintagmas igualando-os, como em “Professor é professor” e “A fita é a base do inquérito”. É importante perceber que o sintagma equativo (SN^2) não deve ser confundido com um predicativo, pois ele não predica o sujeito, não pode ser substituído por pronome (Ele é **a***) e também não podem ser convertidos num substantivo único, como ocorre nas atributivas (O menino é alto ~ menino alto).
- c) Biargumentais – esse tipo de sentença simples exibe a estrutura sintagmática $[SN^1 + V + SN^2/SP]$ e apresenta sempre dois argumentos, um externo e um interno. Elas podem ser transitivas diretas, transitivas indiretas e transitivas oblíquas.
1. As transitivas diretas exibem um argumento externo sujeito e um argumento interno objeto direto, apresentando as seguintes propriedades:
 - a) ter verbo apassivável (Luiz cobriu a cama//A cama foi coberta por Luiz) e estrutura sintagmática e funcional $[SN^{\text{sujeito}} + V + SN^{2\text{objeto direto}}]$;
 - b) ser o sintagma nominal sujeito habitualmente agentivo, enquanto o objeto direto habitualmente paciente e proporcional a um pronome acusativo (Luiz descobriu o tesouro/ Luiz descobriu-o) se substitui sintagma nominal, mas proporcional a um pronome demonstrativo neutro (Luiz

descobriu que queria ser médico/Luiz descobriu isto) se substitui uma sentença;

c) apresentar, nas estruturas causativas, sujeito causador e um objeto direto agentivo (não paciente) como em ‘O homem subiu a velhinha no ônibus’, na qual o sintagma ‘a velhinha’ é na verdade o agente da ação (a velhinha subiu no ônibus).

2. As transitivas indiretas apresentam argumento externo sujeito e argumento interno objeto indireto e apresenta as seguintes propriedades:

a) O verbo não ser apassivável e a estrutura sintagmática e funcional ser [SN^{sujeito} + V + SP^{objeto indireto/beneficiário}], como em ‘O livro pertence ao professor’;

b) O argumento interno ser um objeto indireto proporcional a um pronome dativo ‘lhe’ (O livro pertence- lhe);

3. As transitivas oblíquas são as que dispõem de argumento externo sujeito e argumento interno oblíquo e apresenta as seguintes propriedades:

a) Sua estrutura sintagmática e funcional é [SN^{sujeito} + V + SP/SN^{oblíquo}], o verbo não é apassivável e integra diversas classes semânticas, inclusive de movimento (Ana foi ao Paraguai / Beto veio do Norte);

b) O argumento interno oblíquo algumas vezes apresenta-se como um complemento “meio adverbial” proporcional a um sintagma preposicional associado a um advérbio dêitico locativo (Ana foi lá / Beto veio de lá);

c) O complemento oblíquo comuta com *Prep + ele/isso/lá*, se houver dependência do respectivo referente nominal (Luiz veio com Maria/Luiz veio com ela; Ana precisa de Pedro/Ana precisa dele; A

greve durou seis meses/A greve durou isso; Bia chegou de Petrópolis/Bia chegou de lá).

Castilho (2010, p.335) chama a atenção para o fato de o argumento interno oblíquo ser frequentemente confundido pela Gramática Tradicional com o objeto indireto, mas não dá maiores esclarecimentos nem discute a questão. Isso se deve, provavelmente, ao fato de ele já ter abordado a questão de se reconhecer como objeto indireto o argumento interno que for comutável por “lhe” ou por “a ele”.

- d) Triargumentais – são os verbos bitransitivos que organizam esse tipo de sentença, selecionando um argumento externo e dois argumentos internos, cuja estrutura sintagmática e funcional é [SN^{agente} + V + SN^{paciente} + SP^{alvo}]. São exemplos dessa construção ‘Luiz passou a bola ao atacante’; ‘Ana colocou a mala no carro’; ‘Beto convidou os amigos para um passeio’ e ‘João escreveu ao amigo’.

É interessante observar que, mesmo a sentença ‘João escreveu ao amigo’ apresentando explicitamente apenas dois argumentos (João e amigo), ainda assim ela é reconhecida como triargumental, levando em conta o argumento interno implícito (aquilo que foi escrito), ou seja, o lugar desse argumento foi **selecionado cognitivamente**, mas não foi **preenchido lexicalmente** e ainda assim é considerado **gramaticalmente** na estrutura argumental da sentença (grifo nosso).

2.2.4 – Maria Helena Mira Mateus *et al.* (Gramática da Língua Portuguesa - 2003)

A “Gramática da língua portuguesa”, editada em 2003, é uma edição revista, atualizada e aumentada em relação à primeira edição de 1983. Organizada por Maria Helena Mira Mateus, Inês Duarte, Ana Maria Brito e Isabel Hub Faria, a gramática foi considerada inovadora, compatível com o seu tempo, além de atual no que diz

respeito à forma e ao conteúdo segundo palavras de Violeta Demonte⁵ na apresentação da obra.

Para Demonte (*apud* MATEUS *et al.*, 2003, p. 4), essa obra faz parte de um seletivo grupo de gramáticas que apresentam resultados de investigação verdadeiramente científica, pois “tornam manifestos progressos substantivos no conhecimento do que é a linguagem e como são as línguas particulares, são resultados de investigação e impulso para novas precisões”.

Demonte acrescenta que a forma como se descreve e se explica o uso da língua, levando em conta a organização do discurso é o que diferencia esta obra das tradicionais, que durante séculos apresentaram listas de categorias e de construções analisadas de forma resumida, pronta e acabada.

Nota-se, de acordo com o exposto, que essa obra tem como característica analisar as construções linguísticas levando em conta o uso da língua na organização do discurso e não fazer análise de construções petrificadas.

Segundo Demonte, essa forma moderna de se fazer análise linguística começa a manifestar-se entre o final do século XX e o início do século XXI.

As gramáticas do final do século XX, e as do século XXI, ao estarem respaldadas em teorias sobre o conhecimento e o uso da linguagem são redes de caminhos, pequenos continentes em que desembarcamos para iniciar um percurso que não tem fim: logo, não podemos interpretar as construções sem atender à sua forma, mas também essa mesma forma tem exigências próprias. Por isso, estas novas gramáticas explicam como funciona a língua (e neste aspecto se ligam com a tradição anterior), mas também constituem uma janela, mais ou menos ampla, que se abre para o uso da língua e, inclusivamente, para a organização do discurso, como sucede com a gramática de Mateus, Brito, Duarte e Faria. (DEMONTE *apud* MATEUS *et al.*, 2003, p.4).

Esse novo jeito de fazer análise linguística pautada no uso da língua é ratificada no início do capítulo ‘Predicação e classe de predicadores verbais’ quando Duarte e Brito (2003, p.181) afirmam que “A comunicação e a interação verbais processam-se pela produção e pela compreensão de enunciados, “porções” de discurso emitidas pelos sujeitos falantes em determinados contextos discursivos e situacionais” e que tais enunciados formam frases simples e complexas que apresentam “significância

⁵ Violeta Demonte Barreto é uma linguista espanhola. Cadetrada de Língua Espanhola na Universidade Autónoma de Madri e, em 2008, passou a fazer parte do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Conselho Superior de Investigações Científicas.

informacional”, isto é, há sempre uma relação entre o que se fala (ou escreve) e o mundo extralinguístico.

Em outras palavras, a análise da predicação, nesse âmbito, leva em conta que, ao nos comunicarmos uns com os outros, produzimos enunciados que extrapolam as expressões linguísticas e aquilo a que elas simplesmente se referem, pois discorrem acerca de coisas do mundo exterior, ou seja, de coisas do contexto extratextual que vão influenciar no significado pleno de nossos enunciados.

E, segundo Duarte e Brito (2003, p. 182), são justamente esses enunciados, produzidos pelos falantes da língua, que apresentam relações de predicação, mesmo que tenham valor de verdade ou não, que cheguem ou não a produzir uma proposição, pois, em todos eles, estabelecem-se relações de sentido entre os elementos e atribuem-se propriedades a eles.

Assim, entende-se que predicar, para Duarte e Brito (2003), é estabelecer relações entre entidades (Ana escreveu uma carta) ou atribuir propriedades a entidades (Ana é linda). No primeiro caso, estabeleceu-se uma relação entre ‘Ana’ e ‘uma carta’ por meio do verbo ‘escrever’; já no segundo caso, atribui-se a propriedade de ‘ser linda’ a ‘Ana’.

De acordo com as autoras (DUARTE e BRITO, 2003, p. 182-183), predicação “abrange não só a relação entre o que tradicionalmente se designa “sujeito” e “predicado” de uma frase ou oração, mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como o verbo, e os seus argumentos”. Elas afirmam também que o termo ‘predicado’, ‘palavra predicativa’ ou ‘predicador’ serão entendidos como palavras que apresentam argumentos, ou seja, palavras que apresentem “lugares vazios ou valência própria”.

As autoras alertam ainda para o fato de que, embora os verbos sejam vocábulos predicativos por excelência, há outras palavras que também apresentam “estrutura argumental ou grelha temática”, ou seja, palavras “a cujo significado é possível associar argumentos próprios” (DUARTE e BRITO, 2003, p. 183). Segundo elas,

um nome como *destruição*, um adjetivo como *fiel*, uma preposição como *para*, e mesmo certos advérbios como *longe* são palavras predicativas. Na verdade, quando dizemos *destruição*, o nosso conhecimento linguístico e do mundo leva-nos imediatamente a formular duas perguntas: *quem destruiu?*, *o que é que foi destruído?*. Quando pensamos no adjetivo *fiel* pensamos em: *quem é fiel?*, *a que* ou *a quem é que dada entidade é fiel?*. Quando enunciamos uma preposição *para*, ficam no ar as perguntas *para onde?* ou *para quem?*. Algo

paralelo acontece com *longe*, que sugere as perguntas *longe de que lugar?* ou *longe de quem?*. (DUARTE e BRITO, 2003, p. 183)

É interessante ressaltar que, assim como Perini e Castilho, Duarte e Brito (2003, p. 183-184) também chamam a atenção para a necessidade de saber distinguir argumentos de adjuntos na hora de se descrever a estrutura argumental de uma palavra predicativa.

Elas comentam que os adjuntos são unidades linguísticas que fazem parte da interpretação situacional como, por exemplo, localizar os interlocutores no tempo e no espaço, contudo previnem que tais unidades linguísticas não dependem de nenhum item lexical presente na frase. O que pode ser exemplificado com a unidade “ontem à noite” na sentença “Os atletas partiram para Estocolmo ontem à noite” e com a unidade “no Museu Marmotan” em “Encontrei o Paulo no Museu Marmotan” que são reconhecidas como adjuntos por elas.

A seguir as autoras comentam que, quanto à tarefa de descrever a estrutura argumental de um verbo, é fundamental observar a quantidade de argumentos que cada verbo exige e, levando em conta tal pressuposto, Brito e Duarte classificam os verbos em

- a) Verbos com zero argumentos, os conhecidos como verbos meteorológicos como ‘chover’ e ‘nevar’ e as perífrases meteorológicas tais quais ‘estar/ fazer calor’;
- b) Verbos com um argumento, também denominados “predicados unários”. Cumprem esse papel os verbos intransitivos como ‘espirrar’, ‘gritar’, assim como os verbos inacusativos, tais quais ‘morrer’, ‘desmaiar’, ‘nascer’;
- c) Verbos com dois argumentos, também chamados “predicados binários” para os quais correspondem os verbos tidos como transitivos cujos exemplos podem ser ‘abrir, matar, escrever’ ou ainda ‘gostar’, ‘obedecer’, ‘residir’ ou ‘telefonar’;
- d) Verbos com três argumentos, também designados “predicados ternários” que podem ser exemplificados com os verbos “ditransitivos”: ‘atirar’, ‘dar’, ‘perguntar’ ou ainda ‘colocar’, ‘esconder’, ‘transformar’.

Quanto à classificação dos verbos “unários”, observa-se que, para as autoras, tanto faz se o argumento externo (sujeito) terá papel temático de agente (Pedro gritou) ou de paciente (Pedro morreu) da ação expressa pelo verbo. Assim também ocorre com a classificação dos verbos “binários”, não importa se os argumentos internos (complementos) são do tipo direto, indireto ou oblíquo (este último, segundo nomenclatura usada por Castilho).

As autoras apresentam uma lista que consideram ser mínima quanto aos papéis temáticos relevantes para a descrição da estrutura argumental dos verbos da língua portuguesa. São eles:

- a) Agente - papel temático do argumento que designa a entidade controladora de uma situação e que, segundo as autoras, é tipicamente humana (‘A Maria telefonou.’; ‘A polícia prendeu os ladrões.’);
- b) Fonte - papel temático do argumento que determina a entidade que está na origem de certa situação, mesmo sem controlá-la (‘O vento quebrou a árvore.’; ‘Ana viajou de Roma para Paris’; ‘Maria recebeu um convite da FGV.’). Esses argumentos podem indicar uma força da natureza, um lugar ou ser animado que constituam o ponto de partida de uma mudança de estado, de lugar ou de posse;
- c) Experienciador - papel temático do argumento que indica a entidade que é a sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação (‘Pedro gosta de Maria.’; ‘O público escutou o conferencista.’);
- d) Locativo - papel temático do argumento que expressa a localização espacial de uma determinada entidade (‘O Luís mora em Paris.’; ‘A água borbulha na chaleira.’);
- e) Tema - papel temático do argumento que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas: ora será uma entidade criada pela atividade verbal (A Ana escreveu um romance), ora afetada por tal atividade (O menino caiu da cama). Pode ainda indicar uma entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica (O João gosta da Maria);

- f) Alvo - papel temático do argumento que marca a entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não. O ‘alvo’ pode indicar um ser humano, se a frase descrever situação de mudança de posse ou de comunicação linguística (‘O Luís ofereceu o disco ao amigo.’; ‘O Pedro pediu uma bicicleta aos pais.’); ou indicar um lugar, quando a frase descreve situação de mudança de lugar (Nós vamos para Lisboa.)

Após discutir sobre os papéis temáticos dos argumentos, Brito e Duarte comentam que o número e a natureza dos argumentos de um determinado verbo estão diretamente ligados à natureza aspectual deste verbo. Sob essa perspectiva, entende-se que o tipo de situação que o verbo e seus argumentos vão exprimir depende da natureza aspectual de cada verbo.

Dessa forma, os verbos podem exprimir ‘estados’, ou seja, situações não dinâmicas, nas quais nenhuma das entidades envolvidas sofre qualquer alteração ou transição durante o intervalo de tempo em que tais situações ocorrem, como se sucede com ‘João’, ‘O museu do Ar’ e ‘Alverca’ nos exemplos abaixo fornecidos pelas autoras:

- a) O João está deitado.
- b) O Museu do Ar fica em Alverca.

Já com os verbos que descrevem situação dinâmica, pelo menos uma das entidades realiza ou sofre um determinado “fazer”, que pode ser de natureza física (Maria guiou o jipe.), fisiológica (O menino espirrou.) ou psíquica (Ana pensou demais.); ou, ainda, essa entidade pode mudar eventualmente de lugar (Bete chegou à escola.).

O assunto ‘relações predicativas’ é retomado no capítulo dez, “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”, no qual Duarte se dispõe a descrever as relações gramaticais dos constituintes na frase simples e a ordem linear desses constituintes nas frases declarativas do português.

Observa-se que, no capítulo sete, ‘Predicação e classe de predicadores verbais’, anteriormente discutido, a predicação foi analisada levando em conta as questões semânticas e pragmáticas que **envolvem um enunciado**; já, nesse capítulo, a análise leva em conta uma apreciação sintática centrada na ordem das palavras e nas relações gramaticais existentes entre elas **dentro do enunciado**. (grifo nosso)

Para Duarte (2003, p. 277), em “línguas como o português, a relação gramatical final dos constituintes é o principal factor que determina a ordem linear da sua ocorrência”, em outras palavras, a realização material do discurso ocorre em virtude das construções sintáticas que expressam uma relação gramatical existente entre os constituintes da oração que se organizam segundo uma determinada ordem linear.

Tais relações gramaticais se dão principalmente dentro do “domínio sintático de predicação”, ou seja, dentro da oração, que, segundo Duarte (2003, p. 278), apresenta dois termos fundamentais: o predicado e o sujeito. O primeiro termo, formado apenas pelo predicador (verbo) ou pelo predicador e seu(s) argumento(s) interno(s); enquanto o segundo é o constituinte que “satura o predicado”, ou seja, é o argumento externo do predicador⁶.

A autora explica que, dependendo do verbo utilizado, o predicado poderá apresentar um único domínio de predicação ou apresentar mais de um domínio de predicação.

Levando isso em consideração, Duarte explica que uma oração, geralmente, corresponde a uma frase simples e, sob esse aspecto, o predicado inclui no mínimo um elemento verbal que poderá apresentar um único domínio de predicação, isto é, haverá um predicador verbal e um argumento interno. A oração que apresenta um único domínio de predicação verbal é aquela que, segundo a tradição gramatical, apresenta ‘predicado verbal’ comenta Duarte (2003, p.278). Como exemplo dessa estrutura, a autora utiliza a construção “O miúdo comeu um gelado”, na qual se tem o predicador verbal (comeu) e o argumento interno (um gelado).

Segundo Duarte, há também a estrutura que exhibe mais de uma predicação. Tais construções apresentam verbos do tipo “copulativos” (verbos de ligação), nelas se verifica uma dupla predicação, pois além de predicar o adjetivo em posição pós-verbal que se refere ao sujeito “O miúdo está contente”, predica-se também toda a expressão em itálico em relação ao sujeito “O miúdo *está contente*”.

Duarte explica que, na frase “O miúdo está contente”, o adjetivo ‘contente’ constitui o predicador sintaticamente secundário e o verbo ‘está’ o predicador sintaticamente primário. Segundo a autora, a tradição gramatical luso-brasileira chama

⁶ Segundo Duarte (2003, p. 278), uma oração é o domínio sintático em que uma projeção máxima de natureza predicativa fica saturada mediante a presença de um sujeito.

esse tipo de predicado de ‘predicado nominal’ e a relação gramatical do predicador secundário (contente) em frases copulativas é a de ‘predicativo do sujeito’.

Outro tipo de construção composto por dois domínios de predicação apresentado pela autora é aquele cujo predicador sintática e semanticamente primário é um verbo do tipo “transitivo predicativo” como o ‘considerar’ em “João considera a Maria inteligente” em que, segundo Duarte, o verbo seleciona como complemento o domínio de predicação ([a Maria] é inteligente) e, dentro desse domínio, tem-se como predicador sintática e semanticamente secundário o adjetivo “inteligente” que apresenta como sujeito a expressão nominal “a Maria”.

Nesse caso, vê-se que Duarte (2003, p. 279) analisa a frase, descrevendo duas orações: uma oração maior cujo predicado é “considera a Maria inteligente” e o sujeito é “O João”, e a outra, uma “oração pequena”, cujo predicado é o constituinte “inteligente” e o sujeito, o constituinte “a Maria”. Segundo a estudiosa, a tradição gramatical chama esse tipo de predicado de ‘predicado verbo-nominal e a “relação gramatical dos predicadores secundários em frases transitivas-predicativas é a de predicativo do objeto-direto”.

Duarte (2003, p. 282) considera o ‘sujeito’ uma das relações gramaticais centrais da frase. Ele é um argumento do predicador ao qual é dado maior destaque sintático, por ser:

- a) o “argumento mais elevado na Hierarquia Temática”, ou seja, é o sujeito lógico da frase;
- b) a “expressão com função de tópico”, isto é, é o sujeito psicológico, aquele acerca do qual se afirma, nega ou questiona o predicado;
- c) a “expressão que desencadeia a concordância verbal”, ou seja, é o sujeito gramatical.

A autora explica que, além do sujeito, outros constituintes da oração apresentam também relação gramatical central: o objeto direto e o objeto indireto.

O complemento ‘objeto direto’ é o argumento interno direto de predicadores verbais de dois ou três lugares que apresenta, prototipicamente, papel semântico de Tema como em:

- a) Os meninos comeram o bolo.
- b) Os amigos ofereceram flores às mulheres no dia das mães.

Duarte chama a atenção para o fato de as expressões sublinhadas constituírem o objeto lógico dos verbos (comer e oferecer) e se comportarem também como objetos diretos gramaticais.

Segundo a autora, nem sempre o objeto direto gramatical será o objeto lógico do verbo como na construção “O João viu [[a Maria] beijar o Pedro].”, em que a expressão ‘a Maria’ tem o papel temático atribuído pelo verbo ‘beijar’, sendo seu sujeito lógico; por outro lado, essa mesma expressão comporta-se gramaticalmente como objeto direto do verbo ‘ver’.

Nota-se, nesse caso, que Duarte apresenta um exemplo em que se tem um objeto direto oracional (a Maria beijar o Pedro) e, nele, os constituintes que formam uma oração que apresenta, também, um predicador verbal (beijar) e seus argumentos (‘a Maria’ e ‘Pedro’).

Apesar de o ‘objeto indireto’ ser visto também como um constituinte de relação gramatical que é tipicamente um argumento interno de verbos de dois ou três lugares, diferentemente do objeto direto, ele terá o papel semântico de Alvo ou Fonte:

- a) O João ofereceu as flores à professora.
- b) O João comprou esse livro a um alfarrabista do Porto.

Nota-se que o exemplo (b), que apresenta complemento introduzido por preposição ‘a’, não cabe ao português nem falado nem escrito do Brasil. No português brasileiro, compatível com essa construção teríamos algo como “O João comprou esse livro de um alfarrabista do Porto”. E assim, não seria mais ‘objeto indireto’, mas um ‘complemento oblíquo’.

Duarte (2003, p. 289) alerta para o fato de, apesar de o constituinte com relação gramatical de objeto indireto ser tipicamente um argumento [+ animado], ele poderá ocorrer como objeto indireto [- animado] nas seguintes situações.

- a) Com certos verbos de dois lugares como ‘sobreviver’ e ‘obedecer’ (obedecer ao regulamento, sobreviver ao massacre);

- b) Com os verbos ‘dar’ ou ‘fazer’, seguido de um objeto direto cujo núcleo seja um nome deverbal (Maria deu uma pintura às estantes e Eles fizeram uma enorme limpeza à casa).

Em relação aos exemplos dados com os verbos ‘dar’ e ‘fazer’, também não são de uso comum no português brasileiro essas construções com a preposição ‘a’, cabendo como compatível, respectivamente, as estruturas ‘Maria deu uma pintura nas estantes’ e ‘Eles fizeram uma enorme limpeza na casa’, nas quais os termos sublinhados são vistos pela autora como oblíquo.

É interessante ressaltar que Duarte (2003), assim como Castilho (2010), também utiliza as categorias pronominais como uma propriedade para identificar os argumentos externo e interno de um predicador verbal..

Segundo Duarte (2003, p. 283), o constituinte ‘sujeito’ poderá “ser substituído pela forma nominativa do pronome pessoal, se for de natureza nominal” (O menino que caiu foi chutado./ Ele foi chutado.), ou por uma “forma tônica neutra de pronome demonstrativo em posição pré-verbal, se for de natureza frásica” (Surpreendeu o João que o menino tivesse sido chutado./ Isso surpreendeu o João.)

Já o constituinte ‘objeto direto’ pode ser substituído “pela forma acusativa do pronome pessoal, se for de natureza nominal” (As professoras compraram esse livro em Paris./ As professoras compraram-no em Paris.); por uma “forma tônica neutra do pronome demonstrativo em posição pós-verbal ou por um clítico demonstrativo invariável ‘-o’, se for de natureza frásica” (O João sabe que tu compraste o livro/ O João sabe isso./ João sabe-o).

Enquanto o argumento interno ‘objeto indireto’ será substituído pela forma dativa do pronome pessoal (A mãe deu o brinquedo ao filho./ A mãe deu-lhe o brinquedo.).

Outros constituintes abordados por Duarte são os constituintes que mantêm relações gramaticais oblíquas que são tidos como ‘não centrais’. Tais constituintes podem ser argumentos do tipo:

- a) obrigatórios (João pôs o livro na estante.)
- b) opcionais (O Pedro viajou do México para Lisboa.);
- c) adjuntos (Há falta de leite por causa da seca.).

Os oblíquos considerados obrigatórios complementam o sentido do verbo e sua falta ocasiona prejuízo de sentido por falta de informação; os opcionais, apesar de manterem relação predicativa com o verbo, sua ausência não prejudica o sentido pleno da sentença; já com os adjuntos não se percebe uma relação direta com o verbo, mas com toda a sentença e sua falta também não traz prejuízo de sentido para a sentença.

A autora comenta que esses constituintes com relação gramatical oblíqua são caracteristicamente de natureza preposicional, adverbial e frásica. Eles não devem ser confundidos com ‘objeto indireto’ justamente porque não podem ser substituídos pela forma dativa “lhe”.

Ainda no capítulo dez, sobre ‘os verbos e os esquemas relacionais’, Duarte distingue três grandes classes de verbos, levando em conta a propriedade de seleção gramatical e semântica de cada “item lexical verbal”. Ela os subdivide em verbos principais, copulativos e auxiliares, conforme explicação a seguir:

I- Verbos principais (ou plenos), na visão de Duarte (2003, p. 296), são aqueles que, além de selecionarem argumentos (seleção semântica), assumem relação gramatical com esses argumentos (seleção sintática). E de acordo com o número de argumentos que selecionam e com a relação gramatical que mantêm com tais argumentos, esses verbos se subdividem em:

- a) Ditransitivos – verbos de três lugares que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto com relação gramatical de objeto direto e um argumento com relação gramatical de objeto indireto (João deu um livro ao primo./A criança pediu uma bicicleta ao pai.), cujo esquema relacional é [SU + V + OD + OI];
- b) Transitivos de três lugares – verbos que selecionam um argumento externo, um argumento interno direto com relação gramatical de objeto direto e um argumento preposicional ou adverbial com relação gramatical oblíqua (O caixa depositou o dinheiro no cofre./A mãe dividiu a comida com o filho.), cujo esquema relacional é [SU + V + OD + OBL];

- c) Transitivos predicativos – verbos que selecionam um argumento externo e um argumento interno que é especificamente “uma oração pequena” (Pedro achou esse livro interessante./a professora nomeou o aluno representante de turma.), em que o sujeito da oração pequena “esse livro” mantém relação gramatical de objeto direto e o núcleo da oração pequena “interessante” mantém relação gramatical de predicativo do objeto direto. O esquema relacional desse tipo é [SU + V + OD + PRED_{OD}];
- d) Transitivos – verbos que selecionam um argumento externo e um argumento interno com relação de objeto direto (Pedro redigiu o relatório./O policial presenciou o assalto.), cujo esquema relacional é [SU + V + OD];
- e) Verbos de dois lugares com um argumento interno objeto indireto – esses selecionam um argumento externo e um interno com relação gramatical de objeto indireto (A exposição agradou aos críticos./A proposta não convém a todos.), cujo esquema relacional que se apresenta é [SU + V + OI];
- f) Verbo de dois lugares com argumento interno oblíquo – é aquele que seleciona um argumento externo e um argumento interno preposicional ou adverbial com relação gramatical oblíqua (Pedro discorda de Maria/Meus pais residem em São Paulo.), cujo esquema relacional representado é [SU + V + OBL];
- g) Verbos inergativos – são verbos que selecionam apenas um argumento externo com relação gramatical de sujeito (O bebê espirrou./Ela sorriu.), cujo esquema relacional é [SU + V];
- h) Verbos inacusativos – estes também selecionam apenas um argumento externo com relação gramatical de sujeito (A menina desmaiou./O bebê morreu.), cujo esquema relacional é idêntico ao dos verbos inergativos.

Segundo Duarte, a distinção entre os verbos inergativos e os inacusativos se faz devido ao fato de o argumento do primeiro apresentar propriedades típicas de ‘sujeito’, enquanto o do segundo exibe tanto características de ‘sujeito’ quanto de ‘objeto’.

Nesse caso, vê-se que há uma noção semântica que envolve a análise, pois se depreende que tanto na ação de ‘espirrar’ quanto na de ‘sorrir’ há uma certa autonomia do sujeito na prática desses atos. Já com relação aos verbos ‘desmaiar’ e ‘morrer’, é natural que o sujeito não tenha o controle da essência lexical expressa pelo verbo.

Somado a isso, a estudiosa observa que os inacusativos admitem construção de ‘particípio absoluto’ (Desmaiada a menina/Morto o bebê) e os inergativos não (*espirrado o bebê/*sorrída ela). Assim como os inacusativos admitem também que suas formas participais ocorram em posição predicativa ou atributiva (A moça desmaiada é minha prima./O bebê está morto.), os inergativos não admitem (*O bebê espirrado é lindo./*Ela está sorrída.).

Observa-se que, com os verbos inergativos, os sujeitos são controladores da ação expressa pelo verbo; já com os verbos inacusativos, os sujeitos não são controladores dessas ações.

- i) Verbos de zero lugares – o último da lista dos verbos principais tem como característica não selecionar qualquer tipo de argumento (Chove muito no verão./Neva há dois dias.), seu esquema relacional é [V].

Sobre os verbos principais ou plenos, observa-se que Duarte subdivide algumas classificações feitas pela tradição gramatical. De acordo com a análise feita, tem-se o esquema a seguir que mostra primeiro a classificação da tradição gramatical e ao lado a subdivisão feita por Duarte:

| TRADIÇÃO GRAMATICAL | CLASSIFICAÇÃO DE DUARTE |
|--|--|
| Verbos transitivos diretos e indiretos | Ditransitivos |
| | Transitivos de três lugares |
| Transitivos diretos | Transitivos predicativos |
| | transitivos |
| Transitivos indiretos | Verbos de dois lugares com argumento interno oblíquo |
| | Verbos de dois lugares com argumento interno objeto indireto |
| Intransitivos | Inergativos |
| | Inacusativos |
| | Verbos de zero lugares |

Tabela 3 – Comparação da classificação de Duarte com a tradição gramatical

II- Verbos copulativos, segundo Duarte (2003, p. 302), são aqueles que selecionam “apenas semanticamente um argumento interno”, a que ela chama de “oração pequena”, cujo núcleo poderá ser adjetival (O bebê está contente.), nominal (A Maria é costureira.), preposicional (Meu amigo está com pena de mim.) ou adverbial (A escola fica perto da estação.).

Esse núcleo da “oração pequena” mantém uma relação gramatical de ‘predicativo do sujeito’, cujo esquema relacional apresentado é [SU + V + PRED]. Nota-se que os verbos copulativos são os que a tradição gramatical chama de verbo de ligação.

III- Os verbos auxiliares – sobre esse tipo, Duarte (2003, p. 303) comenta que, devido ao fato de não possuírem significado lexical, os verbos auxiliares não apresentam propriedade de seleção semântica, ou seja, o sintagma nominal que ocorre com relação gramatical de sujeito em frases com verbos auxiliares fará parte do “complexo predicativo organizado em torno do verbo auxiliado”. Isto é, os sintagmas nominais com diferentes papéis temáticos são selecionados semanticamente pelo verbo

auxiliado (João tem feito o trabalho diariamente./João fez o trabalho diariamente.; Maria tem gostado da escola/Maria gosta da escola). Vê-se que, no primeiro caso, o sujeito (João) é Agente e, no segundo caso, o sujeito (Maria) é Experienciador.

Diferentemente dos outros estudiosos abordados até esse ponto da pesquisa, Duarte é a única que inclui os verbos auxiliares nas questões que tratam da transitividade verbal, deixando claro que não é o verbo auxiliar que apresenta grelha temática, mas sim os verbos auxiliados ou ‘principais’ como é chamado pela tradição gramatical.

2.2.5 – José Carlos Azeredo (Gramática Houaiss da Língua Portuguesa – 2008)

Azeredo deixa claro, na apresentação da obra, que sua gramática tem como objetivo abordar a “variedade padrão escrita do português em uso no Brasil” utilizada “razoavelmente” por escritores, jornalistas, autores brasileiros em obras literárias, técnicas, científicas, ensaísticas, assim como em textos impressos nos principais jornais e revistas dos grandes centros urbanos contemporâneos, ou seja, construções linguísticas usadas da segunda metade do século XIX até os dias atuais.

O estudioso acrescenta que seu objetivo não é apenas aferir e descrever a língua, mas antes empenhar-se em refletir sobre o funcionamento dessa linguagem verbal no seu tríplice papel: o de conceituar e categorizar a experiência humana, o de expressar o pensamento por escrito e o de comunicar-se interpessoalmente.

Azeredo alerta ainda para o fato de ter tentado fazer com que sua obra seja um ponto de equilíbrio entre a tradição e a renovação e, quanto ao enfoque da análise, ele afirma que

É essencialmente descritivo, sem prejuízo, contudo, de considerações de ordem normativa, sempre que oportunas, tendo em vista a vocação desta obra para ser também uma fonte de informações sistematizadas sobre o português padrão do Brasil. (AZEREDO, 2008, p. 26)

O autor diz que não usou uma metalinguagem convencional em suas análises e que até utilizou algumas inovações descritivas, mas sempre “justificando-as”, completa ele. Azeredo (2008, p. 27) acrescenta que buscou na “filosofia da linguagem e

na psicologia cognitiva fundamentos do enfoque dado à natureza simbólica da linguagem”.

Levando em conta esse olhar, Azeredo diz tratar o sistema gramatical da língua como um meio de organizar sentidos, seja falando ou escrevendo, seja ouvindo ou lendo. E que essa organização de unidades linguísticas, regras e construções serão investigadas em suas funções textuais, ou seja, na concretude do uso dessa língua.

Contudo, de acordo com Azeredo (2008, p. 27), os exemplos desse uso serão, “majoritariamente, derivados do uso culto corrente do português do Brasil, especialmente em sua modalidade escrita”.

É interessante ressaltar que o autor deixa claro que tentou ser simples em suas explicações sobre os fatos da língua, mas sem, no entanto, ser simplório. Ele diz que buscou, assim, estimular o leitor a participar do raciocínio e a tirar suas próprias conclusões sobre os mecanismos que envolvem os fatos da língua.

Buscamos o tom da exposição oral sem a afetação da oralidade, de sorte que o texto seja acessível ao leitor médio e que esse leitor, convidado a participar da construção do raciocínio, se sinta estimulado a tirar suas próprias conclusões mediante a observação dos fatos da língua. (AZEREDO, 2008, p. 27)

Inicialmente, no capítulo oito de sua gramática, Azeredo (2008, p.199) fala sobre o assunto transitividade sob o título “Predicação e as categorias do verbo”, no qual afirma ser o verbo a categoria primeira para a existência da predicação. Segundo o autor, “é por meio do verbo que se realiza a predicação” e que é justamente pela ação de pregar que o ser humano cria as possibilidades de existência do mundo ao seu redor, seja no presente, seja no passado, seja no futuro.

De acordo com Azeredo (2008, p. 199), “pelo ato de pregar, o ser humano associa um atributo a um objeto, circunscrevendo essa associação a alguma fase da linha do tempo, respectivamente atual, anterior e posterior ao momento da fala”. Para ele é graças à predicação que, ao mencionarmos as frases “A rua está deserta” ou “A rua estava deserta”, não só fazemos referência a uma entidade “a rua”, mas principalmente possibilitamos que essas entidades fiquem sujeitas à temporalidade “está” ou “estava” e se tornem tema de algum comentário “está deserta” ou “estava deserta”; pois, conforme Azeredo,

Os sintagmas nominais recortam as entidades a que estamos nos referindo, mas só os sintagmas verbais – graças à função predicadora que o verbo os habilita a exercer – possibilitam que essas entidades se tornem tema de algum comentário e fiquem sujeitas à temporalidade que caracteriza a oração e viabiliza a expressão da dinâmica própria dos acontecimentos e do fluxo da vida. (2008, p. 199)

Sob o prisma de Azeredo (2008, p. 199-200), o sintagma verbal cumpre esse papel dinâmico porque, além de reunir em sua composição um complexo conjunto de informações como tempo, modo, aspecto, voz, número e pessoa, ele apresenta maleabilidade morfológica (variações flexionais) e uma variada tipologia sintática (tipos de verbos) e semântica (significação dos verbos) que faz dele “um elemento decisivo tanto para a definição do padrão formal da oração quanto para a construção sintática de seu significado”.

Entende-se, dessa forma, que o verbo é o elemento predicador por natureza e que é ele o componente que garante a formação do predicado e, conseqüentemente, da oração, conforme ratifica Azeredo (2008, p. 200) ao dizer que “o verbo é a garantia formal do predicado e, portanto, da própria oração”.

O estudioso acrescenta que, excetuando-se os casos dos verbos ditos impessoais referente aos fenômenos da natureza (trovejar, amanhecer, entre outros), para compor uma oração, o verbo com frequência se liga a outro constituinte que se apresenta normalmente sob a forma de substantivo (Paulo está feliz./A bomba explodiu) ou de pronome (Eu viajei.).

Assim, tem-se que, para Azeredo, a estrutura padrão da oração em português é composta por dois lugares funcionais: o do sujeito (‘Paulo’, ‘a bomba’ e ‘eu’) e o do predicado (‘está feliz’, ‘explodiu’ e ‘viajei’). Tais constituintes, sujeito e predicado, exercem funções sintáticas, e o lugar funcional desses constituintes é preenchido, respectivamente, pelos sintagmas nominal e verbal.

Azeredo dá continuidade ao assunto predicação no capítulo nove para explanar sobre a tipologia sintática dos verbos e, já no primeiro subtítulo (9.1), deixa clara sua concepção sobre a divisão tipológica dos verbos com o rótulo “Estrutura do predicado: verbos intransitivos, verbos transitivos e verbos de ligação”.

O autor explica inicialmente sobre a formação da frase declarativa, dizendo que o predicado é constituído pela informação que traz a respeito do sujeito da oração e que “esta informação pode ser dada integralmente por meio de um núcleo

verbal” (O avião decolou./O avião está decolando.), ou que esta informação pode ser dividida entre o núcleo verbal (sublinhado) e outro(s) termo(s) adjacente(s) (itálico/negrito) que esteja vinculado a este núcleo (O navio transportou prisioneiros./Maria será professora./Pedro guardou o dinheiro **no cofre**).

De acordo com Azeredo (2008, p.212), em ‘O navio transportou prisioneiros’ assim como em ‘Maria será professora’, os termos adjacentes ‘prisioneiros’ e ‘professora’ são “necessariamente coocorrentes”, respectivamente, dos núcleos verbais ‘transportou’ e ‘será’, ou seja, o termo adjacente implica a presença do núcleo verbal, tal qual este implica a presença daquele. Já na frase declarativa ‘Pedro guardou o dinheiro no cofre’, o termo adjacente ‘no cofre’ implica a menção do núcleo verbal ‘guardou’, mas este não implica a menção daquele.

Segundo Azeredo (2008, p. 212) é dessa variação de padrões resultante das construções que unem núcleo verbal com termo(s) adjacente(s) que surgem as classes dos verbos de ligação e dos verbos transitivos com suas subcategorizações.

Já a classe dos intransitivos, conforme Azeredo, dá-se pelo fato de alguns núcleos verbais não implicarem a presença de termos adjacentes como na frase “O gato corria no telhado”, em que o termo ‘no telhado’ implica a menção do núcleo verbal ‘corria’, contudo a ação de correr não implica obrigatoriamente menção ao lugar; diferentemente da frase “O gato estava no muro” em que o termo adjacente ‘no muro’ e o núcleo verbal ‘está’ ocorrem por exigência recíproca, ou seja, assim como o núcleo verbal ‘estava’ implica a menção ao lugar, este também implica a presença daquele.

Assim, Azeredo explica que o verbo tipicamente intransitivo é aquele que por si só compõe o predicado de uma oração sem implicar, necessitar ou selecionar termos adjacentes. E, se tais termos aparecerem na oração com verbo intransitivo, eles não lhes modificarão a classe sintática, desde que a presença ou não desse termo não prejudique o sentido pleno da oração. Conforme se vê em ‘O dinheiro sobrava em seu bolso’ e em ‘Meu filho nasceu no exterior’, tanto em uma quanto na outra os termos adjacentes ‘em seu bolso’ e ‘no exterior’, de acordo com Azeredo, não altera a sintaticamente a classe intransitiva dos verbos ‘sobrava’ e ‘nasceu’.

Os verbos de ligação que, segundo Azeredo, também são chamados copulativos ou predicativos, são aqueles que jamais expressam ação e que se juntam a informação contida no predicado, resultando num núcleo verbal associado a uma

propriedade do sujeito (qualidade, estado, atributo, identidade) expressa por um termo adjacente que será imprescindível ao sentido pleno da oração.

Azeredo (2008, p. 213) traz, como exemplos dessa categoria, os verbos ‘ser’, ‘estar’, ‘ficar’ e ‘parecer’ nas orações:

- a) As crianças são inteligentes. (atributo)
- b) Os legumes estão frescos. (estado)
- c) O céu ficou nublado. (estado)
- d) Estas pegadas parecem de tigre. (identidade)

Sob um ponto de vista semântico, o autor acrescenta que os verbos de ligação se assemelham em alguns pontos aos verbos auxiliares por formarem um conjunto limitado de elementos (são poucos) e por indicarem basicamente nuances aspectuais na conceituação do estado das coisas (indicada nos parênteses) que vão variar de acordo com o verbo utilizado, conforme pode ser percebido com os exemplos do próprio Azeredo (2008, p. 213).

- a) As águas são turvas. (atributo constante)
- b) As águas estão turvas. (atributo adquirido)
- c) As águas ficam turvas. (atributo resultativo)
- d) As águas continuam turvas. (atributo persistente)

Azeredo nos chama a atenção para o verbo ‘parecer’ que, segundo ele, não apresenta papel aspectual, por ser empregado para expressar “uma atitude ou ponto de vista do enunciador” e que, desse modo, funcionará como um recurso modalizador, conforme mostra seu uso como auxiliar: ‘parece estar’, ‘parece ser’.

Sobre isso, o autor não dá maiores explicações ou exemplos, mas parece que, nesse momento, ele se apropria em sua análise de um olhar pragmático, já que vai além da frase em si e fala em ‘enunciador’ e ‘ponto de vista’.

Para Azeredo, os verbos de ligação apresentam características sintáticas de verbos transitivos, pois muitas vezes coocorrem com termos adjacentes típicos de predicados que exibem em seu núcleo verbos transitivos. Conforme termo adjacente ‘uma bela moça’ utilizado pelo autor em:

- a) Sua filha está uma bela moça.
- b) Seu filho escolheu uma bela moça.

Vê-se que a semelhança se caracteriza pelo fato de tanto com o núcleo verbal ‘está’ quanto com o núcleo ‘escolheu’ o termo adjacente implica a presença do núcleo verbal, assim como este implica a presença daquele.

Azeredo acrescenta ainda que é esse fato, o da implicância mútua, que diferencia sintaticamente o verbo de ligação do verbo intransitivo, por exemplo, já que o um mesmo termo adjacente implicado por verbo de ligação numa construção não seria imprescindível numa outra com verbo intransitivo.

Conforme mostram os exemplos

- a) Os pássaros voam livres.
- b) A mulher parou assustada.

em oposição aos exemplos

- c) Os pássaros estão livres.
- d) A mulher ficou assustada.

Nesses exemplos, comprova-se que os termos ‘livres’ e ‘assustada’ são implicados pelos núcleos verbais ‘estão’ e ‘ficou’, mas não o são pelos núcleos verbais ‘voam’ e ‘parou’. A ausência desses termos adjacentes nas construções com os verbos de ligação ‘estar’ e ‘ficar’ provocaria problemas sintáticos e semânticos na estrutura da oração, já com os verbos intransitivos ‘voar’ e ‘parar’ isso não aconteceria.

Azeredo (2008, p. 214-215), assim como outros já citados durante a pesquisa, também fala da falta de “uma fronteira rígida entre os verbos transitivos e verbos intransitivos”, o que há de certo, segundo ele, “é um contínuo, em cujos extremos se encontram o verbo que sempre recusa complemento (ex.: nascer) e o verbo que sempre seleciona complemento (ex.: fazer)”, visão que vai ao encontro da de Perini em ‘Gramática descritiva do português’ (1993).

Sobre os verbos transitivos, Azeredo (2008, p.214-215) acrescenta que dividir tal classe em apenas transitivos diretos e indiretos, como fazem algumas gramáticas escolares, seria simplista demais, já que os verbos transitivos apresentam-se como uma classe “bastante complexa, uma vez que existem várias espécies de termos adjacentes (complementos)”, e não os subcategorizar traria prejuízo para a descrição das estruturas, pois estaríamos igualando uma grande variedade de tipos de verbos que apresentam junto com seus complementos uma “gradação do vínculo entre os verbos e os termos que o acompanham na construção do predicado”.

Segundo Azeredo, tal vínculo às vezes apresenta-se mais frouxo (O ônibus fazia a curva muito fechada), às vezes mais estreito (A mulher desenha peixes muito bem), pois como se pode observar apenas o termo ‘peixes’ é facultativo, já que a frase ‘A mulher desenha muito bem’ seria tão bem construída quanto a outra; por outro lado ‘*O ônibus fazia muito fechada’ torna-se sintaticamente mal construída.

Levando em conta a rica variedade de casos que os verbos transitivos podem apresentar é que Azeredo os subcategoriza em ‘transitivos objetivos’ e transitivos biobjetivos’. O primeiro apresenta apenas um termo adjacente e o segundo, dois termos adjacentes.

Os transitivos objetivos se subdividem em:

1. Transitivos diretos (TD) quando são seguidos de objeto direto (OD) como em ‘O agricultor colhe verduras frescas’;
2. Transitivos indiretos (TI) quando são seguidos de objeto indireto (OI) como em ‘O filme não agradou aos adolescentes’;
3. Transitivos relativos (TR) quando seguidos de complemento relativo (CR) como em ‘Eles precisam de todos nós’.

Já os transitivos biobjetivos se subdividem em:

1. Transitivos diretos e indiretos (TDI) são aqueles seguidos de OD + OI como se vê em ‘Entreguei **a bolsa** a vendedora’
2. Transitivos diretos e relativos (TDR) são aqueles seguidos de OD + CR como se observa em ‘Coloquei **o livro** na mesa’ ou ‘Misture **a farinha** com a manteiga’;

3. Transitivos diretos e predicativos (TDP) são os seguidos de OD + CP (complemento predicativo) como em ‘Ele nomeou **o irmão** para secretário’ ou ‘Ela viu **o ladrão** pular o muro’;
4. Transitivos relativos e predicativos (TRP) são os seguidos de CR + CP como em ‘Preciso **da sala** limpa’ ou ‘Gosto **de bife** bem passado’;
5. Transitivos birrelativos (TRR) são aqueles seguidos de CR + CR como em ‘Bati **com a cabeça** na parede’ ou ‘Ele passou **de tenente** a capitão’.

Após apresentar a subdivisão da classe dos verbos transitivos, Azeredo faz algumas observações sobre as características estruturais desses tipos de verbos.

Para diferenciar o verbo transitivo direto, do indireto e do relativo, ele não só aborda a questão sob o foco da existência ou não da preposição para ligar o verbo ao complemento, mas também sob o foco da pronominalização.

Dessa forma, para ele o verbo transitivo direto será aquele se liga aos complementos diretamente sem o auxílio de preposição, além disso tais complementos são substituíveis pelas formas pronominais átonas ‘o/a/os/as/isso’ (Lavar a calçada/Lavá-la; Declarar que é inocente/Declarar isso).

Já o transitivo indireto une-se aos complementos por meio “tipicamente” da preposição ‘a’ e esses complementos são substituíveis pelos pronomes átonos de terceira pessoa, que assumem a forma dativa ‘lhe/lhes’ (Ela agradou ao pai/Ela lhe agradou).

Enquanto o transitivo relativo se ligará ao seu complemento por meio de preposições que ocorram por exigência do verbo e, conforme Azeredo, mesmo quando tais complementos são representados por pronomes átonos ‘ele/ela/eles/elas/isso’, esses complementos são introduzidos por preposição (Depender de ajuda/ Depender dela; Insistir em voltar/Insistir nisso).

Nota-se que verbos que exigem preposição ‘a’ não entram nessa lista dos transitivos relativos, provavelmente por fazerem parte da lista dos transitivos indiretos.

Contudo, Azeredo (2008, p. 217) chama a atenção para o fato de o “esvaziamento semântico” de algumas preposições estar favorecendo “o desaparecimento delas junto a alguns verbos de uso frequente na fala – ordinariamente os seguidos de *a* –

que se tornaram transitivos diretos”. Fazem parte dessa lista, segundo o autor, os verbos ‘agradar; agradecer; assistir; obedecer e perdoar’ que ele exemplifica com as construções:

- a) Agradeça seu irmão por mim;
- b) Ela teve medo de assistir o final do filme;
- c) Recusou-se a obedecer as ordens do pai;
- d) O Papa perdoou seu agressor.

Sobre os verbos transitivos diretos e indiretos simultaneamente, Azeredo diz que apresentam a combinação das características dos transitivos diretos e dos indiretos e ocorrem com dois complementos: um direto e outro regido pela preposição ‘a’ (Devolver **o dinheiro** ao dono/Revelar **um segredo** ao amigo).

Da mesma forma, os transitivos diretos relativos também combinam características de dois tipos de verbos, o transitivo direto com o transitivo relativo. Assim este também apresenta dois complementos: um direto e outro regido por preposição (Convencer **o irmão** a estudar/Confundir **uma coisa** com outra/Colocar **os brinquedos** na caixa).

Já os verbos transitivos birrelativos, segundo Azeredo, são uma variante do transitivo relativo, com a diferença de que estes apresentam dois complementos preposicionados (Reclamar do vizinho com o síndico/Bater com o carro no muro).

Os transitivos diretos predicativos também apresentam dois complementos (Nomear **o funcionário** diretor/Declarar **o réu** culpado/Deixar **o cachorro** fugir/Mandar **o garoto** comprar o pão) e, de acordo com Azeredo (2008, p.219), “o sentido expresso na articulação desses dois complementos corresponde de fato, ao da articulação entre sujeito e o predicado de uma mesma oração”. Nesse caso, o estudioso vê, paralelas às essas construções, as seguintes construções ‘O funcionário é diretor/O réu é culpado/o cachorro fugiu/O garoto comprou pão’ e, por isso, chama os sintagmas ‘diretor/culpado/fugir/comprar o pão’ de predicativo e, ainda, por se referirem ao objeto ‘o funcionário/o réu/o cachorro/o garoto’ chama-os de predicativo do objeto.

Sobre esse tipo, chama atenção a forma como é visto o predicativo que, tradicionalmente, é tido como um sintagma que expressa um atributo, qualidade ou estado do termo a que se refere, pois para Azeredo a análise é um pouco diferente, já que para ele, se uma estrutura apresenta dois complementos verbais (Escutei **o galo** cantar)

que mantém entre si uma relação de sujeito e predicado (O galo canta), o sintagma visto como predicado (cantar) será o predicativo do outro (o galo) na oração original, mesmo que sejam verbos causativos ou sensitivos.

O último tipo, o relativo predicativo apenas difere do tipo direto predicativo porque seu primeiro complemento vem regido de preposição (Sonhar **com um país livre**/Gostar **de bife bem passado**) e o do outro não.

É interessante ressaltar que Azeredo, na análise que faz para classificar os verbos, não leva em consideração a questão dos papéis temáticos dos termos que estão em torno do verbo na estrutura da frase.

Contudo, de certa forma, ele desenvolve algo em torno desse assunto, ao discutir sobre o “Significado relacional dos termos adjacentes ao verbo”, deixando claro que o sujeito está fora dessa análise. Para ele,

Ao apresentar valores semânticos de certos termos adjacentes, nossas gramáticas escolares dedicam alguma atenção aos que expressam especificações variadas do conteúdo verbal, mas não apresentam um elenco uniforme delas. Eis algumas dessas especificações: tempo (Cheguei ontem), lugar (trabalho aqui), modo (Descia lentamente), frequência (Comparece raramente), direção (viajou para o Nordeste), origem (Brotou da pedra), causa (tremia de medo), companhia (Mora com a avó) etc. (AZEREDO, 2008, p. 236)

Nota-se que Azeredo inclui os termos tradicionalmente tidos como adjunto adverbial na lista de termos adjacentes ao verbo, pois apesar de usar uma expressão que parece querer diferenciar tais termos “**certos** termos adjacentes”, ele não traz a tona discussão que distinga complementos verbais de adjuntos adverbiais como fizeram Castilho, Perini e Mira Mateus *et all*.

Além disso, ao elencar as relações de sentido que ligam os verbos aos complementos, ele trata apenas dos complementos ditos objeto direto conforme se pode ver quando ele afirma que

As relações de sentido que ligam os verbos aos complementos tradicionalmente chamados objetos diretos, tipicamente identificados, do ponto de vista sintático, pela possibilidade de serem representados na variedade escrita padrão pelas formas o/a/os/as. (AZEREDO, 2008, p.236)

Assim, Azeredo dispõe que o objeto direto pode ser:

- a) um Alvo (procurar um cachorro, apedrejar um animal);
- b) um produto (desenhar uma flor, provocar um acidente);
- c) um continente (ocupar um terreno, encher uma garrafa);
- d) uma extensão ou escala (descer a escada, percorrer a praia);
- e) medida, volume (engordar dois quilos, crescer dez centímetros);
- f) o destinatário de uma ato comunicativo (convidar os amigos, xingar o adversário);
- g) uma entidade que muda de forma, estado ou estrutura em virtude da ação verbal (rasgar a roupa, consertar o carro);
- h) uma entidade sensorialmente percebida ou experimentada (ouvir uma música, levar um tombo);
- i) uma entidade emocionalmente experimentada (sofrer uma derrota, levar um susto);
- j) uma entidade cognitiva (conhecer as quatro estações, esquecer um endereço);
- k) algo passível de deslocamento no espaço/tempo (transportar passageiros, transferir a reunião).

É interessante ressaltar, também, que Azeredo (2008, p. 222) faz menção a verbos que apresentam predicação dupla, afirmando que “muitos verbos se empregam articulados a um mesmo substantivo que, no papel de entidade afetada ou **tema**, tanto lhes pode servir de objeto como de sujeito”. Ele diz que tal classe de verbos é abundante e compreende, com poucas exceções, verbos que expressam processo com a transformação de características materiais como se vê em:

- a) Ana quebrou o espelho (transitivo)/O espelho quebrou (intransitivo);
- b) Assei a carne ontem (transitivo)/A carne assou em poucos minutos (intransitivo);

Integram esta classe de verbos, segundo Azeredo (2008, p. 223), ‘crescer, encolher, engordar, emagrecer, diminuir, inchar, secar, engrossar, afinar, entortar’.

O autor menciona a existência de outra numerosa classe de verbos que expressam “experiências ou sensações afetivas ou emotivas variadas” e que apresenta

essa mesma característica. Esses verbos apresentam, na primeira oração, o sujeito que deflagra ou causa o processo verbal e, na segunda, um sujeito afetado pelo processo.

- a) A surpresa alegrou Ana (transitivo)/ Ana se alegrou (intransitivo);
- b) A equipe entusiasmou o técnico (transitivo)/O técnico se entusiasmou (intransitivo).

Integram essa classe os verbos ‘magoar, alegrar, aborrecer, indignar, entusiasmar e, segundo Azeredo, a única diferença entre o primeiro grupo e o segundo grupo de verbos de predicação dupla está no fato de o segundo grupo apresentar o clítico ‘se’ na construção intransitiva.

2.3 LINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sobre o grupo de estudiosos em foco e as abordagens feitas por eles em relação ao assunto transitividade, vê-se que uns embrenharam-se pelos caminhos de uma análise voltada para a língua em uso como Perini, Castilho e Mira Mateus *et al*; enquanto outros preferiram a análise da língua escrita padrão como Bechara e Azeredo.

Assim como no primeiro capítulo, aqui também encontramos convergências e divergências em alguns pontos das descrições feitas por esse grupo de estudiosos no que tange à análise da transitividade verbal.

Castilho fala de transitividade e regência como um mesmo fenômeno, já Perini não fala sobre regência nem sobre transitividade, ele fala de construções da língua, enquanto Bechara chama de relação predicativa, Mira Mateus e Azeredo falam sobre predicar.

Para Bechara “o verbo é o núcleo do predicado”, posição compartilhada por Mira Mateus *et al* para quem “os verbos são vocábulos predicativos por natureza” e por Azeredo que afirma ser “por meio do verbo que se realiza a predicação”. Perini não pensa diferente ao mencionar que “uma construção se defini pela relação que os constituintes têm com o verbo, cada verbo escolhe a maneira de exprimir essa relação. Verbo é a chave para a sintaxe do português”. Pensamento diferenciado de Castilho que diz ser a transitividade uma propriedade da sentença e não do verbo.

Perini é o único que fala sobre a diátese, construção que subcategoriza os verbos, subdividindo-os em dois grupos, os que aceitam determinadas construções e o que não aceitam.

Perini e Castilho, por exemplo, não classificam os verbos nem os subcategoriza, na verdade, os dois analisam a oração como um todo, classificando-as de acordo com a distribuição de seus constituintes na oração e com a relação que eles mantêm entre si. Enquanto Perini fala de tipos de construções, Castilho fala de tipos de sentenças. Devido à análise deles se assemelhar por classificarem as orações como um contínuo, faz-se adiante uma comparação desses olhares mediante uma tabela.

Quanto à nomenclatura utilizada por eles, vê-se que há diversidade, contudo há também alguma semelhança em relação à estrutura que apresentam. Além disso, um apresenta determinados tipos que o outro não contempla. Ressalta-se também que a lista de Castilho é limitada enquanto a de Perini, segundo ele mesmo, vai além de 80 construções diferentes que não foram descritas no todo. Para melhor entender as diferentes visões, organizou-se a tabela 4 a seguir:

| Perini (construção) | Castilho (sentença) |
|---------------------------------|----------------------------------|
| Meteorológica | Não argumental |
| Ergativa | Monoargumental ergativa |
| | Monoargumental apresentacional |
| Estativa | Monoargumental atributiva |
| | Monoargumental equativa |
| Intransitiva | |
| Transitiva | Biargumental transitiva direta |
| | Biargumental transitiva indireta |
| Construção de derrota | Biargumental transitiva oblíqua |
| Construção de paciente com 'EM' | |
| Construção de ação opinativa | Sentença plena + minisentença |
| Construção de nomeação | |
| | Triargumental |

Tabela 4 – comparação da classificação de Perini e Castilho.

Algumas classificações foram colocadas lado a lado por se assemelharem em sua estrutura sintática, contudo elas nem sempre representam exatamente a mesma

construção/sentença quando analisamos as descrições feitas sob a visão de Perini e Castilho.

As ‘meteorológicas’ e as ‘não-argumentais’ apresentam as mesmas características sintáticas e semânticas, assim como o grupo ‘ergativa’/‘monoargumental ergativa’ e o grupo ‘transitivas’/‘biargumental transitivas direta’.

Já a ‘estativa’ de Perini assemelha-se sintaticamente as monoargumentais tributivas e equativas de Castilho por apresentarem estrutura com os verbos tradicionalmente chamados de ‘ligação’. Contudo, enquanto Perini descreve construções que apresentam predicativo, ou seja, atributo/qualidade/estado do sujeito (O homem é bonito) com as estativas; Castilho apresenta, segundo ele, duas sentenças distintas: a equativa que representa uma equação, uma relação de igualdade (Homem é homem) na qual o segundo elemento da equação não é considerado um predicativo; e a atributiva que ora representa uma sentença que qualifica o sujeito (O homem é bonito) tal qual a estativa de Perini, ora localiza este sujeito no espaço (O homem está na rua).

As chamadas ‘ação opinativa’ e ‘nomeação’ por Perini assemelham-se a que Castilho chama de ‘sentença plena + minisentença’ por apresentarem em sua estrutura o argumento sujeito (agente), o argumento objeto e o predicativo do objeto. Contudo, Perini diferencia semanticamente a ‘opinativa’ da ‘nomeação’, dizendo que a primeira apresenta verbos que indicam um sujeito que emite opinião sobre alguém ou alguma coisa (argumento objeto) não experienciador (Deise considera Bete inteligente); já a segunda apresenta verbos que expressam uma ação que recai sobre alguém (argumento objeto) que será um experienciador/paciente (Ana nomeou Pedro vereador).

As construções de ‘derrota’ e de ‘paciente com EM’ de Perini ficaram lado a lado das ‘transitivas oblíquas’ de Castilho pelo fato de, sintaticamente, apresentarem argumento interno objeto preposicionado não comutado por ‘lhe/lhes’ (Ana precisa de João/Luiz veio com José); entretanto a visão semântica de Perini enfatiza que a de ‘derrota’ apresenta um sujeito paciente (Davi apanhou de Luiz) e a de ‘paciente com EM’, um sujeito agente (Luiz bateu no Davi).

Na lista de Perini, aparece a construção ‘intransitiva’ cujo sujeito é agente controlador da ação verbal e não apresenta argumento interno objeto (A menina sorriu) para a qual não se conseguiu associar nenhuma classificação na lista de Castilho; por outro lado para as ‘transitiva indireta’ e ‘apresentacionais’ de Castilho não se encontrou

nenhuma compatibilidade na lista de Perini, provavelmente por ele não ter explanado todas as construções possíveis da língua, conforme dito por ele.

Quanto a Bechara, Mira Mateus *et al* e Azeredo, por terem eles subcategorizado os verbos e para melhor analisar semelhanças e diferenças também se fará uma tabela comparativa.

| Bechara | Mira Mateus <i>et al</i> | Azeredo |
|--|--------------------------|--|
| Intransitivos (necessitam de delimitadores) | inergativos | Intransitivos |
| | inacusativos | |
| | Verbos de zero lugares | |
| Transitivos (não necessitam de delimitadores) | Transitivo | Objetivo transitivo direto |
| | Verbo de 2 lugares c/OD | Objetivo transitivo indireto |
| | Verbo de 2 lugares c/ OB | Objetivo transitivo relativo |
| | Verbo de 3 lugares | Biobjetivo trans. direto relativo |
| | ditransitivos | Biobjetivo trans. direto e indireto |
| | Transitivos predicativos | Biobjetivo trans. direto predicativo |
| | copulativos | Verbo de ligação |
| | | Biobjetivo trans. relativo predicativo |
| | | Biobjetivo transitivo birrelativo |

Tabela 5 – comparação da classificação de Bechara, Mira Mateus *et al* e Azeredo.

De acordo com a tabela 5, observa-se que Azeredo e Bechara apresentam igualmente o verbo do tipo intransitivo que Mira Mateus *et al* dividiu em três categorias diferentes devido à abordagem semântica que faz, separando-os em verbos que apresentam sujeito controlador da ação (Pedro sorriu = inergativo), sujeito não controlador (O bebê morreu = inacusativo) e verbo sem argumentos (Choveu).

Para Bechara todo verbo que necessita de delimitadores é um verbo transitivo independente do tipo de delimitador que a ele seja associado. Esse tipo será subdividido por Mira Mateus *et al* e por Azeredo em categorias diversas com nomenclaturas diferenciadas de um para outro, contudo as classificações que foram colocadas lado a lado representam a mesma estrutura sintática e semântica.

Diferencia-se Azeredo por apresentar as duas últimas classificações de verbo com suas estruturas específicas, uma apresenta verbo com complemento preposicionado e predicativo desse complemento (Ana precisa da sala limpa) e a outra, verbo com dois complementos preposicionados (Ana bateu com a cabeça na parede) que não aparecem para os outros dois estudiosos.

A forma como cada estudioso vê a transitividade também não é equânime, já que para Bechara a transitividade sustenta-se no conteúdo lexical do verbo; enquanto para Castilho é a transitividade que organiza a sentença escolhendo seus argumentos. Mira Mateus *et al* afirma que predicar é estabelecer relações entre entidades ou atribuir propriedades a entidades; pensamento parecido com o de Azeredo que diz ser pelo ato de predicar que o ser humano associa um atributo a um objeto, acrescentando que essa associação é circunscrita em alguma fase da linha do tempo. Apenas Perini não fala especificamente sobre transitividade ou predicação.

É interessante ressaltar que tanto para Perini quanto para Castilho e Mira Mateus o sujeito é visto como um dos complementos do verbo, tanto que para a classificação das construções (Perini), das sentenças (Castilho) e dos verbos (Mira Mateus *et al*) o fato de haver ou não sujeito na frase e o comportamento semântico desse sujeito em relação ao verbo será levado em conta. Bechara não fala sobre o sujeito na análise da transitividade e Azeredo apenas comenta que a estrutura da oração padrão em português é composta por dois lugares funcionais: o do sujeito e o do predicado.

Sobre o complemento verbal tradicionalmente chamado objeto indireto, é unânime a opinião de que apenas os complementos verbais introduzidos pela preposição ‘a’ que são substituíveis pelo pronome *lhe/lhes* serão considerados objeto indireto ou complemento indireto.

Como se pode observar, as diferenças não se encerram apenas com as nomenclaturas, mas também com as relações semânticas, sintáticas, lexicais e pragmáticas que envolvem os fatos da língua.

CAPÍTULO III

TRANSITIVIDADE VERBAL E A LINGUÍSTICA MODERNA

Depois de explicitadas, nos capítulos anteriores, algumas interpretações feitas por determinadas gramáticas tradicionais (normativas e prescritivas) e por outras menos tradicionais (descritivas) sobre o assunto transitividade verbal, nesta parte da pesquisa, o tema será abordado, sob o olhar da linguística moderna, levando em conta a Teoria de valência e o Estudo do Léxico na linguística gerativa.

O estudo baseado na gramática de valência tem o verbo como o elemento central da frase e trata a relação entre esse centro e os demais elementos constituintes da frase. Sob esse prisma, afirma-se que o verbo prevê os lugares vazios a serem preenchidos a sua volta, conforme define Borba:

Enquanto uma gramática de constituintes se ocupa com a análise de estruturas tentando descobrir como um constituinte se encaixa noutro ou pertence ao outro, uma gramática de valência procura detectar relações de dependência entre as categorias (básicas) que (co)ocorrem num contexto. (BORBA, 1996, p.16)

Assim o conceito de transitividade seria transposto e analisado de acordo com cada verbo e com os argumentos que ele selecionasse.

Já no campo do Estudo do léxico na linguística gerativa, formula-se que um item lexical pode ser analisado por seus traços formais, que orientam o sistema computacional humano a respeito das relações sintáticas que um dado item lexical deve estabelecer com outros itens no interior da sentença em que venha a ser inserido.

De acordo com Kenedy,

Um traço formal existente no léxico diz respeito às propriedades de seleção de determinado item. Por tal propriedade, compreende-se a capacidade de certos itens lexicais recrutarem outro(s) item(s) com os quais vão obrigatoriamente compor a estrutura de uma sentença. Ou seja, o traço de seleção confere a um item a propriedade de selecionar outros itens que com ele coocorrerão, de maneira compulsória, numa estrutura sintática. (2010, p.6)

Para melhor entender esses dois olhares, é que se discutirá adiante como a Teoria de Valência sob a visão, principalmente, de Vilela (1992) e o Estudo do Léxico sob o olhar de Kenedy (2010 e no prelo) abordam o assunto transitividade verbal.

3.1 A TEORIA DE VALÊNCIA E A TRANSITIVIDADE VERBAL

Nascida de uma proposta de Lucien Tesniere (linguista francês) em 1959, a gramática de dependências foi desenvolvida posteriormente por germanistas na Alemanha e se transformou na gramática de valências. Em Portugal, foi introduzida por Mário Vilela e Winfried Busse em 1986.

Na “Gramática de valências”, composta por seis ensaios produzidos entre a década de 80 e 90, Mário Vilela (1992) centra seus estudos no ‘verbo’ como elemento em torno do qual se constrói a frase e como elemento que depende dos outros participantes da frase para expressar relações sintáticas e semânticas.

É interessante ressaltar que, para Vilela, a frase não se “dicotomiza” em dois grandes blocos: sujeito e predicado. Em suas discussões, Vilela (1992, p. 1) entende frase “como algo que gira à volta do verbo e simultaneamente a dependência do verbo dos <<participantes>> no enunciado, com vista à monossemização do lexema verbal”.

Sob esse olhar, frase é uma construção linguística que se dá não só dependentemente do verbo em torno do qual o enunciado se constitui, mas também dependentemente de como se relacionam os constituintes desse enunciado com o verbo dentro de um contexto frasal que permita apenas um único sentido a esse mesmo verbo.

Ressalta-se que, para Vilela (1992, p. 29), enunciado e frase são coisas distintas, uma vez que “os enunciados constituem uma unidade comunicativa julgada e interpretada pela sua finalidade, e as frases são unidades gramaticais julgadas pela sua correção”.

De acordo com o autor (VILELA, 1992, p. 30-31), a forma ideal de enunciado é a frase. E frase é estrutura linguística interpretada não só num ato de fala, mas que também seja potencialmente autônoma e possa ser interpretada sem contexto e sem auxílio de qualquer situação, ou seja, frase será o enunciado de sentido pleno construído em torno de um verbo, pois “toda frase tem um verbo finito e é esse verbo que constitui originariamente a frase”. Percebe-se que o autor fala de uma análise da estrutura frasal feita independente do contexto extralinguístico.

Na gramática de valência, a base está numa relação entre categorias básicas, na qual um elemento depende do outro e todos dependem do verbo. Para Busse e Vilela (1986, p.10), essa relação pode ser vista como uma relação de (co)ocorrência,

na qual “diz-se que um elemento depende do outro, se a possibilidade de ele ocorrer pressupuser a presença de outro elemento”.

Sob essa perspectiva teórica, é a partir do verbo que surge a frase como possibilidade/capacidade de se tomar posição diante do estado de coisas e da realidade extralinguística. É nesse jogo de posicionar-se diante do mundo extralinguístico que se criam os “modelos frásicos” que são formulados, especificados de acordo com o verbo que constitui cada enunciado.

Esses modelos frásicos têm o verbo como elemento regente (núcleo da frase) e têm os elementos satélites (outros constituintes da frase). É exatamente esse núcleo verbal (elemento regente) que determina os espaços que serão preenchidos a sua volta (elementos satélites) para formar a frase. É dessa combinação que surge o termo “valência” como um processo no qual “os satélites encontram-se numa relação mais ou menos exclusiva com o seu regente” (VILELA, 1992, p. 31).

Sob essa perspectiva, “a valência é assim a propriedade de um elemento exigir, permitir, excluir complementos específicos” comenta Vilela (1992, p. 31), ou seja, a valência determina os complementos possíveis de acordo com cada verbo. Propriedade que se pode demonstrar, por exemplo, com a valência do verbo ‘morrer’ que exige o complemento ‘sujeito’ (Pedro morreu), mas exclui o complemento ‘objeto’ (Pedro morreu *quem???*), diferentemente da valência do verbo ‘matar’ que exige complemento ‘sujeito’ e complemento ‘objeto’ (Pedro matou a cobra).

Assim, entende-se que o “modelo frásico” será passível de conter complementos ou não de acordo com a valência de cada verbo que apresentará ou não lugares vazios a serem preenchidos por “complementos específicos” (actantes) e/ou por “complementos não específicos” (circunstantes).

Nota-se que Vilela, assim como outros estudiosos pesquisados, também fala sobre os complementos essenciais ao verbo (específicos) e os não essenciais (não específicos), denominando o primeiro de ‘actantes’ (também conhecido como ‘argumentos’) e o segundo de ‘circunstante’ (também conhecido como ‘adjunto’).

Diferença que se pode ver no exemplo “Ela vive em Coimbra”, utilizado pelo autor, no qual a ausência do complemento “em Coimbra” tornaria a frase agramatical, visto que “em Coimbra” pertence a valência do verbo ‘viver’. Já na frase “O Marcos telefonou à Marta domingo de manhã”, a ausência do complemento “domingo de manhã” não causaria prejuízos à gramaticalidade da frase, pois tal

complemento está, de acordo com Vilela (1992, p.32), “para além” da valência do verbo ‘telefonar’, seria ele, portanto, um circunstante, enquanto “em Coimbra”, um actante.

Contudo, diferentemente dos outros, ele afirma que os circunstantes são complementos da frase e não do verbo. Fato que o autor exemplifica com a frase, já citada, “O Marcos telefonou a Maria domingo de manhã”, em que “domingo de manhã” é um circunstante por estar, como já foi dito, “para além” da valência do verbo ‘telefonar’, ou seja, o verbo ‘telefonar’ não prevê espaço vazio para esse ‘sintagma’.

Faz-se relevante ressaltar que, sob a visão Vilela, na teoria de valências, o ‘sujeito’ apresenta o mesmo grau de relação com o verbo que apresentam os ditos ‘complementos verbais’, ou seja, o ‘sujeito’ também é considerado um “complemento do verbo”. O autor também não faz a diferença entre argumento interno (complementos verbais) e argumento externo (sujeito) como sustentam alguns estudiosos. O que faz sentido se pensarmos que o verbo seleciona seus argumentos “implicados pelo (significado do) lexema”, então não há por que haver diferença relacional entre tais argumentos.

Ressalta-se que, além de determinar o número de lugares vazios, o verbo determina também as características morfossintáticas e semânticas dos actantes que concretizam os lugares vazios. Assim, deve-se ter em mente que, na gramática de valência, a base está numa relação entre categorias básicas, nas quais um elemento depende do outro e todos dependem do verbo.

Dessa forma, para o verbo “comprar”, por exemplo, na frase “O empresário comprou novos computadores”, teremos o espaço à esquerda do verbo preenchido por um elemento léxico que tenha a possibilidade de “comprar algo” e, no espaço vazio à direita, um elemento léxico que “possa ser comprado”. Portanto, tais elementos devem corresponder não só sintaticamente, mas também semanticamente ao verbo “comprar”.

Vilela (1992, p.33) chama ainda a atenção para o fato de que nem sempre os lugares vazios abertos pelo verbo serão obrigatoriamente preenchidos na frase. E exemplifica tal característica a partir dos verbos ‘escrever’ e ‘oferecer’:

a) O Rui escreveu uma carta à Joana. (suj. + V + cd + ci)¹

b) O Rui escreveu uma carta. (suj. + V + cd + -)²

¹ Conforme Vilela, lê-se: cd (complemento direto); ci (complemento indireto); ca (complemento adverbial).

- c) O Rui escreveu à Joana. (suj. + V + - + ci)
- d) O Rui escreveu. (suj. + V + - + -)
- e) O Rui ofereceu uma prenda à Joana (suj. + V + cd + ci)
- f) ??O Rui ofereceu uma prenda
- g) *O Rui ofereceu

Com os exemplos dados pelo autor, evidencia-se que a frase “O Rui escreveu uma carta à Joana” diferencia-se em sua organização estrutural da frase “O Rui ofereceu uma prenda à Joana” pelo fato de a primeira apresentar todos os complementos facultativos (com exceção do sujeito), enquanto a segunda apresenta complementos obrigatórios.

Segundo Vilela (1992, p. 33), distingue-se complementos “obrigatórios” de “facultativos” percebendo a possibilidade ou impossibilidade de suprimir o complemento em questão. Será facultativo o complemento cuja falta não implicar agramaticalidade da frase. Assim, tem-se que, com o verbo ‘oferecer’, o cancelamento dos complementos direto e indireto implica em frases agramaticais (‘f’ e ‘g’), o que não ocorre com o verbo ‘escrever’ (‘b’, ‘c’ e ‘d’).

Sobre tal propriedade gramatical, Vilela diz que seja o complemento obrigatório, seja o complemento facultativo, esses complementos pertencem à valência do verbo, ou seja, já estão predeterminados pelo verbo. Ele afirma ainda que é o verbo que indica os complementos e que espécies de complementos podem apresentar as frases e, de acordo com o número de complementos obrigatórios ou facultativos determinados por um verbo, ele ficará estabelecido num determinado modelo frásico.

Assim, sob o prisma da gramática de valência, o verbo será classificado de acordo com a sua valência, ou seja, de acordo com os complementos que seleciona ou que pode selecionar e não levando em conta o contexto frásico e a integração do verbo com os constituintes da frase como costuma definir a tradição gramatical.

Dessa forma, sob a visão de Vilela, os verbos podem ser:

I – Monovalentes:

Aqueles que selecionam apenas o complemento sujeito, chamados também de ‘intransitivos’ (O doente adormeceu);

² Onde se lê sinal de ‘menos’ (-) como espaço do complemento não preenchido.

II- Bivalentes:

Aqueles que, além do sujeito, selecionam um outro complemento, esses são os ‘transitivos’ e eles se subdividem em:

- ‘transitivos diretos’, os que selecionam complemento direto (João ignora a mãe);
- ‘transitivos indiretos’, os que selecionam complemento indireto (Ana obedece aos pais/Ana apaixonou-se por Pedro);
- ‘transitivos adverbiais’, os que selecionam complemento adverbial (Maria vivia em Petrópolis);

III- Trivalentes:

- ‘transitivos diretos e indiretos’, os que selecionam complemento direto e indireto (Marcos enviou notícias à família);
- os que selecionam complemento direto e complemento adverbial (Ele colocou o livro na estante.)

Faz-se interessante observar que estruturas frasais como as do tipo “O ministro nomeou o primo secretário” e “O Felipe tornou-se médico” cujos verbos na tradição gramatical seriam vistos como diferentes do simplesmente “transitivo”, parece que nesse caso são considerados ‘transitivos’, sendo que o primeiro verbo (nomeou) apresenta, além do complemento direto, o predicativo do complemento direto; e o segundo (tornou-se) apresenta predicativo do sujeito.

Como seus complementos não vêm seguidos de preposição, esses verbos (“nomeou” e “tornou-se”) serão entendidos (aqui) como transitivos diretos, pois, conforme o próprio Vilela (1992, p.36), a valência sugere “não só o número de complementos como também a sua qualidade sintática, ou a dependência do verbo mediante uma dada preposição (= transitivo indirecto) ou **sem a mediação de qualquer preposição (=transitivo direto)**”. (grifo nosso).

Vilela chama a atenção para verbos cujos complementos expressam medida (Esta ponte mede vinte metros), peso (Este saco pesa 10 quilos), preço (Esta casa custa quinhentos mil reais) e tempo (Esta aula durou trinta minutos), afirmando que, apesar de serem complementos do verbo – entendendo aqui como verbo transitivo direto, segundo o que já foi mencionado em grifo no parágrafo anterior – tais

complementos não são “complementos diretos”. Segundo ele, os procedimentos de interrogação e pronominalização comprovam isso.

Tais complementos são, para Vilela, ora actantes “de medida” (‘vinte metros’ e ‘10 quilos’), ora actante de preço (‘quinhentos mil reais’), ora actante temporal (trinta minutos).

Vê-se que, para Vilela, valência e regência caminham lado a lado como fazendo parte de um só processo sintático-semântico. Ele associa valência à regência quando diz que “a valência do verbo condiciona, no caso de haver mediação da preposição, a escolha dessa preposição” e confirma tal hipótese ao comentar que “o predicado³ prevê as possibilidades de combinação, dentro do modelo frásico, dos complementos possíveis e a sua regência com ou sem preposição” (Vilela, 1992, p.36).

Segundo Vilela, a valência verbal se dá ao mesmo tempo sintática e semanticamente, mas ele tenta deixar claro como cada processo se dá ora regulando a “combinação das formas de expressão das palavras ou de grupos de palavras” (valência sintática), ora regulando a “combinação dos significados lexicais das palavras ou do grupos de palavras” (valência semântica).

Quanto à questão sintática, a valência do verbo indicará que tipos de complementos preencherão os espaços vazios (com preposição, sem preposição) e a que categorias sintáticas pertencem tais complementos (sujeito, actante, circunstante, orações). Já, quanto à questão semântica, a valência verbal indicará que restrições de significados caberão a cada verbo. Dessa forma, no contexto de um dado significado verbal, serão permitidos determinados significados, mas não serão permitidos outros. Desse modo, o verbo determinará a natureza semântica de seus actantes (se apresenta traço [+ animado] ou [- animado]; se [+ humano] ou [- humano]) e ainda os papéis temáticos que desempenharão tais actantes (agente, instrumento, objeto afetado, paciente).

Faz-se interessante, para melhor entender como funciona a relação entre os actantes e os verbos na formação da estrutura frasal, apresentar os actantes considerados por Busse e Vilela (1986, p. 35):

³ Vilela chama de predicado aos verbos, como se vê em “A valência do predicado (verbo) indica quais os complementos (...)” (1992, p.33)

| Tipos | relação sintática | Exemplos de modelos frásicos |
|-----------------|------------------------------------|--|
| A ₁ | sujeito ‘tradicional’ | <u>O gato</u> dormiu. |
| A ₂ | complemento direto ‘tradicional’ | O empregado serviu <u>os clientes</u> . |
| A ₃ | complemento indireto ‘tradicional’ | Ela obedece <u>aos pais</u> . |
| A ₄ | complemento preposicional | Joana pensou <u>nos amigos</u> . |
| A ₅ | actante locativo | Ela colocou o dicionário <u>na estante</u> . |
| A ₆ | actante direcional | Eles foram <u>a Lisboa</u> . |
| A ₇ | actante temporal | A aula durou <u>trinta minutos</u> . |
| A ₈ | actante de medida, duração, preço | O saco pesava <u>trinta quilos</u> . |
| A ₉ | actante modal | Eles comportaram-se <u>bem</u> . |
| A ₁₀ | predicativo | A Sara achava aquela matéria <u>interessante</u> . |

Figura 1: Tipos de actantes e relação sintática no modelo frásico.

Assim, por meio do olhar da gramática de valências, nas construções:

- (1) O menino morreu.
- (2) O menino quebrou o copo.
- (3) O menino deu flores à Maria.

Tem-se que, em (1), o verbo ‘morreu’ selecionou um actante do tipo sujeito, ‘menino’, que cumpre o papel temático de paciente. Já, em (2), o verbo ‘quebrar’ selecionou dois actantes: um do tipo sujeito, ‘menino’, e outro do tipo “objeto direto” sem preposição, “o copo”; sendo que ‘menino’ agora cumpre papel de ‘agente’, enquanto ‘o copo’ papel de ‘objeto afetado’. Em (3), o verbo ‘dar’ selecionou três actantes: um do tipo sujeito, ‘menino’, que cumpre papel também de ‘agente’, um do tipo ‘objeto direto’ com papel de ‘instrumento’ e outro do tipo ‘objeto indireto’(seguido de preposição), ‘à Maria’, com papel de ‘alvo’.

Assim, entende-se que o significado lexical do verbo é quem faz as seleções sintáticas, morfossintáticas e semânticas que irão preencher os “espaços vazios” indicados pelo verbo, pois, conforme Vilela,

quer os elementos sintáticos (forma dos complementos e categorias morfossintáticas que realizam esses complementos), quer os condicionamentos classemáticos e relações semânticas, pertencem às propriedades essenciais do verbo como centro dinâmico da frase, isto é, *fazem parte da sua valência*. (VILELA, 1992, 40)

E acrescenta

Aliás, qualquer verbo transporta consigo – por força do seu significado – a informação acerca do modo como se manifestam na frase os participantes (ou actantes) e qual a função semanto-sintáctica que desempenham esses participantes no estado de coisas implicado no significado do verbo. (VILELA, 1992, p. 43)

Desse modo, entende-se que a valência verbal se dá pela soma de propriedades que o significado lexical do verbo carrega e que predetermina toda a estrutura sintático-semântica a sua volta na construção de uma sentença.

3.2 O ESTUDO DO LÉXICO NA GRAMÁTICA GERATIVA E A TRANSITIVIDADE VERBAL

O Estudo do léxico na gramática gerativa tenta evidenciar que o Léxico⁴ é um conjunto de informações complexas nos vários níveis de estrutura da língua que se encontram organizadas na mente humana e que são acessadas automaticamente quando construímos os enunciados que usamos nos momentos de interlocução.

Tal teoria se orienta pela proposição de que o léxico seja um sistema gerativo criado por meio de regras ou princípios, em oposição ao pensamento disseminado por alguns linguistas de que o léxico de uma língua seja um “repositório de irregularidades e idiossincrasias da linguagem”. Avesso a esse pensamento, Kenedy (no prelo)⁵ afirma que o Léxico é “um conjunto de informações sobre morfemas, palavras e expressões que se encontram estocadas na mente humana e são acessadas pelo Sistema Computacional, durante a derivação de representações linguísticas”.

Dentro dessa perspectiva, acredita-se que o que faz uma criança, nos primeiros anos de vida, aprender/adquirir o léxico de uma língua e ainda usá-lo, ao longo da vida, na fase adulta é justamente o fato de que as informações conceituais e linguísticas armazenadas no léxico de uma determinada língua encontram-se organizadas de maneira sistemática e coerente na mente humana, conforme afirma Kenedy.

⁴ Segundo Kenedy (no prelo), o “Léxico – com “L” maiúsculo – tem o sentido de *léxico mental*. Ele é um componente da Língua-I. Um conjunto das informações sobre morfemas, palavras e expressões que se encontram estocadas na mente humana e são acessadas pelo Sistema Computacional, durante a derivação de representações linguísticas”.

⁵ Citações retiradas de ‘Léxico e computações lexicais.’ In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. *Programa minimalista em foco: princípios e debates*. (no prelo). Como não há número de páginas apenas destacaremos o nome do autor e não mais repetiremos a expressão “no prelo”.

Sob o olhar gerativista, no que tange ao trinômio intrinsecamente relacionado: ‘mente humana-língua-léxico’, diz-se que as línguas humanas admitem basicamente duas dimensões: uma individual e cognitiva (Língua-I), aquela que dá ao ser humano capacidade de produzir e compreender expressões linguísticas, e outra coletiva e sociocultural (Língua-E), aquela que envolve a sociedade em que o homem está inserido e da qual herda os fonemas, morfemas, as palavras e os contextos comunicativos úteis à interação verbal.

No caso específico dessa pesquisa, a discussão levará em conta a Língua-I por ser ela a que apresenta os fenômenos das línguas naturais que se dão na mente dos falantes e dos ouvintes, ou seja, está ligada à dimensão cognitiva da linguagem, ao conhecimento linguístico. Esse conhecimento se concretiza na mente humana numa dinâmica na qual interagem dois componentes essenciais da Língua-I: o léxico e o sistema computacional.

De acordo com Kenedy,

na teoria linguística contemporânea (cf. Chomsky, 1995 e posteriores), entende-se que o conhecimento de uma língua, isto é, o estado da Língua-I na mente dos indivíduos, constitui-se por dois componentes fundamentais: um léxico e um sistema computacional.

O sistema computacional é alimentado pelo léxico com informações “que orientam a formação de estruturas sintáticas” que vão alimentar os sistemas de desempenho linguístico (formado pelos sistemas articulatório-perceptual e conceitual-intencional) mediado pelos subsistemas de interface (formado pelas ‘forma fonética’ e ‘forma lógica’), formando as estruturas linguísticas que se organizam durante a interação comunicativa.

Na linguística gerativa, esse Léxico, com ‘L’ maiúsculo significa “léxico mental” e é um componente da Língua –I, o qual está ordenado na mente dos falantes da língua e é acionado sempre que preciso para “construir expressões linguísticas complexas como as frases” conforme argumenta Kenedy.

Sob o prisma do Estudo do léxico gerativista, cada item lexical apresenta um conjunto de traços que carregam valores e informações inerentes a cada item do léxico. Formam esse conjunto de traços três tipos específicos:

- a) Traços semânticos – são aqueles que tornam as expressões linguísticas interpretáveis, ao assumirem determinado significado e certo valor referencial no discurso, estabelecendo relações entre a língua e o sistema conceitual-intencional;
- b) Traços fonológicos – são os que permitem que os itens lexicais sejam manipulados pelo aparato sensório-motor humano, assumindo determinada articulação e certa percepção física, estabelecendo relações entre a língua e o sistema articulatorio-perceptual;
- c) Traços formais – são aqueles que orientam o sistema computacional a respeito das relações sintáticas que um determinado item lexical poderá estabelecer com outros itens no interior de uma sentença.

Assim, quando alguém pronuncia o som [‘ka.za], em português, e esse som é associado ao valor [*tipo de moradia*], estabeleceu-se uma relação mental, mesmo que arbitrária, entre os traços fonológicos e os traços semânticos do item lexical “casa”.

De acordo com Kenedy, os traços fonológicos e semânticos já haviam sido explorados por Saussure no “Curso de linguística Geral” (1916); mas os traços formais surgem mais tarde e são apresentados por Chomsky (1995, 2007, 2011) como os que processam três tipos de operação no Sistema Computacional, a saber: (i) atribuem a certo item do léxico uma posição linear na sentença; (ii) estabelecem um conjunto de relações sintáticas e semânticas entre esse determinado item e outros com os quais participa numa expressão linguística e (iii) associam marcas morfossintáticas de gênero, número, modo, tempo, por exemplo, aos itens nos quais essas marcas são “forçosamente preenchidas”.

Dessa forma, pode-se dizer que os traços formais de um item lexical como “ver” são os que explicitam

(i) tratar-se de um verbo, que, como tal, deve ocupar a posição de núcleo do predicado numa oração, (ii) tratar-se de item ao qual deverão ser associados duas outras expressões linguísticas (“uma relativa a quem experiência o *ver*” e “outra ao tema do *ver*”) e (iii) tratar-se de item ao qual deverão ser associadas marcas de tempo, modo, aspecto, número e pessoa. (KENEDY, no prelo)

Assim, sob a perspectiva do Estudo do léxico na gramática gerativa, integrando os traços fonológicos, semânticos e formais, quando um falante da língua

portuguesa domina, em sua Língua-I, o item lexical “ver”, intuitivamente, seus conhecimentos implícitos cognitivos ativarão informações do tipo que revelam ao sistema computacional que ele sabe tratar-se de um item cujos

traços fonológicos presentes no conjunto de sons [*ver*] devem ser arbitrariamente associados aos traços semânticos de [*perceber pela visão*]. Sabe também que, numa dada sentença, o item “ver” será núcleo de um predicado e deverá ser associado a uma *entidade que vê* e outra *que é vista*, bem como deverá figurar numa forma de palavra específica, com uma das flexões disponíveis na língua, tal como acontece no enunciado: “João *viu* Maria”. (KENEDY, no prelo)

Kenedy afirma que todos os itens lexicais de uma língua possuem traços fonológicos, semânticos e formais.

Desses traços, o que mais interessa aos estudos da sintaxe e conseqüentemente a esta pesquisa são os traços formais, uma vez que é por meio deles que se pode descrever a estrutura de uma sentença/oração, pois eles fornecem subsídios para que se identifiquem as categorias gramaticais dos itens lexicais envolvidos na sentença e as relações sintáticas e semânticas existentes entre tais itens. Os traços formais se dividem em traços de categoria e de seleção.

3.2.1 Traço de categoria

O traço que identifica a “categoria” gramatical, além de ser bastante relevante para o sistema computacional, é o mais evidente nos itens lexicais. É o traço de categoria que determina não só se um dado item lexical é um verbo ou um nome, mas também define qual é a posição linear desse item na estrutura de uma sentença.

Assim, um item lexical com traço categorial “V” (verbo) será entendido pelo sistema computacional como um item que ocupará a posição de núcleo do predicado. Dessa forma, uma construção como “Maria *viu* João” será considerada “licenciada” (gramatical⁶) pela língua.

Por outro lado, a construção “Maria *visão* João” será considerada agramatical (não licenciada pela língua) por violar a restrição que prevê alocação de

⁶ Segundo Kenedy, a gramaticalidade de uma expressão linguística será determinada pela possibilidade de ela ser acessada e usada pelos sistemas de desempenho: sistema conceitual-intencional e o sistema articulatório-perceptual. Assim, se a construção for ‘legível’ nessas duas interfaces é considerada licenciada, gramatical; mas se for ‘ilegível’ em uma ou nas duas interfaces será não licenciada, agramatical.

item lexical com traço categórico “V” na posição de núcleo do predicado e não item com traço categorial “N” (nome) como é o caso de “visão”.

A partir dessa exemplificação, ilustra-se, em relação aos itens “ver” e “visão”, a seguinte figura:

| Item lexical | Traços formais |
|--------------|----------------|
| <i>ver</i> | Categoria V |
| <i>visão</i> | Categoria N |

Figura 2: traços categoriais do léxico.

Observa-se, portanto, que nos traços formais do léxico é que estão codificadas as classes de palavras existentes numa determinada língua e que tais informações são acessadas pelo falante da língua, “automaticamente”, sempre que necessita construir, por exemplo, sintagmas ou frases.

Segundo Kenedy,

Na competência linguística de um falante, cada item lexical deve ser especificado quanto a sua categoria, de tal forma que o sistema computacional da linguagem seja capaz de acessar essa informação para poder usá-la em sua tarefa de construir sintagmas e sentenças. (KENEDY, no prelo)

Das categorias que devem ser consideradas para o estudo dos traços formais da língua portuguesa, têm-se minimamente quatro: V (verbo), N (nome), A (adjetivo) e P (preposição).

3.2.1 Traço de seleção

Já os traços formais de “seleção” dizem respeito à capacidade de determinados itens lexicais selecionarem outro(s) item(s) com os quais vão necessariamente compor a estrutura de uma sentença.

O traço de seleção se diferencia do categorial pelo fato de nem todos os itens lexicais apresentarem a propriedade de selecionar outro item. Muito pelo contrário, de acordo com Kenedy, a grande maioria dos itens lexicais não possui tal característica.

O autor exemplifica tal ausência de traço de seleção com o item ‘casa’, que, segundo ele, não “fornece nenhuma especificação sobre outros itens que

compulsoriamente devem, junto dele, estruturar uma expressão linguística” (KENEDY, no prelo).

Na visão de Kenedy, quando o sistema computacional recebe o item lexical ‘casa’, o sistema apenas consegue identificar sua categoria gramatical e posicioná-lo de forma adequada e linear na estrutura de uma sentença.

Ao passo que, se o item lexical enviado ao sistema computacional for o “ver”, conforme exemplo do autor, além das informações categoriais que indicam a classe gramatical (“V”) desse item e a sua posição linear (núcleo do predicado) numa sentença, serão encontradas também as informações que especificam que tal item seleciona dois outros itens: um que experimenta o ato de “ver” e outro que é o tema/objeto de “ver”. Ou seja, o item “ver” apresenta traço de seleção, pois ele especifica duas entidades que com ele devem compor uma sentença.

O item lexical que apresenta a propriedade de seleção é chamado de “predicador” e os itens que são obrigatoriamente selecionados por um predicador são denominados “argumentos”.

Faz-se interessante ressaltar que para o Estudo do léxico “predicador” não pode ser confundido com “predicado”, como é tradicionalmente chamado pela teoria linguística o item lexical com traço categorial “V”. Para Kenedy, ‘predicado’ é entendido como “a função sintática que, na sentença, se opõe ao sujeito”, já “predicador” será qualquer item lexical que for capaz de selecionar argumentos.

O traço de seleção é fundamental para o funcionamento do sistema computacional da linguagem humana, pois “ao selecionar um item do léxico, o sistema deve acessar os seus traços de seleção, que funcionam como instruções a respeito de como o item deve ser computado na sentença” comenta Kenedy.

Assim, com o item lexical “ver”, já mencionado, o sistema computacional além de reconhecer que tal item apresenta traço categorial “V”, reconhece também que é um ‘predicador’ que seleciona dois argumentos.

A ilustração a seguir mostra como o sistema computacional acessa, por exemplo, os traços de seleção do item “ver” e como computa essa informação associando a esse item seus respectivos argumentos:

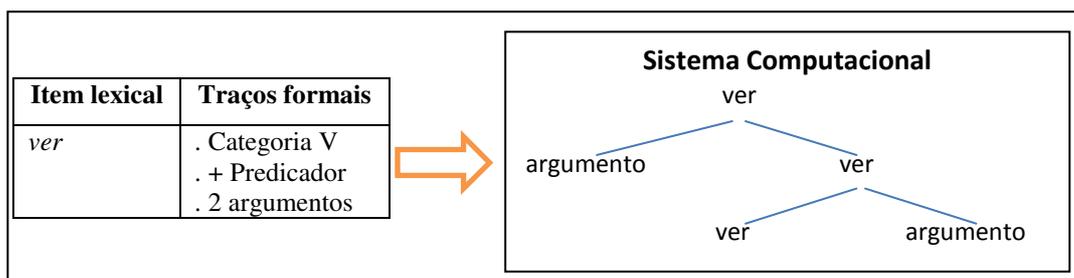


Figura 3: os traços de seleção do item lexical “ver” são acessados pelo sistema computacional.

O que faz com que o sistema computacional busque, dentre os itens que “alimenta uma derivação”, aqueles que satisfazem a seleção de dois argumentos requerida por “ver” são as informações contidas nos traços de seleção desse item.

De acordo com Kenedy, ao finalizar uma derivação, evidencia-se a “legitimidade de uma sentença” quando os traços de seleção foram “saturados”⁷, isto é, numa sentença como “Maria viu João”, os traços de “ver” foram saturados, porque ‘Maria’ é o argumento selecionado como o ‘experienciador de *ver*’ e ‘João’ é o argumento selecionado como ‘tema de *ver*’.

Kenedy ressalta ainda que “a saturação de argumentos nas frases é uma exigência vital dos predicadores”, pois se os argumentos de um determinado predicador não forem perfeitamente representados numa frase, tem-se uma construção agramatical como em “Maria viu” que, pronunciada fora de um contexto discursivo que a abone, não tornará possível identificar quem seja o segundo argumento do predicador “ver”.

Segundo o autor, os traços de seleção de um item lexical devem especificar

- (1) que se trata de um predicador, (2) se predicador, quantos são seus argumentos, (3) qual o status dos argumentos (se complementos ou especificador), (4) quais as restrições semânticas e formais a que se submetem os seus argumentos e (5) que interpretações semânticas (ou papéis temáticos) devem ser associadas a seus argumentos. (KENEDY, no prelo)

As especificações elencadas entre os itens ‘um’ e ‘quatro’ compõem o que a teoria linguística chama de “estrutura argumental”, enquanto as especificações do item ‘cinco’ referem-se ao que se denomina “grade temática”.

⁷ Quando o sistema computacional satisfaz as exigências de seleção de um dado predicador, diz-se que os argumentos foram “saturados”, ou seja, foram selecionados adequadamente.

É na ‘estrutura argumental’ de um item lexical que se encontra a informação sobre o número de argumentos que um predicador possui. Assim um item como “ver” terá sua estrutura argumental básica representada como na figura a seguir:

| Item lexical | Traços formais |
|--------------|--|
| <i>ver</i> | .Categoria V .+ predicador . estrutura argumental: { __ , __ } |

Figura 4: estrutura argumental básica do item “ver” .

As duas linhas contidas entre colchetes, na figura 3, especificam o número de argumentos que um predicador seleciona, que são dois, no caso do item “ver”.

Faz-se importante mencionar que não apenas os itens lexicais com traço categorial “V” apresentam características de predicador, outros itens como aqueles com traço categorial “N”, “A” ou “P” podem ser também predicadores, o que se comprova com os exemplos fornecidos por Kenedy a seguir:

- (1) A visão de sua casa pronta emocionou João.
- (2) Os políticos brasileiros estão *conscientes* de suas responsabilidades.
- (3) A Baía de Guanabara está *entre* Niterói e o Rio de Janeiro.

Em (1), o item lexical “visão”, que apresenta traço categorial “N”, é um predicador que seleciona apenas um argumento “de sua casa pronta”. É interessante notar que sendo “visão” nome derivado do verbo “ver”, vem daí a noção de ‘visão de alguma coisa’.

Já em (2), o predicador é o item “consciente(s)” com traço categorial “A” e que apresenta dois argumentos: “alguém” que tem (ou não consciência) de “algo”. Tem-se, portanto, a estrutural argumental de um adjetivo que seleciona à esquerda “quem experiência a consciência” (os políticos brasileiros) e à direita “o tema sobre o qual se tem consciência” (de suas responsabilidades).

Sobre o fato de o adjetivo selecionar argumentos, Kenedy ressalta que

A percepção de que adjetivos podem ser predicadores não escapou às gramáticas escolares. Lembremos que, na tradicional análise das funções sintáticas da oração, classificaríamos “estão conscientes de suas

responsabilidades” como predicado não-verbal (ou nominal, na nomenclatura oficial das gramáticas brasileiras). (Kenedy, no prelo)

Portanto, se esse tipo de predicado é tradicionalmente considerado “não-verbal” (predicado nominal), parece fazer sentido que o predicador da sentença não seja o verbo (traço “V”), mas antes o adjetivo (traço “A”).

Nota-se que, nesse caso, não é o verbo “estar” que funciona como predicador, pois ele não possui propriedades de seleção. Kenedy afirma que o verbo “estar” é uma partícula funcional e “desempenha a função gramatical de atribuir alguma flexão morfossintática às construções linguísticas”, ou seja, ele não apresenta estrutura argumental.

Por fim, com relação ao exemplo (3), o item lexical que apresenta características de predicador é a preposição “entre” com traço categorial “P”. O “entre” apresenta traços semânticos que determinam uma relação espacial entre três entidades: ‘A Baía de Guanabara’, ‘Niterói’ e ‘Rio de Janeiro’. Tal relação expressa a localização espacial da ‘Baía de Guanabara’ em relação a outras duas ‘Niterói’ e ‘Rio de Janeiro’. Nesse caso, tem-se o “entre” como um predicador que seleciona três argumentos e o verbo “estar” novamente comporta-se como uma partícula funcional que participa de um predicado não-verbal. Faz-se interessante observar que os predicadores que, de acordo com Kenedy, apresentam traço categorial “A” e “N” selecionam argumentos que nos remetem ao sintagma preposicionado visto pela tradição gramatical como ‘complemento nominal’.

No caso específico dessa pesquisa, a explanação será centrada em torno do predicador com traço categorial “V” por ser ele o item lexical sobre o qual se compreende o fenômeno da transitividade verbal, que é o tema central de nossa discussão. Isso não impede que se façam comentários sobre outros tipos de predicadores quando se fizer necessário para melhor entendimento da matéria em questão.

Kenedy descreve os predicadores verbais em apenas três subcategorias:

- a) Os verbos transitivos - são os predicadores verbais que selecionam argumentos interno e externo. Eles são considerados predicadores ‘multiargumentais’ por selecionarem um número mínimo de dois argumentos (Pedro comeu bananas verdes) e máximo de três (João colocou o livro na estante);

- b) Os verbos inergativos – são os predicadores verbais que selecionam apenas argumento externo (João morreu);
- c) Os verbos inacusativos – são os predicadores verbais que selecionam apenas argumento interno (Ana chegou).

Sobre os transitivos, faz-se relevante observar que, para a teoria gerativa, a denominação “transitivo” mantém sob a mesma subcategoria verbos que selecionem os mais variados tipos de complementos, conforme exemplos fornecidos por Kenedy a seguir:

- (4) João viu Maria.
- (5) Correr pela manhã espanta a preguiça.
- (6) João viu que o quadro estava torto na parede.
- (7) João precisa de Maria.
- (8) João precisa de que lhe deem atenção.
- (9) O aluno colocou o livro na estante.
- (10) João considera Maria inteligente.

Como se pode observar, tem-se em (4) o item lexical “ver” que seleciona tanto argumento externo quanto argumento interno SN. Em (5), “espantar” seleciona como argumento externo uma oração (sintagma oracional) e como interno um SN; enquanto em (6), o argumento interno selecionado por “viu” é uma oração e o argumento externo é SN. Tais verbos são vistos pela tradição gramatical como ‘transitivos diretos’.

Já em (7) e (8), tem-se o mesmo verbo “precisar” que, nas duas sentenças, seleciona argumento externo SN, e para argumento interno seleciona, respectivamente, SP e SP seguido de oração, a esse tipo a tradição chama ‘transitivo indireto’. Kenedy acrescenta a essa lista a sentença “João foi à praia” que também seleciona argumento interno SP com valor semântico de circunstanciador, e que a tradição diferencia chamando de ‘transitivo circunstancial’ ou ‘intransitivo’.

O exemplo (9) mostra o item lexical “colocar” que seleciona, além do argumento externo SN, dois argumentos internos: um SN e um SP. As denominações ‘bitransitivo’, ‘ditransitivo’ e ‘transitivo direto e indireto’ são as utilizadas pela tradição para subcategorizar os verbos que fazem parte desse tipo.

Por fim, em (10), exemplifica-se uma sentença cujo item lexical “considerar” seleciona argumento interno PO, esse tipo é tradicionalmente chamado por alguns de ‘transobjetivo’, por apresentar ‘predicativo do objeto’.

A partir dessas observações, constata-se que serão considerados verbos transitivos todos aqueles que selecionarem dois ou três argumentos, sem que haja a necessidade de subcategorizar tal classe.

Em oposição aos multiargumentais (transitivos), têm-se os monoargumentais, cuja divisão em inergativos e inacusativos, a princípio, causa estranheza, pelo fato de, além de selecionarem apenas um argumento, tal argumento posicionar-se linearmente precedendo o verbo conforme evidenciam os exemplos (11) e (12) fornecidos por Kenedy.

(11) João sorriu.

(12) João chegou.

Pelas características apresentadas (de seleção e de posição linear), tais verbos são conhecidos tradicionalmente como ‘intransitivos’, pertencendo, portanto, a mesma tipologia. Contudo, Kenedy observa que tal classificação é equivocada e que a diferença na categorização se dá primeiro por fatores semânticos, já que em (11) ao SN ‘João’ atribui-se o papel temático de “agente”, enquanto em (12) o papel temático é de “tema”. Tal análise leva à interpretação semântica de que ‘João’ em (11) é argumento externo e em (12) argumento interno.

Outro fator considerado, por Kenedy, para fazer a diferença é a análise comparativa a partir dos pares:

- a) “João fez isso”: [feito isso] vs. [*feito João];
- b) “João começou a aula”: [começada a aula] vs. [*começado o João];
- c) “João leu o capítulo um”: [lido o capítulo um] vs. [*lido o João]

Os pares mostram que, se o predicador na forma participial (feito/começado/lido) for encadeado, via merge, ao seu argumento interno (isso/a aula/o capítulo um) e nunca ao seu argumento externo (João), as formas serão consideradas licenciadas.

Assim, reduzidos de participípio os predicadores “sorrir” e “chegar” dos exemplos (11) e (12) concatenados ao argumento “João” tem-se:

(13) *Sorrido o João, a festa começou.

(14) Chegado o João, a festa começou.

A agramaticalidade de (13) e o licenciamento de (14) indicam que “João” é argumento interno do predicador “chegar”, contrastando com o comportamento do argumento “João” do predicador “sorrir”, que assume propriedades de argumento externo. É exatamente essa diferença que separa os verbos inergativos (como “sorrir”) dos inacusativos (como “chegar”).

Kenedy (no prelo) sustenta que

esses fatos empíricos indicam que o argumento de um predicador como “chegar” assume o status de complemento, levando o verbo a ser caracterizado como inacusativo, por contraste ao comportamento do argumento do predicador “sorrir”, que assume as propriedades de especificador, fazendo que o item seja interpretado como inergativo.

Sobre os argumentos assumirem *status* de especificador ou de complemento, Kenedy explica que o argumento que é selecionado imediatamente pelo predicador, correspondendo à primeira vinculação sintática estabelecida pelo sistema computacional via MERGE⁸ e que, semanticamente, corresponde ao tema/objeto sobre o qual recai o evento descrito pelo predicador é chamado de “complemento”.

Enquanto o “especificador” será aquele selecionado de forma menos imediata, pois ocorre na segunda aplicação de MERGE, isto é, após ter havido a seleção do complemento (se houver um); e que semanticamente corresponde ao item que desencadeia ou experiencia o evento descrito pelo predicador, ou seja, é prototipicamente o agente/sujeito.

Tal processo de seleção via MERGE vai formando a árvore sintática debaixo para a cima conforme demonstra as setas na figura 5.

⁸ MERGE é a concatenação de um argumento com um predicador e esse processo se dá debaixo para a cima na construção da árvore sintática.

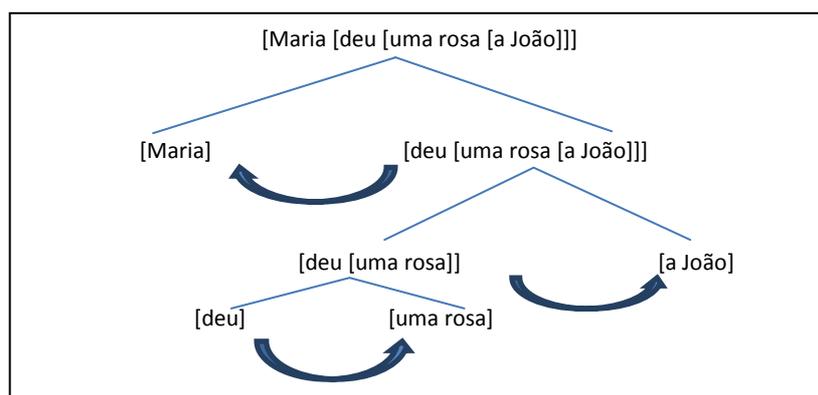


Figura 5: A sequência de MERGES na construção da árvore sintática

Voltando aos termos inergativos e inacusativos, Kenedy comenta que tal nomenclatura se deve ao fato de a língua portuguesa, mesmo que de forma reduzida, ser marcada pelo Caso⁹, na categoria sintática do sujeito, como língua nominativa/acusativa. Nesse tipo de língua, o sujeito recebe a marca de “nominativo”, que vai se opor à marca de “acusativo” do objeto.

O que pode ser comprovado, com os exemplos fornecidos por Kenedy, quando usamos o mesmo predicador, selecionando um pronome de primeira pessoa ora como argumento externo, ora como argumento interno e, a seguir, selecionando um pronome de terceira pessoa ora como argumento externo, ora como argumento interno.

(15) [nominativo Eu] [acusativo os] encontrei na festa.

(16) [nominativo Eles] [acusativo me] encontraram na festa.

Como se vê, as marcas de primeira e terceira pessoa modificam de acordo com o Caso (nominativo = eu; acusativo = me/nominativo = ele; acusativo = os). Por outro lado, acrescenta-se ainda que essa marcação do sujeito como nominativo se dá também quando o predicador não seleciona argumento interno como em “Eu sorri” (monoargumental) ou quando seleciona como em “Eu vi Maria” (multiargumental).

⁹ O caso é determinado independentemente da posição que um item lexical ocupe na frase, ele é marcado por afixos, conforme exemplifica a frase “Puer puellam amat”, na qual o sufixo “-am” indica Caso acusativo marcando o argumento interno do predicador “amat”. Enquanto o argumento externo é marcado pelo morfema zero (Puer – Ø). Assim sabemos que a frase significa “O menino ama a menina” e assim continuaria sendo mesmo que a sentença tivesse outra ordem como “Puellam puer amat”.

Nesse sentido, conforme afirma Kenedy, é diferenciado o comportamento de línguas com sistema ergativo, pois nelas faz-se a diferença morfossintática na marcação de sujeito se ele for argumento externo de predicador multiargumental ou se for argumento externo de predicador monoargumental. Como se vê nos exemplos da língua basca, fornecidos por Kenedy, que é da tipologia ergativa/absolutiva.

(17) [absolutivo Gizona] etorri da. (O homem chegou)

(18) [ergativo Gizonak] mutila ikusi du. (O homem viu o menino)

Nota-se que, em (17), o SN “Gizona” (o homem) recebe o Caso absoluto com morfema zero por ser argumento externo do predicador monoargumental “etorri” (chegou). Enquanto em (18), o SN “Gizonak” recebe o Caso ergativo com o morfema “k” em virtude de ser argumento externo de predicador multiargumental “mutila” (viu).

Comprova-se assim que há línguas que possuem um Caso específico para argumentos externos de verbos transitivos e outro Caso para verbos não transitivos. Se o sujeito é selecionado por predicador transitivo seu Caso será ergativo, mas se for selecionado por predicador monoargumental o Caso será absoluto.

Dessa forma, dizer que um verbo é “inergativo” significa dizer que ele não é capaz de marcar o caso ergativo, ou seja, o verbo não consegue fazer a diferença entre o Caso de argumento externo de verbo transitivo e o Caso de argumento externo de verbo monoargumental. Por isso, em “Eu sorri” temos verbo inergativo, pois o sujeito “Eu” assume a mesma forma nominativa que recebe em “Eu vi Maria” cujo verbo é transitivo, isto é, há ausência de distinção, portanto, não ocorre marcação de ergatividade.

Já os verbos inacusativos são aqueles que não são capazes de marcar o Caso acusativo em seu argumento interno, como se vê com o verbo “chegar” que é monoargumental e seleciona argumento interno.

(19) Ele chegou.

(20) * O chegou.

Kenedy explica que isso se confirma quando se verifica o papel temático do argumento na frase “A encomenda chegou”, em que “a encomenda” deve ser interpretada como tema de “chegar” conforme previsto pela hierarquia temática.

De acordo com o conceito de hierarquia temática, argumentos externos são tipicamente interpretados como agentes/experienciadores, enquanto o primeiro argumento interno é normalmente tema/paciente do evento, já o segundo argumento interno é quase sempre benefactivo/locativo. Tal propriedade mostra, de forma empírica, que há uma forte correlação entre a posição sintática de um argumento e o seu respectivo papel temático.

Além desse fato, fazer o teste da reduzida participial confirmará que o argumento de “chegar” é tema e não sujeito (Chegada a encomenda, a festa começou).

Em (19), “ele” é um pronome com Caso nominativo, o que torna a frase gramatical. Já em (20), “o” é pronome com Caso acusativo, o que forma uma frase agramatical. O que se vê, portanto, é um verbo monoargumental que não que é capaz de marcar seu argumento com o Caso acusativo, por isso ele é chamado “inacusativo”.

Kenedy conclui que

Estamos aqui diante de uma generalização descritiva bastante interessante. Se um verbo possui argumento externo e argumento interno, então ele é capaz de atribuir nominativo ao argumento externo e acusativo ao argumento interno. Porém, se o verbo não possui argumento externo, então ele não será capaz de marcar o acusativo em seu argumento interno.

O autor afirma que essa é uma observação bastante importante na descrição linguística e que é conhecida como “generalização de Burzio”, homenageando o linguista que a estabeleceu.

Kenedy não foge a regra e também distingue “argumentos” de “adjuntos”, afirmando que, se por um lado ‘argumentos’ são “entidades sintáticas” previstas nos traços formais de um predicador; por outro lado, os ‘adjuntos’ sintáticos não estão previstos nos traços formais de um predicador.

Segundo o autor, numa sentença, os adjuntos “são selecionados de acordo com o planejamento da fala dos indivíduos, fenômeno mental isolado do sistema computacional”, diferentemente do argumento que ocorre na sentença determinado pela seleção feita por determinado item lexical.

Acrescenta-se que, sob o prisma do autor, a gramaticalidade ou agramaticalidade de uma sentença não tem relação com a presença ou ausência de

adjuntos, situação diferente do que ocorre com os argumentos, pois a ausência de argumento pode provocar agramaticalidade de determinadas sentenças.

Utilizando os exemplos de Kenedy, tem-se:

(21) João viu Maria.

(22) João viu Maria na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.

(23) *João viu na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.

(24) *viu Maria na festa, no sábado, às 19 horas, quando saiu do trabalho.

Nota-se que as sentenças (23) e (24) são agramaticais justamente por faltar nelas os argumentos “Maria” na (23) e “João” na (24) que estão presentes na sentença (21) que apresenta gramaticalidade. Por outro lado, comparando as sentenças (21) e (22), nota-se que a presença ou ausência dos sintagmas “na festa”, “no sábado”, “às 19 horas”, e da cláusula “quando saiu do trabalho” não prejudica a gramaticalidade dessas sentenças, o que mostra que tais sintagmas são adjuntos.

Tal constatação resolve os equívocos que costumam ocorrer na descrição tradicional quando classificam determinados argumentos essenciais à gramaticalidade da sentença como se fossem adjuntos (elementos circunstanciais). Fato que se pode mostrar com os exemplos a seguir:

(25) João foi ao parque.

(26) *João foi.

Se for levado em conta que não há nenhum referente que abone a elipse do [*lugar para onde se foi*] na sentença (26), vê-se que a ausência do sintagma “ao parque” determina a agramaticalidade dela, o que evidencia que essa informação é selecionada pelo verbo “ir”, portanto “no parque” é argumento interno de “ir”.

Kenedy aponta também fato gramatical interessante que ocorre com os verbos “colocar” e “estacionar” nos exemplos que seguem.

(27) O manobrista colocou o carro na vaga.

- (28) *O manobrista colocou o carro.
(29) O manobrista estacionou o carro na vaga.
(30) O manobrista estacionou o carro.

É interessante observar que, apesar de o valor “discursivo e informacional” de (27) e (29) serem bastante parecidos, conforme comenta Kenedy, o comportamento do sintagma “na vaga” é diferente nessas sentenças. O que pode ser percebido quando se compara as sentenças (28) e (30), elas deixam evidente que “na vaga” é argumento de “colocar” em (27), mas é adjunto de “estacionar” em (29). Tal evidência se dá pela agramaticalidade da sentença (28) na qual tal sintagma está ausente.

Tal análise, com o foco no Estudo do léxico, evidencia que “a diferença entre argumentos e adjuntos sintáticos é dedutível pelos traços de um item lexical tal como estão inscritos no léxico e independe das propriedades de uma sentença em particular” argumenta Kenedy, contrapondo-se a ideia dos que afirmam que a transitividade ou intransitividade depende da frase em que o verbo está inserido.

Para confirmar o fato de que o número de argumentos de um predicador já esteja estabelecido pelos seus traços formais, Kenedy afirma que

a estrutura argumental de um item não pode mudar de uma hora para outra. Um item não pode, por exemplo, selecionar dois argumentos numa sentença e, noutra, selecionar apenas um ou nenhum.

E acrescenta

se os itens do léxico variassem caprichosamente suas propriedades seletivas, como o sistema computacional seria capaz de reconhecer esses traços de modo a satisfazê-los? A codificação dos traços lexicais relativos à estrutura argumental de um predicador deve ser, portanto, invariável.

Para evidenciar a invariabilidade dos traços lexicais de um mesmo predicador que aparentemente representa estruturas argumentais diversas, Kenedy fala sobre os argumentos foneticamente nulos e utiliza como exemplo um diálogo entre locutor “A” e “B”.

Locutor A: “Maria, você viu o João?”

Locutor B: “Vi.”

Com esse exemplo, nota-se que na fala do locutor A, os dois argumentos do verbo “ver” apresentam substância fonética, ou seja, os argumentos estão manifestos (“você” e “João”), o que não acontece na fala do locutor B, já que não foi pronunciado argumento algum.

Sob o prisma do Estudo do léxico na gramática gerativa, a estrutura argumental de “ver” é a mesma, tanto na fala de A quanto na fala de B. O que acontece nesse caso é que em línguas com as características do português do Brasil, os “argumentos podem não assumir uma realização fonética visível na sentença, isto é, eles podem ser foneticamente nulos – ou elípticos, ocultos, implícitos nos termos ensinados pela gramática escolar”, comenta Kenedy.

Dessa forma, a expressão “Vi” corresponde exatamente à forma de um sujeito na primeira pessoa do singular (“eu”), que é classicamente conhecido na literatura gerativista como “sujeito nulo” por não apresentar representação fonética. É incorreto, portanto, dizer que não ocorre o argumento externo experienciador de “vi”.

Do mesmo modo, na posição de tema do predicador “ver” expresso pelo locutor B, igualmente ocorre um argumento foneticamente nulo: o “objeto nulo”. Só que nesse caso, tem-se um item lexical foneticamente nulo que não é especificado quanto ao gênero, número e Caso, ou seja, “não é licenciado pela morfologia do verbo”, na verdade ele é licenciado pela “existência de contexto discursivo que permite a sua interpretação como elemento anafórico” cujo referente é o argumento-objeto da sentença anterior (“João”) explica Kenedy.

Outra questão abordada por Kenedy para corroborar com a visão de que haja estabilidade na estrutura argumental de um predicador são os fenômenos da homonímia e polissemia. Ele afirma que, se o mesmo item lexical apresentar traços semânticos diferentes, ou seja, se for polissêmico, apresentará estrutura argumental independente para cada significado, isto é, a estrutura argumental será codificada nos traços do léxico como se fossem dois itens isolados.

Kenedy traz como exemplo o verbo “beber”, ora usado com o sentido de “consumir bebida alcoólica”, ora com o sentido de “ingerir líquido”, levando em conta que as falas acontecem no contexto de uma festa:

Primeiro diálogo:

Locutor A: O senhor aceita uma cerveja?

Locutor B: Não, obrigado. Eu não bebo.

Locutor A: Aceita, então, um refrigerante?

Segundo diálogo:

Locutor A: O senhor aceita uma cerveja?

Locutor B: Não, obrigado. Eu não bebo cerveja.

Locutor A: Aceita, então, uma vodka?

Tanto num diálogo quanto no outro a fala do locutor A apresenta normalidade e coerência, visto que, no primeiro diálogo, ele interpreta adequadamente o item “beber” com traços semânticos [*consumo de bebida alcoólica*] e, com esse sentido, “beber” seleciona apenas um argumento (o ser que bebe). Por isso, o locutor A oferece ao locutor B uma alternativa não alcoólica.

No segundo diálogo, também de forma correta, o locutor A interpreta “beber” com traços semânticos [ingerir líquido]. Com essa acepção, “beber” seleciona dois argumentos (‘aquele que bebe’ e o ‘tipo de líquido ingerido’). Por isso, o locutor A pode oferecer ao locutor B outro tipo de bebida alcoólica.

A mesma normalidade e coerência não são vistas no terceiro diálogo a seguir:

Locutor A: O senhor aceita uma cerveja?

Locutor B: Não, obrigado, eu não bebo.

Locutor A: Aceita, então, uma vodka?

De acordo com Kenedy, a anormalidade ocorre porque, assim como no primeiro diálogo, “beber” apresenta os traços semânticos equivalentes a [*consumo de bebida alcoólica*], portanto não faz sentido o locutor A oferecer um segundo tipo de bebida alcoólica a quem acabou de afirmar que não consome álcool.

Vê-se que o item “beber”, por ser polissêmico, apresentou minimamente dois significados, o que implicou que cada um desses significados possuísse estrutura argumental própria, como se fossem dois itens isolados, apresentando traços do léxico de forma independente.

Sobre a homonímia, Kenedy explica que “a especificação da estrutura argumental de itens homônimos é completamente independente para cada um desses

itens”, ou seja, os traços de cada um desses itens são individualizados e idiossincráticos, exatamente como se dá na polissemia.

Por fim, e não menos importante, a questão dos papéis temáticos também é contemplada no Estudo do léxico, e, ao longo dessa discussão, vários papéis temáticos já foram mencionados em relação aos argumentos das várias sentenças já analisadas.

Apenas deseja-se definir de forma mais categórica que também é capacidade dos predicadores conferir valores semânticos a seus argumentos. E tal processo mental se dá num encadeamento de operações sintáticas, via MERGE, que conectam o predicador e seus argumentos.

Conforme já foi visto, o predicador estabelece relação imediata com o argumento interno. É nesse MERGE que o papel temático de tal argumento é estabelecido, exatamente como prevê o léxico. Depois disso, o MERGE será feito entre o composto do [predicador + argumento interno] e o segundo argumento do predicador. Dessa forma, “os traços semânticos do argumento interno são concatenados aos traços semânticos do predicador e ambos, juntos, associam uma interpretação semântica (papel temático) ao argumento externo” conforme explica Kenedy.

Os papéis temáticos listados por Kenedy são Agente, Experienciador, Tema, Paciente, Benefactivo, Locativo, Alvo, Origem e Instrumento.

3.3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE O OLHAR DE VILELA E DE KENEDY: PONTOS DE DIVERGÊNCIA

Uma diferença categórica observada na forma como cada estudioso analisa a estrutura frasal, baseados nas teorias que sustentam, é que, sob o olhar da gramática de valências, parte-se da frase para as suas partes sintagmáticas, considerando o comportamento do verbo em relação aos lugares vazios que seleciona, ou seja, é uma análise feita de cima para baixo. Já, sob o olhar do Estudo do Léxico, a análise se dá numa organização mental que vai concatenando o verbo a cada argumento, um por vez, até chegar à estrutura argumental maior (a frase), ou seja, é uma análise feita de baixo para a cima.

Para Vilela, sujeito e complementos verbais apresentam o mesmo grau de relação com o verbo, ou seja, sujeito também é considerado um complemento do verbo, diferentemente de Kenedy que faz a diferença entre especificador (sujeito - ligação

menos imediata com predicador) e complemento (objeto - ligação imediata com predicador).

Da mesma forma, vê-se que Vilela não faz a diferença entre argumento externo e interno, assim sujeito e complemento verbal são igualmente argumentos do verbo; o que também difere da visão de Kenedy, que faz essa diferença separando argumento interno (complemento - complemento verbal) de argumento externo (especificador - sujeito).

Diferentemente de Kenedy que chama o verbo de “predicador” por ter a propriedade de selecionar outros itens lexicais e para quem “predicado” é termo que se opõe ao sujeito na oração; Vilela chama o verbo de “predicado” conforme sua assertiva em “A valência do predicado (verbo) indica quais os complementos (...)”.

Sobre os verbos que a tradição gramatical chama de intransitivos, Vilela assume uma postura idêntica e também os chama de intransitivos (apresenta apenas um argumento, o sujeito). Já para Kenedy são duas as subcategorias que selecionam apenas um argumento: os inacusativos (selecionam argumento interno, o complemento verbal) e os inergativos (selecionam argumento externo, o sujeito).

Quanto aos transitivos, enquanto Vilela os subdivide em transitivos diretos, indiretos, diretos e indiretos e advérbias; Kenedy apresenta apenas a classificação transitivo independente de o verbo selecionar argumentos mediados ou não por preposição.

Para Kenedy, os verbos tidos como de ligação pela tradição gramatical (estar, ser) não funcionam como predicadores, ou seja, não apresentam argumentos; enquanto para Vilela não fez avaliação específica dessa categoria verbal.

3.4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE O OLHAR DE VILELA E DE KENEDY: PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Vilela sustenta que o verbo será classificado de acordo com a sua valência, ou seja, de acordo com a quantidade e com os tipos de complementos que seleciona ou que pode selecionar, e acrescenta ainda que seja o complemento obrigatório, seja o complemento facultativo, esses complementos pertencem à valência do verbo, ou seja, já estão predeterminados por ele.

Essa proposição tem a ver com o fato de a valência do verbo não mudar mesmo que os lugares vazios não sejam preenchidos. Tal propriedade do verbo também

é compartilhada por Kenedy quando ele afirma que “argumentos são entidades sintáticas cuja ocorrência na sentença encontra-se prevista nos traços formais que fazem de certo item lexical um predicador” e ainda quando afirma que “nos traços do léxico, o número de argumentos de um predicador deve ser fixo e previsível, de tal forma que torne possível o funcionamento do sistema computacional da linguagem humana”.

É nesse sentido que Vilela fala sobre nem sempre os lugares vazios abertos pelo verbo serem obrigatoriamente preenchidos na frase, tal fato gramatical também é abordado por Kenedy quando fala do argumento foneticamente nulo.

Entende-se que, para esses dois estudiosos, a subcategorização de um verbo será a mesma independentemente do fato de os lugares vazios selecionados pelo verbo serem preenchidos ou não, ou seja, um verbo como “escrever” será sempre considerado “transitivo direto e indireto” para Vilela e “transitivo” para Kenedy, seja a sentença “Pedro escreveu uma carta à Maria”, seja “Pedro escreveu uma carta”, seja “Pedro escreveu”.

Tanto Vilela quanto Kenedy apresentam o mesmo ponto de vista em relação ao fato de o verbo ser o elemento em torno do qual se constrói as frases e da como forma o verbo participa dessa organização estrutural. Para o primeiro, além de o verbo selecionar os lugares vazios que serão preenchidos ou não pelos actantes para formar uma “estrutura frasal”, o verbo também determina as características morfossintáticas e semânticas desses argumentos. Enquanto para o segundo, o verbo é um ‘predicador’, que apresenta traços de seleção que determinam quantos são os actantes que o acompanharão na estrutura argumental, de que tipo são tais actantes e quais são as restrições semânticas e formais a que se submetem tais argumentos.

3.5 A GRAMÁTICA DE VALÊNCIAS E O ESTUDO DO LÉXICO: CONTRIBUIÇÕES PARA O TEMA

A análise das obras em questão levou-nos a observar que os conceitos tratados podem contribuir para uma abordagem, vista por nós como mais coerente em relação à abordagem tradicional sobre determinados assuntos que envolvem a transitividade verbal.

Alguns pontos observados levam em conta as questões desenvolvidas a seguir.

Sobre as questões que envolvem a estabilidade do verbo quanto a sua estrutura argumental, as descrições feitas pelo Estudo do Léxico foram muito bem desenvolvidas e contribuem para uma análise mais científica, evidenciando que a “transitividade vs. intransitividade” de um verbo não se verifica simplesmente na mudança do contexto frasal, como que afirma Bechara ao dizer que:

a classificação do verbo depende da situação em que se acha empregado na oração. Muitos verbos, de acordo com o vários sentidos que podem assumir, ora entram no grupo de verbos de ligação, ora são intransitivos, ora são transitivos diretos ou indiretos. (BECHARA, 1969, p. 253)

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Ele passou a presidente. | (verbo de ligação) |
| O caçula passou o mais velho. | (transitivo direto) |
| A chuva passou. | (intransitivo) |

Como se vê nos exemplos retirados de Bechara, um mesmo verbo poderá apresentar três classificações diferentes, já para Kenedy não se trata exatamente do mesmo verbo, mas de itens lexicais diferentes por apresentarem traços de seleção diferentes, conforme os exemplos de Kenedy em:

Primeiro diálogo:

Locutor A: O senhor aceita uma cerveja?

Locutor B: Não, obrigado. Eu não bebo.

Locutor A: Aceita, então, um refrigerante?

Segundo diálogo:

Locutor A: O senhor aceita uma cerveja?

Locutor B: Não, obrigado. Eu não bebo cerveja.

Locutor A: Aceita, então, uma vodka?

Conforme o autor, o verbo “beber” ora é usado com o sentido de “consumir bebida alcoólica”, ora com o sentido de “ingerir líquido”, por isso ora pede complemento, ora não pede, implicando classificação diferenciada. Contudo, o que modifica sua classificação é o fato de apresentar traços semânticos diferentes e assim pedir complementos também diferentes, mas tal situação, no ver de Kenedy, se dá não por conta do contexto frasal, mas sim por conta de o próprio verbo ser polissêmico.

Tanto Vilela quanto Kenedy fazem importantes observações ao descreverem o comportamento diferenciado dos termos “circunstantes” que a gramática tradicional chama de “adjuntos” (termo acessório), detalhando de forma mais precisa como a ausência desse sintagma participa da gramaticalidade ou agramaticalidade da sentença, fazendo assim a diferença entre os termos “adverbiais” que realmente estão ou não necessariamente ligados ao verbo por exigência do próprio significado lexical desse verbo.

Tal observação pode ser explicada por Vilela com a classificação dos verbos em transitivos adverbiais quando os complementos adverbiais são exigidos pelo verbo, isso invalida o conceito tradicional de determinados verbos considerados intransitivos. Assim temos no exemplo “Ele vive em Roma” um verbo transitivo adverbial e não intransitivo como versa a tradição gramatical.

A observação feita por Kenedy em relação à questão da formação de predicados verbais e não-verbais é bastante relevante e providencial para desmistificar a discussão sobre o fato de os verbos de ligação serem ou não considerados “significativos” para as questões que envolvem a transitividade. Na opinião do autor, as gramaticais tradicionais apresentam alguma coerência quando chamam de “predicado nominal” a construção frasal que apresenta verbo de ligação (ser, estar), pois segundo Kenedy, esses verbos não são predicadores e não selecionam argumentos, mas antes quem faz a seleção de argumentos nesse caso é o adjetivo. E afirma que faria mais sentido chamar a tais predicados de não-verbais.

É relevante comentar que tanto as descrições propostas pela gramática de valências quanto às propostas pelo Estudo do léxico se diferencia de forma visível da postura tradicional e, de forma bastante produtiva e científica, trazem importante contribuição para o campo de estudo em questão conforme discutido nos parágrafos acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, desenvolvemos uma discussão em torno da transitividade verbal, assunto que há muito tempo vem sendo motivo dos mais variados tipos de pesquisas acadêmicas por ser um tema que encontra bastantes controvérsias nos manuais de gramática da língua portuguesa desde a época greco-latina.

Para melhor compreender como o fenômeno tem sido abordado, fez-se uma incursão em algumas das principais obras de descrição gramatical da língua portuguesa. Tais compêndios foram escolhidos para atender a dois principais propósitos: 1) perceber, descrever e discutir não só como a tradição gramatical (antes e pós NGB) tem apresentado o assunto, mas também como o fazem as gramáticas fundamentadas na linguística do português; 2) mostrar como a Teoria de valência e o Estudo do léxico na gramática gerativa podem contribuir para a análise desse fenômeno.

Quanto às obras de tradição gramatical da fase antes da NGB, foram discutidas algumas obras de autores relevantes para o assunto assim como Maciel (1910), Pereira (1907) e Bueno (1951).

Nessas obras escritas antes da NGB, o assunto transitividade aparece na parte da gramática dedicada à ‘taxionomia’, na qual os verbos são classificados ora quanto à predicação (Maciel), ora quanto aos complementos (Pereira e Bueno); todos preocupados sempre com a questão da presença ou não da preposição como elemento de mediação entre verbo e complemento.

Já quanto aos compêndios selecionados que correspondem ao período pós NGB foram analisados Bechara (1969), Rocha Lima (2002), Cunha (1980) e Kury (2000). Por esses autores a transitividade é tratada especificamente nos estudos dedicados à sintaxe.

A análise dos dois períodos em foco levou-nos a observar que, apesar da tentativa de regularização objetivada pela NGB, as divergências que envolvem o assunto “transitividade verbal” permanecem não só quanto à nomenclatura dos verbos, mas também quanto ao campo de estudo em que o assunto se encontra inserido, talvez pelo fato de alguns autores tratarem de um mesmo fenômeno com nomenclaturas diferentes. Kury (2000), por exemplo, diz que predicação verbal e regência verbal são dois nomes de um único fenômeno.

Para a análise das obras de embasamento na linguística do português foram contempladas as de Evanildo Bechara (1999), Perini (2010), Castilho (2010), Mira Matheus *et all* (2003) e José Carlos Azeredo (2008).

Percebeu-se que os estudos dessa fase foram pautados em abordagens científicas fundamentadas em novos posicionamentos linguísticos cujo princípio abandona o estudo prescritivo para enfatizar a língua como interação social e, por isso, nota-se a importância dada análise descritiva da língua.

O que é confirmado por Perini (2010), ao afirmar que em sua obra o objetivo principal é a descrição do português falado do Brasil, tornando relevante a realidade linguística do nosso país ao analisar a língua como ela é usada e não como deveria ser.

Nesse sentido, ao contrário da tradição gramatical, que se fundamenta somente em obras literárias, autores como Castilho e Azeredo incluem, em suas análises descritivas da língua, textos retirados de jornais e revistas.

Embora nessa fase ainda não se tenha encontrado um conceito único para a apresentação do tema, percebemos que os autores citados conferem maior homogeneidade no que tange ao fenômeno da transitividade verbal ao considerarem o verbo elemento principal da sintaxe do português, excetuando-se Castilho para quem a transitividade é uma propriedade da sentença e não do verbo.

Finalizando a pesquisa e atendendo ao segundo propósito, buscamos a descrição da transitividade sob o olhar de Mário Vilela (1992) e de Eduardo Kenedy (no prelo).

A partir da análise das obras desses autores, observou-se que as divergências permanecem, porém de forma menos significativa do que entre os autores das análises anteriores.

Para Vilela e Kenedy, por exemplo, a classificação de um verbo não muda de acordo com o contexto frasal ou extralinguístico, visto que este item lexical para Kenedy apresenta traços formais a ele inerentes que tornam o número de seus argumentos fixos e previsíveis, enquanto para Vilela os argumentos já estão pré-determinados pela valência do verbo.

No que tange à maneira como esses autores analisam a estrutura frasal, percebemos divergências, visto que na gramática de valências parte-se da frase para suas partes sintagmáticas, enquanto no estudo do léxico parte-se de uma organização mental

que vai se desenvolvendo partir da conexão do verbo a cada argumento até chegar à estrutura argumental maior que é a frase.

Apesar de nosso trabalho não estar voltado para as questões que envolvem o ensino da língua, diante da discussão a cerca da “transitividade verbal”, percebeu-se que tanto a teoria de valência quanto o estudo do léxico podem colaborar com essa prática uma vez que solucionam alguns pontos levantados pelos conceitos da transitividade verbal nas gramáticas tradicionais.

Assim pensamos que a Teoria de valência o Estudo do léxico contribuem para a unificação de uma nomenclatura classificatória por nós reconhecida como mais coerente, uma vez que propõem a classificação do verbo independente do contexto em que se apresenta, mas sim levando em consideração somente seus traços formais que implicam a necessidade ou não de complementos.

Outra contribuição importante visa ao fato de uma nova postura diante de alguns verbos reconhecidos pela gramática tradicional como intransitivos que são nomeados pela Teoria de valência como transitivos adverbiais e, por isso, pedem complementos adverbiais que como tal são necessários a gramaticalidade da frase e assim não podem ser considerados como acessórios como prescreve a tradição.

O presente trabalho justificou-se pela possibilidade de comparações da transitividade verbal em relação a teorias diferentes. A importância da discussão vai ao encontro da necessidade de esclarecimentos sobre um tema tão debatido, mas que ainda não encontra unidade entre os estudiosos.

Sabemos que “uma proposta de classificação completa que seja capaz de abarcar todos os verbos... pertence, na melhor das hipóteses, apenas ao mundo dos “possíveis”” conforme afirma Vilela (1992, p.26)

Isso prova que ainda há muito o que ser discutido, mas acreditamos que a presente pesquisa possa ter contribuído para futuros estudos em torno do tema.

REFERÊNCIAS

ALI, Manuel Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3 ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ALMEIDA, N. M. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 4 ed.. São Paulo: Saraiva, 1950.

ALVARENGA, Daniele C. “Gramática Expositiva – Curso Elementar de Eduardo Carlos Pereira: um estudo sob a perspectiva da Historiografia Lingüística” *In Todas as letras-Revista de língua e literatura*. Ano 2007. Disponível em <<http://www.mackenzie.br/todasasletras.html>> Acesso em 24/06/2011.

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação a sintaxe do português*. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1969.

_____. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BERTOLDI, Anderson. “Transitividade verbal: tradição e inovação” *In Entrelinhas: a revista do curso de Letras*. Ano 2, nº 3, São Leopoldo-RS, set/dez 2005. Disponível em <<http://www.entrelinhas.unisinos.br/index.php?e=3&s=9&a=14>> Acesso em 10/05/2011.

BORBA, Francisco da Silva. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.

BUENO, Francisco Silveira. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. 2 ed., São Paulo: Saraiva, 1951.

CÂMARA JUNIOR, J.M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2 ed., Rio de Janeiro: Padrão 1976.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

_____. “Uma Proposta de Periodização dos Estudos Lingüísticos no Brasil”. *In: Confluência: Revista do Instituto de língua Portuguesa – nº 23*, Rio de Janeiro, 2002.

CUNHA, Celso. *Gramática da Língua Portuguesa*. 7 ed.. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de Verbos e Regimes*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1940.

GÓIS, Carlos. *Sintaxe de construção*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paulo de Azevedo & Comp. Ltda, 1945.

KOERNER, Konrad. 'Questões que persistem em historiografia lingüística'. In: *Revista da ANPOLL*, nº 2, p.47-70, 1996.

KENEDY, Eduardo. 'Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB.' In *e-escrita Revista do Curso de Letras*. v. I, número1, jan-abr 2010.

_____. 'Léxico e computações lexicais.' In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. *Programa minimalista em foco: princípios e debates*. (no prelo)

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Novas lições de análise sintática*. 9 ed., São Paulo: Ática, 2000.

LIMA, Bruno de Assis Freire. "Valência do verbo *ganhar* em português" In *Revista de Ciências Humanas*. Vol. 7, N. 1, p. 27-41, jan/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol7/artigo2vol7-1.pdf>> Acesso em 18/01/2012.

MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva: baseada nas doutrinas modernas*. 4 ed.. São Paulo: Francisco Alves, 1910.

MARINS, Ânderson Rodrigues. *A visão sintática de Maximino Maciel*. In *Anais do XIII CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2009.

MATHEUS, M. H. Mira *et all*. *Gramática da língua portuguesa*. 6 ed. Lisboa: Caminho, 2003.

NASCENTES, Antenor. *O problema da regência: regência integral e viva*. 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960.

NEVES, Maria Helena de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: UNESP, 2002.

OITICICA, José. *Manual de análise: léxica e sintática*. 12 ed.. Rio de Janeiro: Paulo Azevedo, 1958. (DATA 1954)

_____. José. *Manual de análise (léxica e sintática)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Batista de Souza, 1923.

PEREIRA, Carlos Eduardo. *Gramática Expositiva: curso superior*. 54 ed., Rio de Janeiro: Nacional, 1940.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003.

_____. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

POSSENTI, Sírio. 'Linguistas no paiol dos gramáticos'. In *Revista Língua Portuguesa*. Ano 7. n. 78. abril/2012. p. 44-47.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42 ed.. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

SENNA, Luiz, A. G. *Pequeno manual de linguística geral e aplicada*. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1991.